

A dissertação apresentada problematiza as evidências do Método Pedagógico Jesuítico nos manuais escolares de Filosofia entre as décadas de 1910 e 1940 no Brasil. As análises privilegiam a compreensão da importância da Companhia de Jesus na edificação do *Ratio Studiorum* e sua universalização nos países católicos, sendo direcionados para formação das elites católicas leigas, entre seus representantes nos cenários políticos, nas respectivas nações. Nesse sentido, a pesquisa apresentada tem como pressuposto a materialidade e a representação do *Ratio Studiorum* entre os temas do currículo filosófico, uso permanente do latim e grego, intensidade nas discussões do aristotelismo e tomismo, e o combate das seitas filosóficas nos manuais *Noções de História da Philosophia* (1921) - Pe. Leonel Franca; *Filosofia* (1934) - P. J. Castro Nery; e *História da Filosofia* (1944) - Jonathas Serrano.

Orientador: Prof. Dr. Celso João Carminati

Florianópolis, 2015

ANO  
2015

ALDEMIR BARBOSA DA SILVA | AS EVIDÊNCIAS DO RATIO STUDIORUM NOS  
MANUAIS ESCOLARES DE FILOSOFIA NAS DÉCADAS DE 1910 A 1940



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**AS EVIDÊNCIAS DO RATIO  
STUDIORUM NOS MANUAIS  
ESCOLARES DE FILOSOFIA NAS  
DÉCADAS DE 1910 A 1940**

ALDEMIR BARBOSA DA SILVA

FLORIANÓPOLIS, 2015

**ALDEMIR BARBOSA DA SILVA**

**AS EVIDÊNCIAS DO *RATIO STUDIORUM* NOS MANUAIS  
ESCOLARES DE FILOSOFIA NAS DÉCADAS DE 1910 A 1940**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha História e Historiografia da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Celso João Carminati.

FLORIANÓPOLIS

2015

S586e Silva, Aldemir Barbosa da  
As evidências do *Ratio Studiorum* nos manuais escolares  
de Filosofia nas décadas de 1910 a 1940/ Aldemir  
Barbosa da Silva. - 2015.  
213 p.; 21 cm

Orientador: Celso João Carminati

Bibliografia: p. 205-213

Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de  
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da  
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação,  
Florianópolis, 2015.

1. Filosofia. 2. Educação - Brasil. 3. Educação  
elementar - Ensino Fundamental. I. Carminati, Celso  
João. II. Universidade do Estado de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD: 100 - 20.ed.

**ALDEMIR BARBOSA DA SILVA**

**AS EVIDÊNCIAS DO *RATIO STUDIORUM* NOS MANUAIS  
ESCOLARES DE FILOSOFIA NAS DÉCADAS DE 1910 A 1940**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na linha História e Historiografia da Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

**Banca Examinadora:**

Orientador: \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Celso João Carminati  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Elison Antonio Paim  
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro: \_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Norberto Dallabrida  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 8 de setembro de 2015.



## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais pelo carinho e pela compreensão nas diferentes fases da minha existência, sendo responsáveis pelos pilares da formação, ensinando-me os primeiros passos nesse universo.

Agradeço em especial ao meu orientador, professor Celso João Carminati, pelas inúmeras discussões que permeiam a consolidação dessa dissertação, com provocações e incentivos à pesquisa, durante todo o período do mestrado.

Agradeço à professora Cristiani Bereta da Silva pelas valiosas contribuições na qualificação e pelo aceite do convite em participar da banca de defesa. E pelas importantes discussões no decorrer da formação, com destaque para as disciplinas História das Disciplinas Escolares e dos Manuais Didáticos e ainda o Seminário de Pesquisa da Linha HHE.

Agradeço aos professores Elison Antonio Paim e Norberto Dallabrida pelas suas contribuições na qualificação e por aceitarem o convite em participar da banca de defesa.

Agradeço às amigas e doutorandas Luani de Liz Souza e Cibele Piva Ferrari pelas infinitas discussões nos diferentes cenários que permeiam o universo acadêmico, marcado pelas suas contribuições direta e indiretamente.

À UDESC, ao PPGE e CAPES, pela oportunidade de apoio e desenvolvimento dos estudos de pós-graduação.

A todos, meus agradecimentos e aquele abraço.



É fascinante – até mesmo inquietante – constatar que cada um de nós tem um olhar parcial ou parcializado sobre o manual: depende da posição que nos ocupamos, em um dado momento de nossa vida, no contexto educativo.

Alain Choppin





## RESUMO

SILVA, Aldemir Barbosa da. **As evidências do Método Pedagógico Jesuítico nos manuais escolares de Filosofia entre as décadas de 1910 e 1940.** 2015. 213f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2015.

A dissertação apresentada problematiza as evidências do Método Pedagógico Jesuítico nos manuais escolares de Filosofia entre as décadas de 1910 e 1940 no Brasil. As análises privilegiam a compreensão da importância da Companhia de Jesus na edificação do *Ratio Studiorum* e sua universalização nos países católicos, sendo direcionados para formação das elites católicas leigas, entre seus representantes nos cenários políticos, nas respectivas nações. Nesse sentido, a pesquisa apresentada tem como pressuposto a materialidade e a representação do *Ratio Studiorum* entre os temas do currículo filosófico, uso permanente do latim e grego, intensidade nas discussões do aristotelismo e tomismo, e o combate das seitas filosóficas nos manuais *Noções de Historia da Philosophia* (1921) - Pe. Leonel Franca; *Filosofia* (1934) - P. J. Castro Nery; e *História da Filosofia* (1944) - Jonathas Serrano. Foram analisados, no recorte temporal dessa pesquisa, os decretos que aprovam os livros didáticos de Filosofia pela Comissão Nacional do Livro Didático, de Reformas Educacionais nesse período e, finalmente, as disputas nesse cenário educacional entre Reação Católica e o Movimento dos Pioneiros da Educação Nova. Nesse viés, o sistema educacional brasileiro representa um cenário político de intensas discussões, marcando posicionamentos conservadores e renovadores na constituição dos fundamentos que permeiam a formação da nação. Na pesquisa, procura-se demonstrar algumas evidências do *Ratio Studiorum* nos respectivos manuais como marcas de

uma cultura escolar nas intensas disputas que permeiam os cenários institucionalizados, de interesses eclesiásticos, na formação das elites.

**Palavras-chave:** *Ratio Studiorum*. Manual Escolar. Filosofia.

## ABSTRACT

SILVA, Aldemir Barbosa da. **The evidence of Jesuit Pedagogical Method, in the philosophy educational textbooks, between the decades 1910 and 1940.** 2015. 213f. Dissertation (Master Degree in Education) – State University of Santa Catarina. Post-Graduation Program in Education, Florianópolis, 2015.

The presented dissertation discusses the evidence of Jesuit Pedagogical Method, in the philosophy educational textbooks, between the decades 1910 and 1940, in Brazil. The analysis favor the understanding about the importance of educational organization of the Jesuit in the building process of the *Ratio Studiorum* and its universalization in Catholics countries, being directed to the education of lay Catholic elites, among their representatives in the political scenarios in respective nations. Following this logical, the presented research presupposes the materiality, and the representation of the *Ratio Studiorum*, between "the themes of philosophical curriculum, permanent use of Latin and Greek, the intensity of Aristotelianism and Thomism discussions, and combat the philosophical sects" in the manuals: *Notions of Philosophia History* (1921) – Father Leonel Franca; *Philosophy* (1934) – P. J. Castro Nery; and *History of Philosophy* (1944) – Jonathan Serrano. Were analyzed, in the specific period of time of this research, the decrees that approve the Philosophy's textbooks, by the Textbook National Commission, of Educational Reform in this period, and finally the disputes in this educational setting, between Catholic reaction and the Pioneers of New Education Movement. In this context, the Brazilian educational system represents a political scenario of intense discussions, emerging conservative and renewing positions that can modify and interfere the foundation of a nation. In the survey, we tried to show some evidence of the *Ratio Studiorum* in their respective

manuals, as marks of a school culture, during the intense disputes that underlie institutionalized scenarios, of ecclesiastical interests, in the formation of elites.

**Keywords:** *Ratio Studiorum*. School Manual. Philosophy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa do manual escolar Noções de Historia da Philosophia (1921) - Pe. Leonel Franca .....	46
Figura 1.1 - Folha de rosto do manual escolar Noções de Historia da Philosophia (1921) - Pe. Leonel Franca .....	46
Figura 2 - Capa do manual escolar Filosofia (1934) - P. J. Castro Nery .....	55
Figura 2.1 - Folha de rosto do manual escolar Filosofia (1934) - P. J. Castro Nery .....	55
Figura 3 - Árvore Porfiriana .....	60
Figura 4 - Capa do manual escolar História da Filosofia (1944) - Jonathas Serrano .....	65
Figura 4.1 - Folha de rosto do manual escolar História da Filosofia (1944) - Jonathas Serrano.....	65



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Representação dos temas do currículo filosófico do <i>Ratio Studiorum</i> nos Sumários dos manuais escolares de Filosofia .....	149
Tabela 2 – Os temas do currículo filosófico do <i>Ratio Studiorum</i> no manual de L. Franca.....	158
Tabela 3 - Os temas do currículo filosófico do <i>Ratio Studiorum</i> no manual de C. Nery .....	163
Tabela 4 - Os temas do currículo filosófico do <i>Ratio Studiorum</i> no manual de J. Serrano.....	172
Tabela 5 - O uso do latim e o grego no manual de L. Franca.....	178
Tabela 6 - O uso do latim e o grego no manual de C. Nery.....	179
Tabela 7 - O uso do latim e o grego no manual de J. Serrano.....	181





## LISTA DE ABREVIATURAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABE	Associação Brasileira da Educação
AGIR	Artes Gráficas Indústria Reunida S. A.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CELD	Comissão Estadual do Livro Didático
CEN	Companhia Editora Nacional
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
DOU	Diário Oficial da União
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PNBEM	Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PUC's	Pontifícias Universidades Católicas
SCIELO	Scientific Electronic Library Online



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>2 ASPECTOS QUE CERCAM O UNIVERSO DOS MANUAIS ESCOLARES .....</b>	<b>29</b>
2.1 OS TERMOS MANUAIS ESCOLARES E SUAS APROPRIAÇÕES .....	29
2.2 A MATERIALIDADE DOS MANUAIS DE FILOSOFIA.....	40
2.2.1 Noções de História da <i>Philosophia</i> .....	45
2.2.2 Filosofia .....	54
2.2.3 História da Filosofia .....	64
2.3 A COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO ...	71
<b>3 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO JESUÍTICA .....</b>	<b>85</b>
3.1 O MÉTODO PEDAGÓGICO JESUÍTICO .....	85
3.1.1 O Ensino Jesuítico no Brasil .....	100
3.2 O <i>RATIO STUDIORUM</i> E AS REGRAS PARA O ENSINO DE FILOSOFIA.....	109
3.3 A PRESENÇA DA FILOSOFIA NAS REFORMAS EDUCACIONAIS.....	133
<b>4 AS EVIDÊNCIAS DO <i>RATIO STUDIORUM</i> NOS MANUAIS ESCOLARES .....</b>	<b>141</b>
4.1 OS TEMAS DO CURRÍCULO FILOSÓFICO DO <i>RATIO STUDIORUM</i> .....	144
4.2 A REPRESENTAÇÃO DO LATIM E GREGO NOS MANUAIS .....	173
4.3 A REPRESENTAÇÃO DO ARISTOTELISMO E TOMISMO NOS MANUAIS .....	183
4.4 O <i>RATIOS TUDIORUM</i> CONTRA AS SEITAS FILOSÓFICAS.....	194

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>199</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>205</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ensinar filosofia, em geral, corresponde a uma arte<sup>1</sup>, e esta perspectiva remete aos filósofos gregos e aos princípios que estão na base da formação dos saberes que fundamentam a existência humana, desde suas concepções particulares de investigação e discussões ao longo de toda a História da Filosofia. Nesse contexto, o conhecimento filosófico provoca o intelecto humano a retornar às fontes, procurando incessantemente os subsídios teóricos para compreender as abordagens da História da Filosofia e os temas ou problemas filosóficos. No primeiro caso, pela leitura do contexto histórico que constitui os períodos da Filosofia – Antiga, Medieval, Renascença, Moderna e Contemporânea –, como seus principais filósofos e o espaço que esse conhecimento ocupou na formação das sociedades. No segundo, o ponto central são os temas filosóficos que vêm desde a Antiga Grécia até a contemporaneidade, assumindo discussões que rompem a temporalidade devido à relevância das áreas de conhecimento, como a Metafísica, Lógica, Epistemologia, Política, Ética, Cosmologia, Razão, entre outros temas que constituem o viés filosófico.

Enquanto uma perspectiva de ensino, a História da Filosofia apresenta a possibilidade e a fundamentação dos aportes de valores que constituem a formação das sociedades. Nessa concepção, as discussões que ocupam os cenários intelectuais em determinado período filosófico foram apresentadas com intensidades diferentes, demonstrando as

---

<sup>1</sup> Em seu significado mais geral, todo conjunto de regras capazes de dirigir uma atividade humana qualquer. Era nesse sentido que Platão falava da Arte e, por isso, não estabeleceu distinção entre Arte e Ciência. Arte, para Platão, é a arte do raciocínio (*Fed.*, 90b), com a própria filosofia no seu grau mais alto, isto é a dialética (*Fedro*, 266d) (ABBAGNANO, 2007, p. 92).

relações de poder, intrínsecas entre as permanências e resistências em cada sociedade.

Neste cenário, a cultura escolar jesuítica desenvolvida principalmente nas instituições europeias no século XVI apresenta um conjunto de normas e práticas que, entre os fundamentos filosóficos e teológicos, possibilitou um método de ensino, mais tarde batizado de Método Pedagógico Jesuítico – *Ratio Studiorum*. Tal modelo educacional, trazido e implantado pela Companhia de Jesus no território brasileiro, consolida a configuração dos saberes que constitui a formação das almas e da nação, tendo sido o ensino de Filosofia um campo estratégico para a consolidação do ideário católico, tanto na metrópole quanto nas colônias.

A hegemonia do sistema pedagógico jesuítico, na constituição da educação brasileira, foi mantida até a Reforma Pombalina, em 1759. Segundo Saviani (2011, p. 82), “por meio do Alvará de 28 de junho de 1759, determinou-se o fechamento dos colégios jesuítas introduzindo-se as aulas régias a serem mantidas pela Coroa”. Ao que tudo indica, esta expulsão não gerou os melhores resultados para o desenvolvimento intelectual do país, fragmentando as estruturas educacionais edificadas pela Companhia de Jesus, com significativo impacto durante a segunda metade do século XVIII. Importante salientar, segundo Saviani (2011, p. 82), “o funcionamento das aulas régias não impediu os estudos nos seminários e colégios das ordens religiosas, tendo sido, inclusive, criadas algumas dessas instituições no espírito das reformas pombalinas”. Porém, neste período houve a propagação de alguns movimentos de inspiração positivista, abrindo certos caminhos para o início do desenvolvimento das ciências. Neste contexto, após a instituição das aulas régias, o ensino de Filosofia<sup>2</sup> ficou

---

<sup>2</sup> A noção de disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição

em situação difícil: na metade do século XIX, na Reforma Coutto Ferraz (1854) e na Reforma Leôncio de Carvalho (1879), era componente curricular; na Reforma Benjamim Constant (1890), contudo, foi excluída do currículo oficial.

Neste período, de acordo com Bastos (2008), entre os manuais escolares franceses que são adotados para uso dos alunos do *Colégio D. Pedro II*, consta a tradução do compêndio de Filosofia do autor A. Pellissier – *Précis d'un cours complet de Philosophie élémentaire*. Os manuais escolares que circulam no Colégio Imperial se tornam referência em outras instituições de ensino secundário, sendo considerados estratégicos no mercado editorial e livesco das editoras francesas no Brasil.

No entanto, os vestígios da legislação educacional nacional, configurada no final do século XIX, têm extensão no início do século XX, com a ausência do ensino de Filosofia no currículo oficial, nas reformas educacionais de Epitácio Pessoa (1901) e Rivadávia Correa (1911). É importante salientar que a primeira alteração dessa estrutura ocorre na Reforma Carlos Maximiliano (1915), com um curso facultativo “Psychologia, Logica e História da Philosophia - por meio da exposição das doutrinas das principais escolas philosophicas”.

Esta disciplina escolar<sup>3</sup> será componente do currículo oficial a partir da Reforma Rocha Vaz (1925), instituindo sua obrigatoriedade especificamente no programa do ensino

---

e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação mas na história cultural (CHERVEL, 1990, p. 184).

<sup>3</sup> No seu uso escolar, o termo “disciplina” e a “disciplina escolar” não designam, até o fim do século XIX mais do que a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem e aquela parte da educação dos alunos que contribui para isso. No sentido que nos interessa aqui, de “conteúdos do ensino”, o termo está ausente de todos os dicionários do século XIX, e mesmo do *Dictionnaire de l'Academie* de 1932 (CHERVEL, 1990, p. 178).



secundário, e a continuidade dessa legislação será permanentemente apontada tanto na Reforma Francisco Campos (1931) quanto na Reforma Capanema (1942). É válido ressaltar a fundação, em 1938, da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), regulamentando os manuais escolares, emitindo os pareceres de aprovação ou reprovação e influenciando a formação da cultura brasileira dentro dos parâmetros de comissões específicas, nas diversas áreas do conhecimento. Na década de 1940, foram aprovados pela CNLD e respectivamente publicados no Diário Oficial da União (DOU) o total de nove manuais escolares de Filosofia, cabendo às instituições a escolha da competência.

Entretanto, a presença do ensino de Filosofia no currículo escolar brasileiro será interrompida no período da Ditadura Militar (1964-85), com a sua retirada a partir da Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971.

Assim, a disciplina de Filosofia deixou de existir enquanto obrigatória, o que representou, na prática, o seu abandono, embora existam notícias de que algumas escolas a tenham mantido em seus currículos. Historicamente, o ensino de Filosofia no II grau, sobretudo no século XX, tem oscilado de acordo com os interesses governamentais, ora presente, ora ausente (CARMINATI, 2010, p. 163).

As relações de poder, intrínsecas na lógica do governo da Ditadura Militar, definem no cenário educacional brasileiro os saberes necessários para a formação da nação, regulamentando a reestruturação do currículo oficial nos moldes da política autoritária que permeia esse período. Como estratégia, o governo determina a obrigatoriedade, das

específicas disciplinas escolares<sup>4</sup>, conforme a Lei nº5692/71, no art. 7, que institui: “Será obrigatório a inclusão da Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos do 1º e 2º Graus”.

O fim do período que corresponde ao governo militar será marcado pela redemocratização, possibilitando ao sistema educacional brasileiro programar novos caminhos para o desenvolvimento intelectual e tecnológico da nação. Tal comportamento proporciona novos parâmetros curriculares nacionais, com a institucionalização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), afastando o predomínio do reducionismo, mantido pelas políticas educacionais em alguns sistemas de governo.

Nessa nova fase da legislação educacional brasileira permanece uma lacuna, principalmente no que corresponde à disciplina Filosofia, pois a LDB nº 9.394/96, no art. 36, parágrafo primeiro, inciso III, prevê ao currículo do ensino médio, entre suas diretrizes, “domínio dos conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Tal resolução não institui a disciplina escolar Filosofia, apenas saberes que os alunos devem demonstrar. Dessa forma, a disciplina escolar Filosofia oficialmente retorna ao sistema de ensino nacional, respaldada pela obrigatoriedade na educação

---

<sup>4</sup> O problema das finalidades da escola é certamente um dos mais complexos e dos mais sutis com os quais se vê confrontada a história do ensino. Seu estudo depende em parte da história das disciplinas. Pode-se globalmente supor que a sociedade, a família, a religião experimentaram, em determinada época da história, a necessidade de delegar certas tarefas educacionais a uma instituição especializada, que a escola e o colégio devem sua origem a essa demanda, que as grandes finalidades educacionais que emanam da sociedade global não deixaram de evoluir com as épocas e os séculos, e que os comanditários sociais da escola conduzem permanentemente os principais objetivos da instrução e da educação aos quais ela se encontra submetida (CHERVEL, 199, p. 187.)

básica, nos currículos do ensino médio a partir da Lei nº 11.684/08, que altera o art. 36 da LDB nº 9.394/96, determinando a Filosofia e a Sociologia como matérias obrigatórias<sup>5</sup>.

Nesse viés, apresento a problemática proposta por essa pesquisa: é possível afirmar que existem evidências do Método Pedagógico Jesuítico, o *Ratio Studiorum*, nos manuais escolares de ensino de Filosofia que circularam no período compreendido entre as décadas de 1910 e 1940? A questão que problematiza essa pesquisa tem por referência o plano educacional da Companhia de Jesus, o *Ratio Institutio Studiorum Societatis Iesus*, utilizado tanto no cenário europeu quanto nas colônias de domínio das coroas cristãs.

Para compreender essa questão, apresentarei e discutirei os sentidos e os fundamentos do contexto educacional brasileiro que, como sabemos, passou por importantes transformações na primeira metade do século XX, mas foi marcada por disputas nos ambientes institucionais, que representaram significativamente a resistência do movimento tradicional<sup>6</sup> Reação Católica a defesa do projeto educacional jesuítico nas escolas frente o advento do novo projeto

---

<sup>5</sup> É importante ressaltar a aquisição de coleção de obras de cunho filosófico nas bibliotecas, pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio (PNBEM – 2008), sendo aprovados por comissões específicas e distribuídos gratuitamente nas instituições públicas.

<sup>6</sup> A mobilização da Igreja expressou-se na forma de resistência ativa articulando dois aspectos: a pressão para o restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas e a difusão de seu ideário pedagógico mediante a publicação de livros e artigos em revistas e jornais e, em especial, na forma de livros didáticos para uso nas próprias escolas públicas assim como na formação de professores para o que ela dispunha de suas próprias Escolas Normais (SAVIANI, 2011, p. 179).

educacional<sup>7</sup> representado pelo Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.

É nesse cenário que o recorte temporal da pesquisa foi definido, períodos em que as disputas entre renovadores e católicos se acentuaram. Assim, torna-se fundamental levar em conta a História da Educação no Brasil, em particular do ensino de Filosofia, para compreender as disputas entre os representantes dos movimentos educacionais, com as posições estratégicas, na constituição do sistema educacional brasileiro. Nesse universo de disputas, localizam-se os manuais escolares de Filosofia, que são objetos centrais dessa pesquisa e refletem no processo de formação da nação, configurando uma importante problemática.

---

<sup>7</sup> Esse movimento que se acusava mais ou menos intensamente em todas essas reformas, variáveis quanto ao alcance e à importância, mas semelhantes na sua significação, culminou com a “declaração de princípios” do manifesto educacional, cuja ideia se originou nos debates da IV Conferência Nacional de Educação, reunida no Rio de Janeiro, em dezembro de 1931. Já havia chegado o momento de definir, circunscrever e dominar o programa da nova política educacional por uma vista orgânica e sintética das modernas teorias de educação, na qual, extraída a essência das doutrinas, se estabelecesse o “novo sistema de fins sobreposto ao sistema de meios” apropriados aos novos fins e necessários para realizá-los. Esse documento público que teve a mais larga repercussão foi inspirado pela necessidade de precisar o conceito e os objetivos “da nova política educacional” e desenvolver um esforço metódico, rigorosamente animado por um critério superior e pontos de vista firmes, dando a todos os elementos filiados à nova corrente, as normas básicas e os princípios cardiais para avançarem com segurança e eficiência nos seus trabalhos. Não é apenas uma bandeira revolucionária, cuja empunhadura foi feita para as mãos dos verdadeiros reformadores, capazes de sacrificar pelos ideais comuns sua tranquilidade, sua energia e sua própria vida; e um código em que se inscreveu, com as teorias da nova educação infletidas para um pragmatismo reformador, um programa completo de reconstrução educacional, que será mais cedo ou mais tarde a tarefa gigantesca das elites coordenadoras das forças históricas e sociais do povo, no seu período crítico de evolução (AZEVEDO et al., 2010, p. 24).

Para configurar este universo em que se situam os manuais de Filosofia, realizei um levantamento de informações das pesquisas publicadas em fontes públicas e em banco de dados, como de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), entre outros bancos de pesquisa. Neste levantamento deparei-me com uma dissertação de mestrado intitulada *A Filosofia na Ratio Studiorum*, de Adilson Roberto Correr, de 2006, e duas teses de doutorado: *A Estratégia da Produção e Circulação Católica do Projeto Editorial das Coleções de Theobaldo Miranda Santos 1945 - 71*, de Orlando José de Almeida Filho, de 2008; e *A Filosofia no espaço escolar*, de Luísa Margarida de Mendonça Freire Nogueira, de 2008. Destas, apenas a tese do Orlando José de Almeida Filho apresenta os manuais escolares de Filosofia no contexto de disputas no campo educacional entre Reação Católica e Escola Nova, como as editoras que correspondiam às publicações exclusivas a determinado movimento educacional.

Essas discussões tomam por fundamentos os aportes teóricos de Alain Choppin (2002, 2004, 2008 e 2009), investigando as fundamentações que classificam os livros dessa pesquisa, como manuais escolares, e Roger Chartier (1990, 1991, 1999, 2002 e 2011), com as questões relativas à materialidade dos manuais escolares e o conceito de representação.

A configuração da estrutura dessa dissertação compõe quatro capítulos, incluída esta introdução, na qual apresento brevemente o itinerário da pesquisa. No segundo capítulo, numa discussão específica dos manuais escolares de Filosofia nas décadas de 1910 a 1940, procuro demonstrar seu conceito, a partir do aporte teórico de Alain Choppin, investigar as questões que cercam a materialidade desses manuais escolares, aponta o lugar da Comissão Nacional do Livro Didático

(CNLD) e suas publicações no Diário Oficial da União (DOU), assim como reconhecer os espaços ocupados pela CNLD na sociedade brasileira, como os decretos que aprovam a configuração dos manuais oficiais de ensino no país.

Analiso especificamente três manuais escolares, sendo o primeiro do Pe. Leonel Edgar da Silveira Franca S. J. - *Noções de Historia da Philosophia*<sup>8</sup>, 2ª edição, (1921), reitor das Faculdades Católicas no Brasil; o segundo, do Monsenhor Pedro José de Castro Bueno Nery - *Filosofia*, 3ª edição (1934), catedrático de Filosofia no Ginásio do Estado, em São Paulo; e o terceiro, analisado pelo professor de História Universal do Colégio Pedro II, Jonathas Arcaño da Silveira Serrano - *História da Filosofia* (1944). Esse capítulo, além do conceito do manual escolar, tem por objetivo investigar a materialidade dos manuais escolares de Filosofia (configuração de cada obra, formato, editor, número de páginas, existência de quadros, tabelas e imagens, entre outros aspectos), demonstrando as características que compõem os requisitos do programa oficial, aprovados pela CNLD. Nesse contexto, outro aspecto importante é identificar os autores dos respectivos manuais escolares, apontando os espaços que ocupam no cenário educacional brasileiro, entre funções institucionais, políticas e eclesiais.

No terceiro capítulo, o importante aspecto da História da Educação, centralizada no Método Pedagógico Jesuítico, constitui-se nos fundamentos do ideário católico no século XVI e sua posição pioneira no cenário educacional brasileiro. Nesse viés, meu percurso de pesquisa foi: investigar no *Ratio Studiorum* como foram configuradas as regras que correspondem ao ensino de Filosofia; demonstrar as correntes filosóficas que são intencionalmente priorizadas; e apontar os filósofos e os temas em evidência. Adentrando na primeira

---

<sup>8</sup> Em 1918, ocorreu a primeira publicação desse manual escolar.

metade do século XX, cenário das Reformas Educacionais, com alterações na legislação do ensino secundário, entre os aspectos a institucionalização curricular do ensino de Filosofia.

Tal abordagem é desenvolvida em três aspectos. No primeiro momento, contextualizando a Companhia de Jesus (Congregação Católica), apontando os princípios do ideário católico a Europa e sua configuração no sistema educacional brasileiro; depois, demonstrando o plano educacional da Companhia de Jesus, o *Ratio Studiorum* e as regras do ensino de Filosofia; e no terceiro momento, evidenciando os espaços que as reformas educacionais proporcionaram ao ensino de Filosofia na primeira metade do século XX, reconhecendo os espaços institucionalizados pelos intelectuais do Movimento Católico frente ao Movimento Escola Nova nas disputas políticas no cenário educacional brasileiro.

No quarto capítulo, o foco da pesquisa é nos conteúdos dos manuais escolares de Filosofia do século XX, que correspondem às décadas de 1910 a 1940, analisando a configuração dos Sumários, entre as abordagens que permeiam os períodos e temas filosóficos, possibilitando investigar as evidências do *Ratio Studiorum*. Nesse contexto, torna-se primordial na pesquisa os parâmetros que constituem a Organização e Plano de estudo da Companhia de Jesus, entre as regras que permeiam o alicerce do ideário católico na formação de potenciais representantes nos diferentes cenários institucionalizados, com projeto de defesa e expansão dos princípios que regem o catolicismo. É importante salientar que entre os aspectos centrais que constituem essa abordagem estão a análise da representação do *Ratio Studiorum* nos manuais escolares dessa pesquisa, seguindo a respectiva configuração: os temas do currículo filosófico, apresentado pelo Método Pedagógico Jesuítico; as expressões em “latim e grego”; as questões filosóficas no “Aristotelismo e Tomismo”; e as críticas às “seitas filosóficas”.

## **2 ASPECTOS QUE CERCAM O UNIVERSO DOS MANUAIS ESCOLARES**

### **2.1 OS TERMOS MANUAIS ESCOLARES E SUAS APROPRIAÇÕES**

Os manuais escolares são instrumentos importantes no campo da História da Educação, pois representam, segundo Choppin (2002), um objeto de investigação da cultura material escolar e adentram o cenário educacional em diferentes contextos históricos, tendo representações que determinam os programas curriculares oficiais, como os pressupostos que cercam a materialidade de um livro didático.

A história dos manuais escolares se torna objeto de investigação, pois o livro escolar é um meio didático e pedagógico privilegiado na estruturação da cultura escolar. Nessa perspectiva, os componentes que o circundam, tanto a história econômica quanto a história social, precisam compor espaço no projeto investigativo dos manuais escolares. Nessa relação, é fundamental compreender a história dos manuais escolares, como afirma Magalhães (2006, p.6):

Fazer a história do manual é indagar a gênese, natureza, simbolização e significação mais profundas do saber e do conhecimento; e indagar da materialidade e da significação do(s) livro(s) como texto, enquanto ordem (suporte e unidade) do saber e do conhecimento; e indagar, ainda, do livro como discurso (configuração, forma/estrutura, especialização, autoria); e, por fim, indagar do saber como conhecimento e do conhecimento como (in)formação.

O ato de indagar, proposto pelo autor como estrutura específica de investigação, demarca os caminhos que devem



ser trilhados para compreender o termo *manual*. No entanto, requer um conjunto de informações complexas que cercam essa discussão, provocando ao pesquisador adentrar o universo que constitui a história do manual. Essa estrutura delimita um conjunto de questões, que cria a possibilidade de identificarmos as intencionalidades que perpetuam e os elementos que historicamente definem a concepção do manual escolar.

Dos pressupostos que compõem a história do manual escolar, de acordo com Choppin (2008, p. 12), “a análise dos manuais escolares não pode abstrair – se dos contextos legislativos e normativos que o regulamentam ou que regulamentam a sua concepção, produção, difusão, financiamento e utilização”. Esse objeto escolar está inserido no ambiente escolar, porém, sua permanência demonstra as relações de poder instituídas em diferentes contextos históricos, presente na legislação educacional.

Dessa forma, alguns países determinaram quais pressupostos iriam compor sua legislação educacional, disciplinando as regras de produção e circulação desses manuais escolares, instituindo comissões específicas que determinariam a aprovação ou a reprovação dos referidos livros didáticos. Mas a compreensão desse objeto escolar requer aos historiadores investigar também as múltiplas funções que o constitui, como destaca Choppin (2002, p. 13):

Os manuais representam para os historiadores uma fonte privilegiada, seja qual for o interesse por questões relativas à educação ou às mentalidades, à linguagem às ciências... ou ainda a economia do livro, as técnicas de impressão ou semiologia da imagem. O manual é, realmente, um objeto complexo dotado de múltiplas funções, a maioria, aliás, totalmente despercebidas aos olhos dos contemporâneos. É fascinante – até mesmo inquietante – constatar

que cada um de nós tem um olhar parcial e parcializado sobre o manual: depende da posição que nós ocupamos, em um dado momento de nossa vida, no contexto educativo definitivamente, nós só percebemos do livro de classe o que nosso próprio papel na sociedade (aluno, professor, pais do aluno, editor, responsável político, religioso, sindical ou associativo, ou simples editor...) nos instiga a pesquisá-lo.

Em relação às múltiplas funções, ocorrem outras leituras dessa problemática em Choppin (2004), com a discussão das funções essenciais<sup>9</sup> que os livros didáticos exercem. Assim, institui: referencial, instrumental, ideológica e cultural, e documental, que podem variar consideravelmente segundo o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização.

---

<sup>9</sup> 1. *Função referencial*, também chamada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. [...] 2. *Função instrumental*: o livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorece a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas etc. [...] 3. *Função ideológica e cultural*: é a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. [...] 4. *Função documental*: acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno (CHOPPIN, 2004, p.553).

Os manuais escolares<sup>10</sup> não são como os demais livros. Eles são instrumentos de difusão cultural, pois representam um importante indicador das relações de poder que circundam por diferentes períodos históricos, sendo projetados pelas sociedades que os instituem (pela edição do Estado, autorização prévia ou liberdade de escolha), e se interligam as relações de liberdades ou censuras, que refletem sobre as regras impostas, em determinados períodos, aos representantes do mercado editorial na constituição dos saberes pertinentes à cultura de uma determinada nação.

É importante destacar, segundo Choppin (2002, p. 14), que “o manual está efetivamente inscrito na realidade material, participa do universo cultural e sobressai-se, da mesma forma que a bandeira ou a moeda, na esfera simbólica”. Desse modo, demonstra a intencionalidade desse objeto escolar como depositário dos conteúdos educativos que perpassam as gerações, e utilizam como estratégias esses instrumentos pedagógicos (propostos por métodos e técnicas de aprendizagem) e reconhece um conjunto de saberes em diferentes áreas de conhecimento, que serão apropriados e legitimados como indispensáveis à sociedade.

Tal perspectiva reconhece no livro didático um símbolo nacional, tanto na concepção dos políticos e quanto na opinião pública, e o projeta como instrumento de integração em uma comunidade nacional. São instrumentos que estão associados à história da escola, à institucionalização dos programas curriculares oficiais, e componente estratégico em políticas públicas. Após, reconhecer alguns aspectos que permeiam o cenário histórico dos manuais escolares é fundamental para

---

<sup>10</sup> No seu modo de construção, como na orientação para um destinatário, o manual escolar distingue-se de outros livros porque apresenta orientações explícitas relativamente ao comportamento do leitor. O manual escolar é proactivo, disciplinando o acto de ler (MAGALHÃES, 2006, p.12).

investigar os caminhos percorridos por esse termo, nos diferentes tempos e espaços.

Ao analisar a terminologia manual escolar, adentro os aspectos de investigação que compõem as problemáticas dessa pesquisa, em relacionar a definição desse objeto escolar frente às diferentes maneiras que os idiomas apresentam do termo. Entre as dificuldades e os limites dessa proposta, um dos pontos de abordagem apresentado por Choppin (2004, p. 559) corresponde a tal problemática:

A primeira dificuldade relaciona-se à própria definição do objeto, o que se traduz muito bem na diversidade do vocabulário e na instabilidade dos usos lexicais. Na maioria das línguas, o “livro didático” é designado de inúmeras maneiras, e nem sempre é possível explicitar as características específicas que podem estar relacionadas a cada uma das denominações, tanto mais que as palavras quase sempre sobrevivem àquilo que elas designaram por um determinado tempo.

Após constatar as dificuldades e os limites que permeiam essa problemática, Alain Choppin intensifica a discussão em 2009, no artigo *Manual escolar: uma falsa evidência histórica*<sup>11</sup>, propondo a configuração dessa problemática em quatro perspectivas diferentes, mas complementárias.

Ao léxico: quais vogais empregamos (ou são empregadas) para designar o manual escolar, e quais conclusões relativas à sua natureza,

---

<sup>11</sup> Artigo publicado com o título «Le Manuel scolaire: une fausse évidence historique» na Revue *Histoire de l'éducation*. SHE/INRP, n. 117, jan - mar 2008. P. 7 - 56. Tradução e publicação autorizada pelo autor. (CHOPPIN, 2009, p. 9).

funções ou usos podemos tirar desse inventário? O segundo ângulo de análise é próximo à delimitação do conceito, isto é, ao seu campo semântico: quais limites, quais fronteiras separam ou separaram o "território" dos manuais escolares e das categorias editoriais vizinhas? O terceiro é sobre os suportes do manual e suas modalidades de difusão e de utilização: ele é necessariamente um livro e um livro impresso, ou pode se revestir de outras formas e implicar outros usos? O quarto e último é sobre uma série de problemas metodológicos colocados em evidência pelo recenseamento das coleções de manuais, e, mais particularmente, sobre as questões ligadas à categorização e à tipologia (CHOPPIN, 2009, p. 14).

A partir desse complexo universo de informações que cercam as questões elencadas, a discussão exclusiva da primeira questão, o léxico na configuração do manual escolar, constrói a investigação dos subsídios fundamentais para compreensão dessa problemática. Os manuais escolares representam uma multiplicidade de denominações nos últimos anos e compõem um campo de pesquisa sobre o domínio da história dos livros didáticos e suas edições.

Os livros escolares são cercados por uma série de termos que correspondem à matéria que a obra é conhecida. Assim, uma estrutura que possibilita visualizar essa panorâmica será composta pelos seguintes pontos e usos dos termos correspondentes, conforme aponta Choppin (2009, p. 15-16):

Alguns fazem referência a sua organização interna, especialmente quando se referem a um conjunto de textos (português *antologia*; italiano *florilegio*; francês *recueil, jardin*; etc.); outros designam sua função sintética (espanhol

*compendio*; português *compêndio*; francês *précis*, *abrégé*, *tableau*; feroëen *samandráttur*— de *saman*, conjunto; italiano *ristretto*; etc.) ou seu papel diretivo (espanhol *guía*; lituâneo *vadovelis*— de *vadov*, guia; alemão *Hilfsbuch*; francês *mentor*; etc.); outros ainda evocam o método de aprendizagem que trabalham (inglês *method*; francês *cours*; etc.), o mais comum é caracterizar positivamente no título das obras (*fácil*, *rápido*, *completo*, *novo*, etc.), a alternância de questões e de respostas (francês *catéchisme*; sueco *katekes*; espanhol *catecismo*; italiano *dialoghi*; etc.), ou a exposição organizada, do simples ao complexo que é mais frequente (francês *rudiments*; espanhol *nociones*; inglês *elements*; etc.).

A multiplicidade de denominações descritas, como função interna, função sintética, papel diretivo, método de aprendizagem ou como título das obras: questões e respostas, ou simples e complexas, representam o universo que cerca a história dos livros didáticos e correspondem a uma estrutura importante aos pesquisadores. A partir dessa pluralidade de informações, permite traçar os caminhos desse estudo na construção dos referenciais que irão possibilitar visualizar o conceito de manuais escolares: tal termo, reconhecido pelos pesquisadores como recente, torna necessário investigar a história dos manuais escolares.

Essa história adentra os períodos/termos que a configuram. Segundo Choppin (2009), na Europa, no período da Idade Média, encontra os termos *horn-book* ou *hornbook*, expresso como *tavola*, na Itália, ou *tableta* na Espanha, sendo caracterizados por uma simples folha de papel com o alfabeto, a oração do Pai-Nosso ou ainda os números de um a dez; no século XV, encontra o termo *palette*, que representa o abecedário, na Suíça, na Savóia e em parte da Borgonha, sendo representados por uma pequena raquete triangular, na qual é

possível gravar ou colar um alfabeto manuscrito, sendo um objeto de fácil manuseio pela criança; e no século XVI, foi difundida na Europa a *cartilla* (espanhol) ou *cartilha* (português), configurada por quatro ou oito simples folhas (carta) impressas, que correspondem ao dobro de folhas ao serem dobradas: são pequenos livretos com as letras do alfabeto e dos primeiros rudimentos de aprendizagem da leitura que circularam na Europa e, posteriormente, na América Latina. Na metade do século XIX, foram difundidos na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos os *battledore* ou *battledoor*, configurados por uma folha de cartolina dobrada em duas ou três partes, com o texto impresso em uma face e gravuras na outra.

Na perspectiva de utilização correta do termo, de acordo com Choppin (2009, p. 19), “percorrendo a abundância bibliográfica científica consagrada no mundo do livro e da edição escolar, constata-se que são utilizadas conjuntamente hoje várias expressões que, na maioria das vezes, é difícil, até impossível, de determinar o que as diferenciam”. Nesse âmbito, os pesquisadores adentram a História da Educação buscando pela análise desse objeto escolar, compreender a sua configuração e os termos evidenciados aos manuais escolares nos diferentes tempos e idiomas, possibilitando uma ressonância fidedigna sem o anacronismo, pois foram esses materiais que circularam na formação das múltiplas culturas e representam objetos importantes para pesquisas.

O estatuto do livro escolar, no sentido dos usos lexicais, reflete uma complexidade de expressões, e segundo Choppin (2004, p. 549), “é designado de inúmeras maneiras, e nem sempre é possível explicitar as características específicas que podem estar relacionadas a cada uma das denominações”. Dessa forma, o termo específico que compõe em alguns países os manuais escolares será compreendido em três perspectivas:

o sentido institucional, a função didática e os conteúdos de ensino sob viés do livro enciclopédico.

Inicialmente, os termos que correspondem ao sentido institucional, no qual a obra é utilizada ou à qual é destinada, conforme Choppin (2009, p. 20-21):

Francês *livre d'école, livre de classe, livre classique*, etc.; inglês *schoolbook*; alemão *Schulbuch*; holandês *schoolboek*; dinamarquês *skolebog*; espanhol *libros escolares*; italiano *libri per la scuola, libriscolastici*; albanês *libër shkollor*; polonês *książkiszkolne*; turco *okul kilavuzu*; húngaro *iskolaitankönyvek*; slovaco *školská učebnica*; lituânio *monyklinis vadovėlis* – de *monyklina*, escola; tamoul *pachadalyputagama* – de *pachadaly*, escola; lingala (Congo) *bukuyakelasi*; farsi (Irã) *ketabedarsi* – de *ketabe*, livro e *darsi*, escola; chinês *xué xiàoshu* – de *xué*, instruir, *xiào*, escola e *shu*, livro; etc.

Posteriormente, os termos que correspondem à função didática, na qual o livro é um livro que serve para ensinar, segundo Choppin (2009, p. 21):

Francês *livre d'enseignement*; alemão *Lehrbuch*; húngaro *tankönyv* - de *tanítás*, ensino e *könyv*, livro; norueguês *laerebok*; grego *διδασκαλεῖον* - de *διδασκεῖν* (*didaskkein*), ensinar; português *livro didático*; basco *liburudidaktikoen*; árabe *eddirasat kitab* - de *eddirasat*, ensino) ou para estudar russo - e, com algumas variantes, outras línguas eslavas – *uchébnik* - de *uchéba*, estudos; holandês *leerboek*; letão *mácibugrámata* - de *mácibu*, estudo; espanhol *manuales de estudio*; hebreu *seferlimoud* - de *sefer*, livro e *limoud*, estudo; suaíli *kitabuyamasomo* - de *masomo*, estudo;



vietnamita *sáchhọc* - de *sách*, livro, e *học*, estudar.

Finalmente, os termos que correspondem ao conteúdo de ensino, que remetem ao universo dos livros enciclopédicos, de acordo com Choppin (2009, p. 21-22):

(Finlandês *oppikirja* – de *oppi*, saberes, *etkirja*, livro; islandês *kennslubók*), também nos livros de leitura corrente (Greco *anagnosticonbiblion* ou ainda *anagnosmata*), às vezes fazem explicitamente referência à matéria que trata a obra (inglês *grammar*; inglês *arithmetic*s; alemão *Schulgeschichtsbuch*; húngaro *történelemkönyv*; espanhol *lecciones de cosas*; etc.

Nesse contexto, reafirmo meu posicionamento com autor em destacar o amplo cenário educacional que foi cunhando os manuais escolares e as problemáticas decorrentes dessa investigação, pois representam um conjunto de significados que necessitam ser depurados pelo pesquisador da História da Educação antes de universalizar o conceito que corresponde aos manuais escolares.

A partir da configuração proposta por Choppin (2009), os manuais escolares de Filosofia, que são objetos dessa pesquisa, podem ser identificados pela função didática, que corresponde ao sentido etimológico, o livro escolar é um livro que serve para ensinar, sendo representado no idioma português pela expressão “livro didático”, componente que permeia o sistema educacional brasileiro.

Segundo Choppin (2009), as distintas denominações do manual escolar, correspondem à diversidade do vocabulário empregado, dessa forma, refletem na complexidade que constitui o universo do manual: no primeiro plano, as épocas e os ares culturais; e no segundo plano, uma época e um país.

Assim, constata a existência da pluralidade de vocábulos, que remetem tanto ao conteúdo intelectual quanto ao suporte material ou uma e outra de suas múltiplas funções etc.

Nesse contexto, os vocábulos aparentam traduzir as influências que foram arquitetadas, sofrendo alterações linguísticas, não contemplando as mesmas representações ou expectativas que foram inventadas. Nessa perspectiva, compreender um vocábulo, com suas interferências linguísticas ao conceituar o objeto, demonstra que a composição léxica institucionalizada pelo país necessariamente não corresponde à universalização de determinado conceito. Importante é constatar essa percepção em Choppin (2009, p. 26-27):

O vocabulário utilizado parece, muitas vezes, traduzir as influências que são exercidas de um país a outro, porque conforme os ares linguísticos, não são as mesmas representações, ou as mesmas expectativas, que são privilegiadas. Os anglófonos empregam de preferência a palavra *textbook*, porque o manual é antes de tudo para eles uma referência; os germanófonos *Schulbuch*, porque privilegiam o aspecto institucional, ou ainda os japoneses *kyôkasho* porque, aos seus olhos, o essencial residirá nos conteúdos?

O vocabulário das distintas nações, como apresentado, possibilita constatar as distinções linguísticas quanto ao termo manual, demonstrando os diferentes enfoques atribuídos a ele, como expressa nos três casos relacionados, entre os anglófonos, germanófonos e japoneses. Mas o significado instituído por cada cultura possibilita ao pesquisador questionar, como aponta Choppin (2009, p. 27): “em suma, é certo falarmos de um mesmo objeto quando realizamos um estudo comparativo?”.

Na concepção de manuais escolares na cultura ocidental, segundo Choppin (2009), permeiam concepções divergentes que cercam esse termo, do que é ou do que foi o livro escolar. Tal definição compõe uma relação no universo que a constitui, representada pelo conjunto dos aspectos delimitados entre os lugares, as épocas, os suportes, os níveis e as matérias de ensino, e ampliam esse campo de análise ao mencionar as questões relacionadas aos possíveis contextos político, econômico, social, cultural e estético que o compõe. Nesse cenário, o manual escolar tem sua extensão como função da problemática científica no qual se insere. Em relação a essa problemática, o manual escolar (objeto de pesquisa) não é um dado, mas o resultado de uma construção científica. Dessa forma, como enfatiza o autor, não pode então ter uma definição única.

## 2.2 A MATERIALIDADE DOS MANUAIS ESCOLARES DE FILOSOFIA

A compreensão do livro tem como pressuposto o ato de investigar sua materialidade<sup>12</sup>. Mas adentrar essa problemática

---

<sup>12</sup> O manual escolar tem uma materialidade; espécime e produto autoral, editorial, mercantil, ele é mercadoria e produto industrializado e comercializado, com características próprias e que cumpre objetivos específicos nos planos científico, social e cultural. Os seus modos de produção e de circulação envolvem uma cadeia de agentes e estão condicionados por uma série de prerrogativas: dimensões autorais; técnicas e materiais de fabrico e reprodução; processos e percursos produtivos; circunstâncias e condicionalismos de comercialização, circulação, difusão, acesso. Neste quadro, a abordagem a partir de uma economia alargada não pode deixar de incluir uma tecnologia da produção, constituída por fatores relativos à: locais; licenciamentos e patentes; direitos de autor e de propriedade; circulação e reprodução dos originais; mecanização, estilização e/ ou originalidade, nos planos tipográfico, editorial, autoral e estilístico. O estudo sócio-econômico dos processos de produção e de

requer compreender as relações que permeiam os cenários em que esse material esteve inserido (produção) e os tempos/espacos que legitimam sua presença (utilização). A configuração das etapas da produção do livro compõe essa investigação, pois proporciona subsídios que cercam sua materialidade (formato da capa, número de páginas, dimensão/tamanho, edição, entre outros aspectos) e identifica os responsáveis por seus processos editoriais.

Nesse contexto, o livro, em sua materialidade, está relacionado à cultura impressa, que historicamente foi construída, segundo Chartier (2002), a partir da relação entre tipos de objetos (os livros, o diário, a revista), categorias de texto e formas de leitura. Tal configuração, porém, requer a compreensão das inovações históricas que permeiam o cenário do livro, por representarem informações de extrema importância à cultura escrita.

Em primeiro lugar, entre os séculos II e IV, a difusão de um novo tipo de livro, que ainda é o nosso, isso é, o livro composto de folhas e páginas reunidas dentro de uma mesma encadernação, que chamamos códex e que substitui os rolos da antiguidade grega e romana; o segundo, no final da Idade Média, nos séculos XIV e XV, o aparecimento do livro unitário, ou seja, a presença, dentro de um mesmo livro manuscrito, de obras compostas de língua vulgar por um único autor (Petarca, Boccaccio, Christine de Pisan), enquanto antes essa lista caracterizava apenas as autoridades canônicas antigas e cristãs e as obras em latim;

---

distribuição alarga-se, por consequência, dos aspectos estritamente econômicos, financeiros e técnicos a fatores de agenciamento, graus de especialização e de profissionalização, organização, formas de controle e de poder (MAGALHÃES, 2006, p. 7).

e, finalmente, no século XV, a invenção da imprensa, que continua sendo até hoje a técnica mais utilizada para reprodução do escrito e a produção dos livros (CHARTIER, 2002, p. 22).

O códex representa o desenvolvimento de uma nova técnica, que configura, desde o século II, a passagem do livro em forma de rolo para o livro composto por cadernos reunidos. De acordo com Chartier (1999), o códex impõe sua materialidade – ele não apaga as antigas designações e representações do livro. Assim, é símbolo de saber e autoridade, tanto em moeda quanto em monumentos, na pintura ou escultura. Essa lógica que institui o códex apresenta tanto sua nova materialidade como novas práticas de leitura.

É com o códex que o leitor conquista a liberdade: pousado sobre uma mesa ou escrivaninha, o livro em cadernos não exige mais a total mobilização do corpo. Em relação a ele, o leitor pode distanciar-se, ler e escrever ao mesmo tempo, indo, ao seu bel prazer, de uma página à outra. É igualmente com o códex que se inventa a tipologia formal que associa os formatos e gêneros, os tipos de livro e as categorias de discurso, portanto, que se organiza um sistema de identificação e de localização de textos dos quais a imprensa será a herdeira e que é ainda o nosso (CHARTIER, 1999, p. 102).

A cultura escrita no período que corresponde à Idade Média e à Renascença demonstra o desenvolvimento das técnicas que configuram o livro no formato que compreendemos na atualidade. Segundo Chartier (1990, p. 139), demonstra que “após Gutenberg, é toda a cultura do Ocidente que pode ser considerada uma cultura do impresso”, ou seja, o desenvolvimento da técnica específica de impressão,

rompendo os limites hierarquizados pelo domínio desses manuscritos/impessos, o controle hierarquizado por grupos que compõem os governos ou as instituições religiosas, tornando, assim, os materiais impressos editados ao mesmo tempo nas línguas conceituadas como vulgar (compreendido com línguas que não correspondem ao latim).

Após breve contextualização da história do livro, retorno às problemáticas que permeiam o universo da cultura escrita e sua materialidade. Conforme Chartier (1999), incluem nesse processo algumas etapas que são pertinentes para análise, como a representação do autor frente à impressão de sua obra; as funções que cercam o trabalho editorial e a iconografia que determina a linguagem visual; a empresa responsável pela impressão; o processo que corresponde à venda desses materiais a determinado mercado consumidor; e a aquisição e a apropriação que o leitor faz do livro.

O livro didático constrói uma estrutura específica no cenário educacional, pois apresenta suas funções atreladas aos fins didáticos. No entanto, os aspectos que cercam a intencionalidade desse material no sistema educacional brasileiro pressupõem na legislação os decretos que norteiam a comercialização desses livros didáticos, conforme instituído em 1938 pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Assim, possibilita ao mercado editorial direcionar sua produção para um grupo de consumidores específicos nesse período, envolvendo nessa linha de produção o autor, o editor e outros profissionais que compõem as empresas que circundam os processos que constituem a materialidade do livro.

É importante salientar que no cenário educacional brasileiro do século XIX, no currículo do ensino nas Escolas Normais do Estado, regulamentado em 1879, pela Reforma Leôncio de Carvalho, consta a disciplina de *Philosophia*. Nesse período, entre os compêndios de Filosofia que circulam no país, segundo Japiassú; Marcondes (1996, p. 105), “a adoção

oficial do compêndio do iluminista Antonio Genovesi (1713-1769), para uso dos estudantes de Filosofia do Brasil, antes e depois da Independência”. Porém, em 1890, com a Reforma Benjamin Constant<sup>13</sup>, a disciplina *Philosophia* não compõe mais o currículo oficial. No século XX, o ensino de Filosofia no sistema educacional brasileiro retorna ao currículo oficial em 1925, com a Reforma Rocha Vaz. Nesse período, existiam publicações<sup>14</sup> de materiais para o ensino de Filosofia, porém, a legislação vigente não regulamentava as normas aos mercados editoriais, deixando ao encargo dos professores e diretores das instituições a escolha de tais manuais escolares. Contudo, essa situação foi reestruturada após 1938, ano em que a legislação educacional brasileira instituiu regulamentações que disciplina os livros didáticos, estabelecendo às regras desse processo, como avaliação pela CNLD<sup>15</sup> e, posteriormente, a publicação

---

<sup>13</sup> Com a Proclamação da República em 1889 e o conseqüente advento do regime federativo, a instrução popular foi mantida sob a responsabilidade das antigas províncias, agora transformadas em estados. Entretanto, já em 1890 foi instruída por Benjamin Constant, através do Decreto n. 981 de 8 de novembro, a reforma dos ensinos primário e secundário, que embora limitada ao Distrito Federal, poderia constituir-se em referência para a organização do ensino nos estados (SAVIANI, 2011, p. 165).

<sup>14</sup> Entre os possíveis manuais na língua portuguesa, que circulam no final do século XIX e início do século XX, no Brasil, cito: *Compêndio de Filosofia* (1859) - Francisco Mont'Alverne; *Compêndio de Philosophia* (1867) - José Soriano de Souza; *Noções de História da Philosophia* (1918) - Pe. Leonel Franca.

<sup>15</sup> A criação da Comissão Nacional do Livro Didático e a elaboração de uma legislação federal para controlar e padronizar os livros didáticos brasileiros inseriam-se em um momento de centralização e reorganização política mais amplo. A partir de 1930, a administração pública foi modificada e a proposta de uma educação nacional começou a ser estruturada pelos grupos que pensavam, desde as décadas anteriores, a renovação da educação no Brasil, visando à constituição da nacionalidade, a partir dos preceitos do movimento da Escola Nova (FILGUEIRAS, 2013, p. 163 - 164).

das listas dos livros didáticos aprovados no Diário Oficial da União (DOU).

Nesse contexto, a análise do livro didático proposta na pesquisa requer adentrar em sua materialidade, direcionada especificamente aos três manuais escolares que, cronologicamente, representam as décadas de 1920, 1930 e 1940. Entro na cultura impressa para reconhecer os objetivos e as finalidades propostas pela disciplina de Filosofia relatada nos prefácios, como e quais foram os conteúdos que disciplinam tal conhecimento científico e a possibilidade de identificar quais os métodos que foram utilizados para esse processo educacional do ensino e aprendizagem.

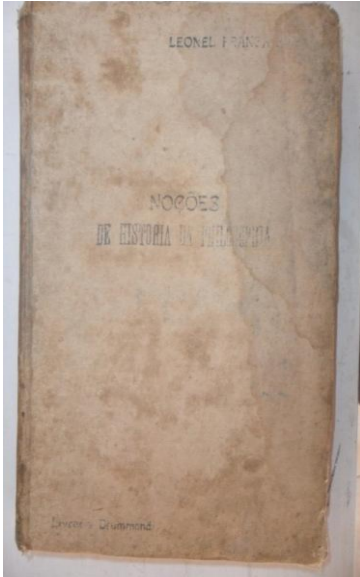
Os manuais escolares respectivamente analisados nessa pesquisa são *Noções de Historia da Philosophia* (1921), do autor Pe. Leonel Edgar da Silveira Franca, *Filosofia* (1934), do autor Monsenhor Pedro José de Castro Bueno Nery, e *História da Filosofia* (1944), do autor Jonathas Arcaño da Silveira Serrano. Tais publicações permeiam a formação da cultura nacional, sendo componentes curriculares oficiais a partir da década de 1940, aprovados pela CNLD.

### ***2.2.1 Noções de Historia da Philosophia***

O primeiro manual escolar de Filosofia analisado foi o *Noções de Historia da Philosophia*, do autor Pe. Leonel Franca S.J., publicado no Rio de Janeiro pela Livraria Drummond, impresso por Editora Drummond & C., 2ª edição, 1921. No entanto, o mesmo manual escolar, com 1ª edição em 1918, representa um importante instrumento educacional nesse período, devido a seu caráter preparatório que constitui, segundo Japiassú; Marcondes (1996, p. 112), “*Noções de história da filosofia* (1ª ed., 1918), durante muito tempo um dos principais manuais de ensino da filosofia em nosso país”.

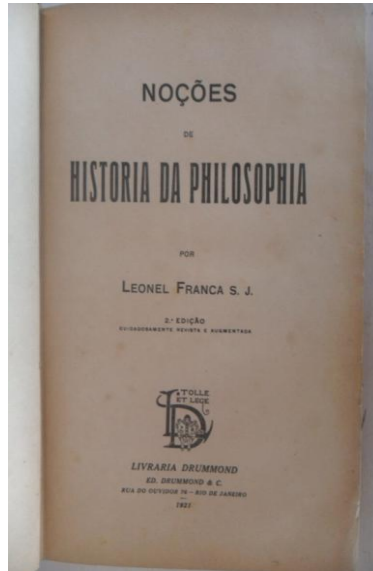


Figura 1 – Capa do manual escolar *Noções de Historia da Philosophia* (1921) – Pe. Leonel Franca



Fonte: Manual Filosofia – L. Franca.

Figura 1.1– Folha de rosto do manual escolar *Noções de Historia da Philosophia* (1921) – Pe. Leonel Franca



Fonte: Manual Filosofia – L. Franca.

Além desse atributo, outro diferencial no cenário nacional foi alcançado pela 2ª edição, em 1921<sup>16</sup>, com a

<sup>16</sup> O mais importante, porém, dos accrescimos e que por si mesmo se justifica é o capítulo inteiramente novo sobre as correntes philosophicas nacionaes. Escrevendo no Brazil e para estudantes brasileiros era realmente de lamentar o silencio que sobre este havíamos guardado na primeira edição. Na segunda tentamos encher esse vazio. Demos até ao estudo dos philosophos patricios um desenvolvimento que, a considerar-se em absoluto estaria em visível desproporção com o resto do livro [...]. Na exposição historica do pensamento philosophico no Brazil ativemo-nos ao plano já adoptado: classificação dos philosophos em escolas ou correntes; biographia resumida e bibliographia de cada autor; exposição succinta das

produção do capítulo intitulado “A Philosophia no Brazil”, e pode ser considerado um pioneiro por demonstrar uma síntese completa, publicada e catalogada sobre o tema até então não existente no país. É importante ressaltar, que esse manual tem sua configuração reestruturada em dois períodos: em 1921, inclui o capítulo: “A Philosophia no Brazil”, e em 1940, na 7ª edição, inclui o capítulo: “Filosofia Contemporânea” e dois textos do Pe. Henrique Vaz S.J.<sup>17</sup>: “O Pensamento Filosófico no Brasil de Hoje e Nota Bibliográfica Adicional”.

Outro texto importante e que foi base de formação em seminário e mesmo em algumas Faculdades foi o livro do Pe. Leonel da Franca, apontando os temas filosóficos que circundam os períodos que o antecedem, e as discussões que permeiam o advento do século XX, sendo importante

---

suas idéias; crítica summaria e imparcial das suas doutrinas (FRANCA, 1921, p. VII).

<sup>17</sup> Pe. Henrique Cláudio de Lima Vaz [...]. Antigo aluno da “Faculdade Eclesiástica de Filosofia do Centro de Estudos superiores da Companhia de Jesus no Brasil”, e professor de 1953 até hoje, com um intervalo de dez anos, ninguém se identificou tanto com o destino da instituição pela duração de seu magistério, ninguém o excedeu pela influência sobre as levas sucessivas de jovens que tiveram o privilégio de partilhar os seus ensinamentos. Todavia a irradiação do seu pensamento ultrapassa de muito o âmbito dos alunos da Faculdade Eclesiástica ou da Universidade Federal de Minas Gerais. Através de seus escritos ele alcançou uma posição de proa no cenário filosófico brasileiro. Suas análises penetrantes ofereceram e oferecem hoje pistas de solução para os problemas de nosso tempo, sugestões que nem todos, é verdade, estão ainda em condições de apreciar e seguir. Este ideal de harmonização da fé cristã com a cultura humana nas suas mais elevadas expressões científicas, literárias, artísticas, morais e religiosas, pelo qual o Pe. Vaz sempre batalhou, é modelar para os estudantes jesuítas do Brasil. O compromisso com a fé e a justiça, o serviço dos homens, especialmente dos pequenos e pobres, exigem mais do que nunca, como postulava S. Inácio, o desenvolvimento de todas as qualidades naturais, através da assimilação criativa dos autênticos valores da nossa civilização (KOLVENBACK, 1991, p. 456).

instrumento educacional, nas discussões filosóficas no cenário da Filosofia Contemporânea.

Em 1918, Leonel Franca publicou seu primeiro livro. *Noções de História da Filosofia* respondeu a vivas instâncias de vários alunos desejosos de um subsídio seguro para a preparação de exames, assim como de um guia para a aquisição de conhecimentos sólidos. A edição de 1921 incluiu importante capítulo sobre a Filosofia no Brasil. Em seu prefácio, escreveu o autor: “A verdade é o anel supremo de nossa alma”. Na sétima edição, de 1940, há o acréscimo de mais 50 páginas sobre a Filosofia Contemporânea. O livro atingiu seus objetivos, preenchendo lacunas e apresentando, em nível introdutório, valiosa síntese histórica (ALEIXO, 2004, p. 112).

No período que correspondem à edição e reedição do manual, a política educacional brasileira teve seus pressupostos instituídos pela Reforma Carlos Maximiliano (1915), determinando a reorganização do ensino secundário e superior da República. No entanto, não consta registro nesse período de comissões que tenham atribuições correspondentes à regulamentação dos livros didáticos. É válido destacar que, entre os parâmetros educacionais dessa legislação, que correspondem ao Colégio D. Pedro II (1837), além das matérias do curso oficial haveria um curso facultativo de Psicologia, Lógica e História da Filosofia.

O manual corresponde à determinada configuração: composto na capa apenas pelas informações nome do autor/parte superior, título da obra/centralizado, editora/parte inferior; formato brochura, capa dura; contém 311 páginas; dimensão de 23,5 cm x 16,5 cm x 2,7 cm; fonte Times New Roman; tamanho entre 11 e 12; com caracteres em maiúsculo e

negrito; apresenta apenas um esquema gráfico na pg. 148; não constam imagens, exercícios, espaço para escrever ou instrução de uso; contém epígrafe; apresenta o prefácio da primeira e segunda edição; nas notas de rodapé, consta a bibliografia do capítulo correspondente, como expressões em outros idiomas (latim, grego, francês e alemão); no final do manual consta em ordem os temas Apêndice, Índice Onomástico, Índice Analítico (Sumário) e Errata.

Os termos utilizados na configuração do Índice Analítico (Sumário) apresentam o manual dividido entre: Preliminares; I Parte, primeira época – *Philosophia*<sup>18</sup> oriental; II Parte, segunda época – *Philosophia* grega; III Parte, terceira época – *Philosophia* patrística; IV Parte, quarta época –

---

<sup>18</sup> A ortografia utilizada nesse manual foi constituída anterior ao período ao “Decreto 20.108, de 22 de junho, de 1931 – dispõe sobre o uso da ortografia simplificada do idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino”, que institui alterações na ortografia portuguesa. “De conformidade com o que votou em 1907, e examinando as modificações e ampliações que, em 1911, constituíram a ortografia oficial portuguesa, a Academia Brasileira de Letras resolveu aceitar o acordo que se segue, dentro das novas alterações constantes das bases juntas e dele fazendo parte integrante - 30 de abril de 1931”. A Academia das Ciências de Lisboa, pelo seu representante, Sua Excelência o Senhor Embaixador Duarte Leite, e a Academia Brasileira de Letras, pelo seu Presidente, Fernando Magalhães, firmam o acordo ortográfico nos seguintes termos: 1º - A Academia Brasileira aceita a ortografia oficialmente adotada em Portugal com as modificações por ela propostas e constantes das bases juntas, que deste acordo fazem parte integrante; 2º - A Academia das Ciências de Lisboa aceita as modificações propostas pela Academia Brasileira de Letras e constantes das referidas bases; 3º - As duas Academias examinarão em comum as dúvidas que de futuro se suscitarem quanto à ortografia da língua portuguesa; 4º - As duas Academias obrigam-se a empregar esforços junto aos respectivos Governos, afim de, em harmonia com os termos do presente acordo, ser decretada nos dois países a ortografia nacional. Bases do acordo ortográfico entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras” (BRASIL, 1931b, p. 10513).

*Philosophia* medieval; V Parte, quinta época – *Philosophia* moderna; Conclusão; e Apêndice. É importante ressaltar que os termos que identificam a introdução nos capítulos são apresentados pelas seguintes expressões: *Philosophia* oriental; *Caracter geral, e Divisão; Chistianismo e philosophia; Introdução; e Caracteres geraes*. Na configuração dos capítulos, os temas recebem numeração hebraica crescente, que decorre ao longo dos títulos gerais, compondo o total de 211 tópicos.

Os textos intitulados “Preliminares, Conclusão e Apêndice” apresentam, respectivamente, informações que corroboram para a compreensão da estrutura do livro, dando suporte para apreciação dos termos e outras dimensões propostas pelo autor. *Preliminares*: ocorre à existência dos subtítulos Definições, Importância e Divisão da história da *Philosophia*, composto por duas páginas, evidência a necessidade do aprimoramento dos conhecimentos filosóficos pelo viés crítico e metodológico, ressaltando as épocas da História da Filosofia (Oriental, Grega, Patrística, Medieval e Moderna), como a importância dos fundamentos filosóficos na história da humanidade.

*Conclusão*: um breve relato em duas páginas enfatiza a existência de uma filosofia verdadeira, que mantém por gerações tais saberes filosóficos, seguindo por três específicos critérios (teórico e racional, prático, e histórico) que não possibilitam sistemas errôneos na Filosofia. *Apêndice*: centraliza no texto a importância das correntes filosóficas católicas (tomismo e aristotelismo) no século XIX, composto por oito páginas salientando os principais filósofos da Itália, França, Alemanha, Bélgica, Inglaterra, Espanha e Portugal escolhidos nessa temática.

A trajetória do autor Pe. Leonel Franca S.J., marcada pela sua formação sobre os preceitos da Companhia de Jesus, o *Ratio Studiorum*, teve seu início em 1906, no Colégio Anchieta

– Brasil, e sua conclusão, em 1924, com a titulação de Doutor de Filosofia e Teologia pela Universidade Gregoriana – Roma. Importante pensador católico, o padre jesuíta desenvolveu forte liderança com Alceu Amoroso Lima<sup>19</sup> e outros intelectuais, criando o Movimento Católico – sobre o viés da pedagogia tradicional, frente às mudanças no cenário educacional brasileiro, propostas pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Entre os aspectos que permeiam a importância no cenário nacional da personalidade do Pe. Leonel Franca, destaca-se:

Aos 22 de dezembro de 1940, o Padre Franca recebeu a Provisão do Cardeal, nomeando-o reitor das Faculdades Católicas desde o anterior dia 12. Em outubro de 1946, por decreto do Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, surgiu a Universidade *Pleno Jure*. Decreto *Laeta Coelo Ridens*, de 20 de janeiro de 1947, concedeu a ela o título de Pontifícia. Foram também muitos os serviços prestados pelo Pe. Franca a instituições governamentais, na condição, por exemplo, de: membro do Conselho Nacional de Educação desde sua fundação em 1931 até 1948; membro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a partir de 1937; Consultor Técnico do Conselho

---

<sup>19</sup> Pseudônimo Tristão de Athaide [...] transformou numa das referências mais eminentes da renovação católica no Brasil, criando em 1932 o Instituto Católico de Estudos Superiores. Nessa mesma década, em 1937, participa da criação da Universidade Santa Úrsula. Em 1941, Alceu Amoroso Lima dá outra grande contribuição à universalização do ensino brasileiro, ao participar da fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro. [...] Representou o Brasil no Concílio Vaticano II, o que o marcaria profundamente, influenciando as decisões e seus posicionamentos futuros perante as mudanças implantadas pela Igreja Católica a partir do pontificado do Papa João 23. Foi um dos fundadores o Movimento Democrata-Cristão no Brasil (CARVALHO, 2011, p. 96 – 97).

Nacional de Estatística; membro da Comissão Censitária Nacional; autor de anteprojeto do Plano Nacional de Educação (1937); membro da Comissão Nacional do Livro Didático (1939); Delegado do Governo no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), órgão ligado à UNESCO (ALEIXO, 2004, p. 118-119).

Nesse período, as posições católicas no cenário político representam as permanências no poder da Igreja Católica Apostólica Romana, mantidas por seus intelectuais, como extensão das Pontifícias Universidades Católicas (PUC's) e a fundação do *Centro D. Vital*<sup>20</sup>, e entre as principais revistas, destacam-se *A Ordem*<sup>21</sup>, *Kriterion*<sup>22</sup> e *Verbum*<sup>23</sup>, as quais foram responsáveis pela circulação, no cenário nacional, das discussões em torno dos fundamentos filosóficos do cristianismo (tomismo e aristotelismo), fortalecendo a

---

<sup>20</sup> Foi criado o Centro Dom Vital, que significativamente recebeu o nome do bispo de Olinda e Recife, protagonista, ao lado de Dom Macedo Costa, bispo de Belém, da “questão religiosa”. Ainda em 1922, fundou-se se a Confederação católica, mais tarde transformada na ação católica brasileira [...], foi criado como um órgão destinado a aglutinar intelectuais leigos que desempenhariam o papel de elite intelectual da restauração católica. Sua liderança foi exercida por Jackson de Figueiredo, que foi sucedido, ao sobrevir sua morte prematura, em 1928, por Alceu Amoroso Lima, que assumiu a direção do centro tendo como assistente eclesiástico o padre Leonel Franca (SAVIANI, 2011, p. 180).

<sup>21</sup> Em 1921 foi fundada a revista *A Ordem*, que se converteu no principal veículo e difusão das posições católicas (SAVIANI, 2011, p. 180).

<sup>22</sup> Fundada na Universidade Católica do Rio de Janeiro, representa os princípios tomistas, com Pe. Leonel Franca preservando a tradição através da revista *Verbum*, e dirigida pelo Pe. Francisco Leme Lopes S.J., e Pe. Francisco X. Roser S.J. (CARTOLANO, 1985, p. 57).

<sup>23</sup> Fundada na Universidade de Minas Gerais, pelo discípulo do Pe. Leonel Franca, Artur Versiani Velloso, a revista *Kriterion* mantém o rigor metódico do filosofar, as questões metafísicas (CARTOLANO, 1985, p. 63).

formação dos intelectuais leigos frente aos movimentos eclesiásticos na defesa do ideário cristão.

É importante mencionar outros aspectos que permeiam esse livro didático. Entre as décadas de 1910 e 1940, ocorreram doze publicações desse manual escolar, sendo especificamente na 2ª edição, de 1921, o acréscimo do capítulo “A Philosophia no Brasil” e, posteriormente, na 7ª edição, de 1940, incluído o capítulo Filosofia Contemporânea e dois textos do Pe. Henrique Vaz S. J., “O Pensamento Filosófico no Brasil de Hoje e Nota Bibliográfica Adicional”. Tal configuração foi mantida entre as respectivas doze publicações que permeiam as décadas de 1950 a 1990, resultando no período do século XX, na extensão de 24ª edição.

O livro e suas sucessivas edições foram publicados pelas editoras Drummond, Pimentel de Mello, Companhia Editora Nacional<sup>24</sup> e Artes Gráficas Indústria Reunida S. A. (AGIR)<sup>25</sup>. No cenário editorial brasileiro do período, o Pe.

---

<sup>24</sup> A CEN surgiu após a crise da *Companhia Gráfica* de propriedade de Monteiro Lobato, em 1925[...]. Após 1925, com a falência da *Editora Monteiro Lobato e Cia*, nasce a CEN que foi montada com o ex. contador de Monteiro Lobato, Octalles Marcondes Ferreira, agora seu sócio no novo empreendimento editorial. Desde sua fundação, em 1925, a CEN teve na produção dos livros voltados para o ensino uma estratégia comercial que passava pela publicação de impressos educacionais do ensino primário ao superior. Sua estratégia visava conquistar um público leitor ligado a educação [...]. Os livros didáticos, portanto, representavam um grande interesse comercial para editora e, por isso mesmo, sempre estiveram entre os primeiros lugares das listas de suas publicações. Além dos livros didáticos produzidos para alunos do ensino fundamental e médio, a editora, a partir de 1931, investiu nas coleções com objetivos de oferecer livros para diversas áreas de conhecimento, entre elas a formação de professores por meio de coleções (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 25-27).

<sup>25</sup> Em 1953, o Brasil viu-se no total com menos editoras que em 1936. Contudo, alguns dos novos empreendimentos melhor conduzidos conseguiram sobreviver para fortalecer a indústria nos anos do pós-guerra. Destes, um dos mais importantes foi a AGIR – a livraria da editora Artes



Leonel Franca apresentou outras importantes produções<sup>26</sup> dentro dos espaços institucionais, que permeiam e influenciam os meios políticos, educacionais e eclesiásticos.

### 2.2.2 Filosofia

O segundo manual pesquisado e apresentado nesta pesquisa refere-se aquele intitulado “Filosofia”, do autor P. J. Castro Nery. Sua publicação ocorreu em São Paulo, pela Companhia Editora Nacional, e foi impresso nas Oficinas da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais<sup>27</sup>. A primeira e a

---

Gráficas Indústrias Reunidas S.A. – cujo departamento gráfico acabou por ser vendido. O nome, porém, permaneceu. Um de seus fundadores foi o mais preeminente católico leigo do Brasil, Alceu Amoroso Lima, e os interesses da empresa incluem religião, arte, literatura brasileira, pedagogia e livros didáticos (especialmente a coleção “Nossos clássicos”, reunindo obras das mais representativas das letras luso-brasileiras) (HALLEWELL, 1985, p. 408).

<sup>26</sup> Produção Literária - Os escritos e aloções de Leonel Franca estão amplamente elencados no Apêndice III da clássica biografia elaborada pelo seu confrade Pe. Luiz Gonzaga D’Elboux. Estão divididos, geralmente, em ordem cronológica, da seguinte maneira: 1. Livros publicados (14); 2. Prefácios de livros (12); 3. Artigos e recensões (74, dos quais 14 na Revista *Verbum* da Universidade Católica do Rio de Janeiro, por ele fundada); 4. Sermões, discursos e conferências (mais de 110); 5. Conferências pedagógicas às professoras públicas e normalistas do Colégio Sacré Coeur de Jesus (46); 6. Conferências para o Centro *Dom Vital* (37); 7. Instruções aos Congregados Marianos (23); 8. Conferências no Instituto de Formação Familiar e Social (45); 9. Conferências repetidas (28) (ALEIXO, 2004, p 111-112).

<sup>27</sup> A *Revista dos tribunais*, como impressora de livros, foi muito mais que apenas um apoio para a Nacional. De fato, no correr dos vinte anos seguintes ela iria ter, para a indústria gráfica brasileira, importância pelo menos tão grande quanto a Nacional para a indústria editorial. [...] Nas décadas de 30 e 40 a Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais respondeu por cerca de 60% da produção brasileira de livros, ou seja, praticamente

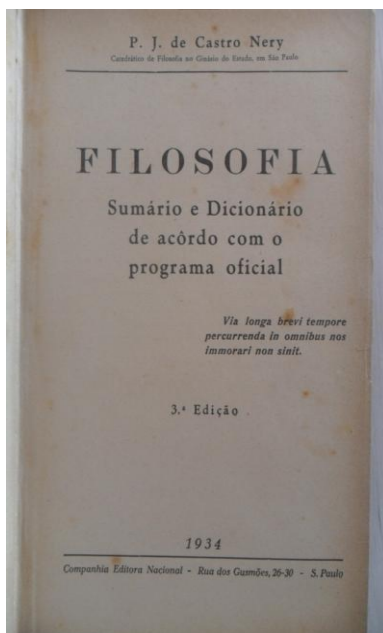
segunda edição correspondem aos anos de 1931 e 1932, sendo a 3ª edição publicada em 1934—já compõe a lista dos livros didáticos aprovados pela CNLD, no dia 3 de julho de 1942, sob o registro de número 3468.

Figura 2 – Capa do manual escolar *Filosofia* (1934) – P. J. Castro Nery



Fonte: Manual Filosofia – C. Nery.

Figura 2. 1 – Folha de rosto, do manual escolar *Filosofia* (1934) – P. J. Castro Nery



Fonte: Manual Filosofia – C. Nery.

---

todos os livros que não eram produzidos em gráfica ou pertencente ou estreitamente associada a uma editora (HALLEWELL, 1985, p. 271-272).

A oficialização da aprovação e publicação deste manual se encontra na publicação do Diário da União (secção II), boletim nº 138, de 4 de julho de 1942, que corresponde à Secretária Geral e Educação e Cultura. Na página nº 4.658, descreve o número dos livros examinados nos meses de janeiro a maio desse ano, contendo a relação de (31) julgados, (23) aprovados e (8) impugnados. Os livros aprovados seguem a ordem Autor - Obra - Editor - Data. Assim, o manual analisado nessa pesquisa está inscrito nessa formatação: *Nery, P. J. de Castro - Filosofia - Edit. Nacional - 1934.*

No período que corresponde à edição desse manual, já estava em vigor a Reforma Francisco Campos (1931 - 1941). O Decreto-Lei nº 19.890, de 18 de abril de 1931, dispõe sobre a organização do ensino secundário. Nesse caso, a forma de organização do sistema educacional compõe dois cursos seriados: Fundamental (5 anos) e Complementar (2 anos), sendo este pré-requisito aos candidatos à matrícula em determinados institutos de ensino superior.

Art. 4º. O curso complementar, obrigatório para os candidatos à matrícula em determinados institutos de ensino superior, será feito em dois anos de estudo intensivo, com exercícios e trabalhos práticos individuais, e compreenderá as seguintes matérias: Alemão ou Inglês. Latim, Literatura, Geografia, Geofísica ou Cosmografia, História da Civilização, Matemática, Física, Química, História natural, Biologia geral, Higiene, Psicologia e Lógica, Sociologia, Noções de Economia e Estatística, *História da Filosofia* e Desenho (BRASIL, 1931a, p. 6945, grifo meu).

Nesse contexto, o ensino secundário na Reforma Francisco Campos (1931) regulamentou um conjunto de

disciplinas escolares que compõem o curso complementar. No entanto, faz os candidatos à matrícula nos cursos Jurídico, Medicina, Farmácia e Odontologia e Engenharia ou Arquitetura seguirem o currículo específico, organizado pelo sistema educacional.

Art. 5º. Para os candidatos á matricula no curso juridico são disciplinas obrigatórias: 1º serie: Latim - Litteratura - Historia da civilização - Noções de Economia e Estatica - Biologia geral - Psychologia e Logica. 2º serie: Latim - Litteratura - Geographia - Hygiene - Sociologia - *Historia da Philosophia*. Art. 6º. Para os candidatos á matricula nos cursos de medicina, pharmacia e odontologia são disciplinas obrigatorias: 1º serie: Allemão ou Inglez - Mathematica - physica - Chimica - Historia natural - Psychologia e Logica. 2º serie: Allemão ou Inglez - Physica - Chimica - Historia natural - Sociologia. Art. 7º. Para os candidatos á matricula nos cursos de engenharia ou architectura são disciplinas obrigatórias: 1º serie: Mathetica - Physica - Chimica - Historia natural - Geographia e Cosmographia - Pscologia e Logica. 2º serie: Mathematica - Physica - Chimica - Historia natural - Sociologia – Desenho (BRASIL, 1931a, p. 6945. grifo meu).

Nesse viés, a disciplina escolar Filosofia, mesmo com espaço restrito no currículo oficial, compõe o ensino secundário nessa legislação educacional. Sendo ausente no curso fundamental, mas presente no curso complementar, compõe entre as disciplinas obrigatórias, pré-requisito aos candidatos que almejam o curso jurídico. Nesse período, as faculdades de Educação, Ciências e Letras regulamentaram entre as disciplinas escolares (curso complementar) os pré-

requisitos aos candidatos. É importante frisar que entre os manuais escolares de Filosofia que circundam nesse período constava “Filosofia”, do autor P. J. Castro Nery, publicado em 1931, com reedição em 1932 e 1934, sendo a última edição objeto dessa pesquisa.

A permanência desse manual escolar no cenário educacional brasileiro tem representação na lista dos livros didáticos aprovados em 1942 pela CNLD, sendo importante componente curricular na formação da nação. Nesse período, a legislação brasileira promulgou a Reforma Capanema, pelo Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, que instituiu Leis Orgânicas do Ensino Secundário. Nessa nova estrutura educacional, o Curso Ginásial, com duração de quatro anos, nas áreas de *Línguas, Ciências e Artes*, e os Cursos Clássicos e Científicos, com duração de três anos, nas áreas<sup>28</sup> de *Línguas, Ciências e Filosofia e Artes*.

Nesse contexto, o ensino de Filosofia, ministrado exclusivamente no terceiro ano dos Cursos Clássicos e Científicos, manteve o mesmo rigor das exigências que permeiam essa legislação educacional, pois ao instituir como pré-requisito para conclusão do ensino secundário o exame de licença, determinou que fossem avaliados os conhecimentos específicos de todas as disciplinas que compõem esse sistema.

Art. 17º. As disciplinas comuns aos cursos clássico e científico serão ensinadas de acordo com um mesmo programa, salvo a matemática, a física, a química e a biologia, cujos programas terão maior amplitude no curso científico do que no curso clássico, e a *filosofia*, que terá

---

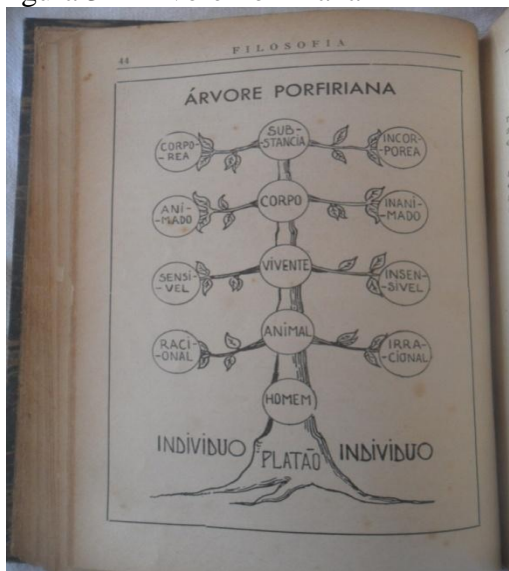
<sup>28</sup> Art. 12º. As disciplinas pertinentes ao ensino dos cursos clássico e científico são as seguintes: I. Línguas: Português; Latim; Grego; Francês; Inglês; e Espanhol. II. Ciências e Filosofia: Matemática; Física; Química; Biologia; História geral; História do Brasil; Geografia geral; Geografia do Brasil; e Filosofia. III. Artes: Desenho (BRASIL, 1942, p. 5798).

neste mais amplo programa do que naquele (BRASIL, 1942, p. 5798, grifo meu).

Esse manual corresponde à seguinte configuração: composto na página de apresentação pelas informações nome do autor e titulação do autor/parte superior; título da obra, inscrições em latim (*via longa breve tempore percurrenta in omnibus nos immorari non sinit*)<sup>29</sup> e edição/centralizada; ano e editora/parte inferior); é importante destacar a inscrição no título “Filosofia - Sumário e Dicionário de acordo com o programa oficial”; formato brochura, capa dura; contém 329 páginas; dimensão de 18,7 cm x 14 cm x 2,5 cm; fonte Times New Roman; tamanho entre 11 e 12; contém caracteres em maiúsculo e negrito; existência de esquemas gráficos em formas geométricas, em destaque o desenho de uma árvore na pg. 44, intitulada “Árvore Porfiriana”; não constam imagens, exercícios ou espaço para escrever; contém nas primeiras páginas o prefácio, datado de 1930 e 1933, sendo o último da 3ª edição; tem notas de rodapé, todas no idioma nacional, num total de 156.

---

<sup>29</sup> Percorrido um longo caminho em um curto espaço de tempo não nos permite atrasar.

Figura 3 – Árvore Porfiriana<sup>30</sup>

Fonte: Manual escolar C. Nery (1934).

A Árvore Porfiriana, ou Árvore de Porfírio, compõe a estrutura do manual escolar de Filosofia, do autor C. Nery. É apresentada no capítulo “Filosofia do ser inteligente ou Lógica”, destinado a ilustrar as subordinações dos conceitos, segundo Japiassú; Marcondes (1996, p.18), “a partir do

<sup>30</sup>Célebre esquema ou modelo de definição por dicotomias sucessivas, que desce do gênero mais geral às espécies ínfimas (substância: corpórea, incorpórea; substância corpórea [corpo]: animado, inanimado; corpo animado: sensível, insensível; corpo animado sensível [animal]: racional, irracional; animal racional: mortal, imortal; animal racional mortal [homem]. - Sócrates, Platão etc.). Embora tal “árvore” não se encontre propriamente nos manuscritos de Porfírio, foi construída com base no texto porfiriano (*Isag.*, 4, 20) e se acha em todos os tratados medievais de lógica (cf., p. ex., PEDRO HISPANO, *Summ. log.*, 2, 10), de onde passou para os textos modernos de lógica tradicional (ABBAGNANO, 2007, p. 83).

conceito mais geral, que é o de *substância*, ao conceito de *homem* de menor extensão”. Nesse esquema lógico, desenvolvido no século II, incorpora a lógica Aristotélica ao Neoplatonismo, ou seja, descreve as qualidades atribuídas às coisas, como sua classificação.

O Índice Analítico (Sumário) é composto inicialmente pelos textos Programa de Filosofia no Ginásio Pedro II, Conselho para os estudantes de Filosofia, Abreviações, A Visão do ser e A Ontofilosofia. Posteriormente, os capítulos representados pelo termo “livro, recebendo numeração hebraica” e, finalmente, os termos Epílogo (conclusão), Dicionário de Filosofia, Bibliografia (não segue ordem alfabética, mas é composta por autores dos respectivos temas)<sup>31</sup>, Índice Alfabético e Índice Onomástico.

Os termos utilizados na configuração do Índice Analítico (Sumário) apresentam os capítulos divididos entre: *Livro Primeiro* - Filosofia do ser sensível ou estética; *Livro Segundo* - Filosofia do ser inteligente ou lógica (dividido em três partes); *Livro Terceiro* - Filosofia do ser voluntário ou Ética (dividido em duas partes); *Livro Quarto* - Filosofia do ser espiritual ou Psicologia (contém três tratados e subdivisões); *Livro Quinto* - Filosofia do ser material ou Cosmologia racional; *Livro Sexto* - Filosofia do ser necessário ou Teologia racional; e *Livro Sétimo* - Filosofia do ser enquanto ser ou Ontologia. É válido frisar que todos os capítulos utilizam como introdução um conceito retirado do título, usando as seguintes expressões: Noção, Definição, Noção e Divisão, Existência e Ontologia. Merecem destaque as configurações dos capítulos, em que os temas recebem numeração hebraica crescente, que

---

<sup>31</sup> Citam-se nesta nota bibliográfica os autores que podem formar uma pequena base de estudos em cada uma das disciplinas filosóficas (NERY, 1934, p. 311).



decorre ao longo dos títulos gerais, compondo um total de 376 tópicos.

A trajetória de Castro Nery (1901 - 1972) foi marcada por suas funções no cenário eclesiástico, desde sua formação no Seminário Diocesano de Campinas, local em que exerceu a função de docente, na disciplina de Filosofia. Mantendo a tradição das instituições eclesiásticas brasileiras, a sua formação de seminarista foi concluída no exterior, onde complementou os estudos na área do Direito Canônico e Filosofia, recebendo a titulação de Doutor, pela Universidade Gregoriana de Roma.

Em 1929, recebeu o título de Catedrático de Filosofia no Ginásio do Estado, em São Paulo, após prestar concurso para essa cadeira. Em suas funções, depois de fundada a Universidade Católica de São Paulo, passou a integrar o corpo docente. No campo educacional, o livro didático Filosofia, foi impresso pela Companhia Editora Nacional (CEN), sendo marcado pelas edições<sup>32</sup> em 1931, 1932 e 1934. Entre outras

---

<sup>32</sup>Em relação às edições de 1931 e 1932, alguns aspectos da materialidade se alteram (a configuração Capa; contém dados dos últimos livros escolares da editora; e reduz o número de pg. de 279 para 275). No entanto, essas edições (1931 - 1932) têm a configuração diferente da edição 1934, objeto dessa pesquisa que foi aprovado pela CNLD. Entre os pontos que destacam nessa nova edição estão as modificações: segue o novo acordo ortográfico da língua Portuguesa, em 1931 (ex: o termo *Philosophia* será redigido Filosofia); acréscimo de 76 páginas; o Índice Analítico tem maior rigor, sendo especificados os conteúdos de cada título (alguns capítulos adquirem mais páginas); constam novos termos no Índice Analítico: Bibliografia; Índice Alfabético; e Índice Onomástico; Notas de rodapé, apresentadas em ordem crescente entre os capítulos, somando 156. Foram retiradas da nova edição as seguintes redações: “Programa de Filosofia no Gymnasio do Estado em Campina, 1931”; Elenco de alguns Auctores; Appendice intitulado “Dissertação dos Alumnos”; e “Lectio Brevis” – nesse caso, consta apenas uma parte, na redação de 1934, “Conselho para estudantes de Filosofia”. As permanências são marcadas pelas tabelas, gráficos e esquemas. Conforme edição de 1932, as expressões em latim e grego; as

publicações, no campo filosófico, cito: O Problema do Conhecimento (1932); e Evolução do Pensamento Antigo (1936).

È notável destacar, o espaço da Companhia Editorial Nacional (CEN)<sup>33</sup> no cenário editorial brasileiro, pois foi considerada a maior editora de livros de São Paulo. Segundo Hallewell (1985, p. 293), “em 1938, Octalles afirmava que sua empresa respondia por aproximadamente um terço de toda produção do país (na época, em torno dez milhões de exemplares por ano)”.

Porém, existiam disputas nesse contexto editorial, principalmente entre o Movimento dos Pioneiros da Educação Nova e a Reação Católica lutando pelos espaços de suas publicações no cenário educacional brasileiro. Entre as editoras, destacam-se Civilização Brasileira e Companhia Editora Nacional, de propriedade de Octalles Marcondes Ferreira.

Segundo Almeida Filho (2008), o projeto editorial da CEN possuía uma dupla estratégia: tanto a intenção de produzir livros para o mercado, conquistando o espaço editorial, tão disputado no cenário brasileiro na década de 1930, quanto construir um modelo específico de manuais escolares, seguindo os padrões das instituições educacionais católicas, visualizando a extensão dessa aquisição/consumo no ensino das instituições

---

notas de rodapé todas no idioma nacional; alguns textos expressos no formato *Times New Roman*, tamanho 10; sem alteração significativa na dimensão do livro, mantém a mesma configuração das letras; formato brochura, capa dura; não constam imagens, exercícios ou espaços para escrever.

<sup>33</sup>A Companhia Editora Nacional ocupou o primeiro lugar entre as firmas brasileiras dedicadas exclusivamente à edição de livros, desde 1921 até princípio da década de 1970, sem interrupção. Na São Paulo de 1920 era a única firma dedicada unicamente à edição de livros. A Editora Melhoramento era primordialmente fabricante de papel. As outras, primordialmente livrarias (HALLEWELL, 1985, p. 254).

do governo. Dessa forma, a intencionalidade do projeto político educacional católico, mesmo com o advento da Escola Nova, que pressupôs renovar e modernizar as práticas educativas, foi nos materiais escolares, local das permanências dos pressupostos filosóficos do Neotomismo, defendidos pela Ação Católica.

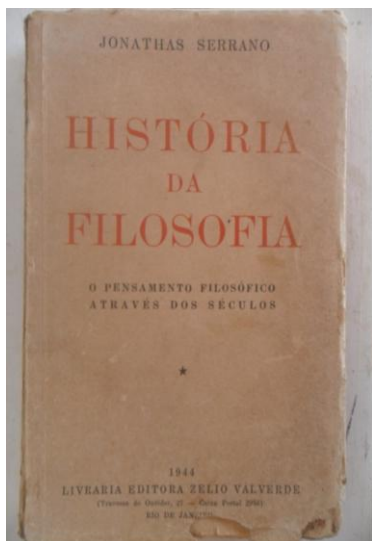
### **2.2.3 História da Filosofia**

O terceiro manual apresentado dessa pesquisa é referente ao intitulado, “História da Filosofia”, do autor Jonathas Serrano, publicado no Rio de Janeiro pela Livraria Editora Zelio Valverde<sup>34</sup>, impresso pela Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda., correspondendo à 1ª edição publicada em 1944. No contexto da década de 1940, a política educacional brasileira teve seus pressupostos instituídos pela Reforma Capanema (1942), aprovando a Lei Orgânica do Ensino Secundário, com disciplinas pertinentes ao ensino clássico e científico, divididas em três áreas de conhecimento: I. Línguas, II. Ciências e Filosofia; e III. Artes.

---

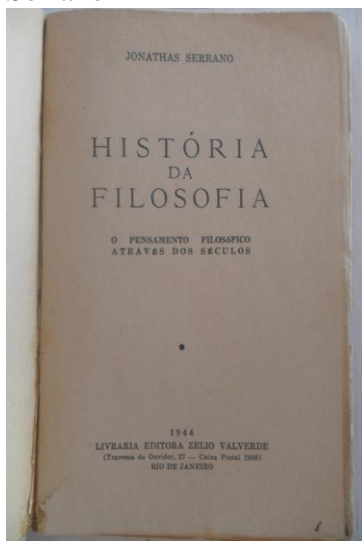
<sup>34</sup> A firma de Zélio Valverde merece uma breve referencia por ter sido importante livraria e editora na década de 1940. Valverde, jovem e “espantosamente obeso”, iniciou – se nos negócios em 1937, com uma pequena livraria num primeiro andar de um prédio da rua do rosário, voltada sobre tudo para a história do Brasil e os clássicos da literatura brasileira. [...] Sua atividade aumentou com a fusão da Editora Schmit [...] (HALLEWELL, 1985, p. 344).

Figura 4 – Capa do manual escolar *História da Filosofia* (1944) – Jonathas Serrano



Fonte: Manual Filosofia – J. Serrano.

Figura 4. 1 – Folha de rosto do manual *História da Filosofia* (1944) – Jonathas Serrano



Fonte: Manual Filosofia – J. Serrano.

No Diário da União (secção II), datada de 12 de janeiro de 1946, na página 265, com o título Secretaria Geral e Educação e Cultura, no Boletim nº 8, e subtítulo Centro de Pesquisas Educacionais (Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos), consta a relação dos livros aprovados em 1945 nas seguintes categorias: Português (nível primário); Português (nível secundário); Matemática; Geografia (nível primário); Ciências Naturais (nível secundário); Línguas Estrangeiras; Diversos; e Livros Recreativos. O manual que aqui está sendo apresentado consta na categoria Diversos, inscrito da seguinte forma: *Serrano, Jonathas – História da Filosofia – 1ª Ed. 1944 – L. Zélio Valverde.*

Este manual contém a seguinte configuração: composto na capa apenas pelas informações nome do autor/parte superior, título da obra/centralizado, ano e editora/parte inferior; formato brochura; capa dura; contém 239 páginas; sua dimensão é 22,1 cm x 14,8 cm x 2,2 cm; fonte Times New Roman; tamanho entre 11 e 12; contém caracteres em maiúsculo e negrito; não constam esquemas gráficos, imagens, exercícios, espaço para escrever ou instrução de uso; contém epigrafe; são 30 notas de rodapé organizadas por ordem numérica hebraica, em que consta a bibliografia do capítulo. O Índice Onomástico não consta no Índice Geral, porém, impresso em seis páginas no final do livro.

Os termos utilizados na configuração do Índice Geral (Sumário) apresentam o manual dividido entre três partes: na primeira, *Explicação Necessária* (breve texto); na segunda, *Introdução* – dividida entre as partes *I. A Ciência*, *II. Classificação das Ciências* e *III. Conceito de Filosofia*; e na terceira, *História da Filosofia* que corresponde à configuração de nove capítulos: *I. Alvorecer da filosofia*; *II. Os Ante-Socráticos*; *III. Sócrates e os grandes Socráticos*; *IV. Os pequenos Socráticos e as escolas Post-Aristotélicas*; *V. Roma e o Cristianismo*; *VI. A filosofia medieval*; *VII. A filosofia moderna*; *VIII. A filosofia contemporânea*; *IX. A filosofia no Brasil* – este subdividido em três tópicos: *Visão geral*, *Farias Brito* e *Filosofia brasileira*. Não existe menção ao termo introdução nos capítulos, contudo, recebe numeração hebraica crescente, compondo os tópicos especificamente do texto, reiniciando a numeração a cada capítulo.

Após o Índice Geral (Sumário), o autor apresenta o texto “Explicação Necessária”, em quatro páginas, relatando a importância desse compêndio para o ensino de Filosofia por sua relevância tanto teórica quanto prática, vital, atualíssima, dos estudos filosóficos. Menciona, com notas em latim, o filósofo Santo Tomás de Aquino e a imensurável relação deste

na História da Filosofia. Adentra também o cenário filosófico brasileiro, citando a importância de estudar a história civil à luz da filosofia, como nota da obra *Noções de História da Filosofia*, 9ª edição, CEN, São Paulo, de 1943, do autor Pe. Leonel Franca. Entre outros, são citados Euryalo Cannabrava<sup>35</sup>, Faria Brito e Julio Maria, devido a suas produções filosóficas no cenário brasileiro – ressalta a Filosofia no programa oficial do ciclo secundário (curso clássico e científico), instituído em 1942, pela legislação educacional brasileira.

Em relação à Introdução, esta foi dividida em três pequenos textos, contendo duas ou três páginas. No item A Ciência consta um breve relato, com notas em latim, da importância de Aristóteles e a distinção das quatro causas filosóficas que compõem sua teoria (material, formal, eficiente e final), como o conceito de ciência e a relevância dos conhecimentos científicos. No item Classificação das Ciências, são demonstradas as concepções de ciência e suas subdivisões, teorizadas por Aristóteles, Francisco Bacon, Augusto Conte, Spencer e expõe a obra *O Mundo Interior* (1914), do autor Farias Brito, por sua forma de classificar a ciência. No item Conceito de Filosofia, para abordar essa discussão sobre o que é filosofia, menciona a frase de Sócrates – “conhece-te a ti mesmo” –, e logo após, aborda, a partir do pensamento de Silvio Romero<sup>36</sup>, as quatro correntes capitais, na possibilidade de mencionar qual é o conteúdo exato dessa disciplina.

---

<sup>35</sup> Filósofo brasileiro (nascido em Cataguases, Minas Gerais) que desenvolveu seu pensamento como professor do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. Depois de passar por uma fase dogmática, na qual defendia uma filosofia concreta, situada entre a fenomenologia de Husserl e certo existencialismo, voltou seu pensamento para o estudo sistemático das ciências e das diversas filosofias das ciências de seu tempo (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 37).

<sup>36</sup> Além de historiador da literatura brasileira, Silvio Romero se interessou pelos estudos sociológicos e de filosofia do direito. [...] Mas a importância desse membro fundador da Academia Brasileira de Letras para a filosofia

O autor Jonathas Serrano tem sua trajetória no cenário educacional após sua formação em 1907, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Na década de 1910, atuou na Escola Normal do Rio Janeiro. Em seguida, na década de 1920, foi catedrático de História Universal do Colégio Pedro II, e na década de 1930, período que marca no cenário educacional as discussões entre os movimentos conservadores e renovadores, Serrano ocupou a posição de membro do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da CNLD. Nesse viés, ocupa posição estratégica na educação, tendo afinidades fortes com movimento educacional conservador, e mantém sua relação com a produção de obras pedagógicas direcionadas aos professores e alunos.

Jonathas Serrano, como vimos, foi guindado à condição membro em 1930, como especialista da seção de história. Academicamente, estaria respaldado pelo trabalho desenvolvido na Escola Normal do Rio de Janeiro, como professor e administrador, desde 1916. No colégio Pedro II, fora catedrático de História Universal a partir de 1926, além de ter escrito obras pedagógicas para professores – *Metodologia da história na aula primaria* (1917), *A escola nova* (1932), *Como se ensina história* (1936) – e para os alunos de ensino primário e secundário – *Epítome de história universal* (1915), *História do Brasil* (1931) e *História da Civilização* (1935) em vários volumes e séries. É preciso registrar, contudo, a condição de católico militante e de homem próximo a Lourenço Filho e Gustavo Capanema. Isso, certamente, contou bastante

---

reside não somente no fato de ter lecionado durante longos anos no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, mas de ter escrito a primeira grande historiográfica das ideias da Filosofia no Brasil (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 237).

para a sua inclusão no seletivo grupo que ditaria o padrão do novo didático brasileiro (FREITAS, 2006, p. 145).

Na década de 1930, Jonathas Serrano ocupou função importante no sistema educacional, além de compor o círculo dos representantes da Reação Católica. Entre outras funções, foi membro do Centro Dom Vital, um importante meio de comunicação e formação dos princípios da Reação Católica, expressos em suas publicações na revista *A Ordem*. Além de professor da cátedra de História do Brasil, lecionava as disciplinas de Filosofia, Francês, Latim, Português e Sociologia. Entre as publicações do autor, segundo Maria (1944, p. 183), destaque ao “compêndio de História do Brasil, como, aliás, seus dois outros compêndios de Filosofia do Direito, e o mais recente História da Filosofia, é sem exagero algum – modelar. Professor nato, escrevia romance e poesia, fazendo críticas literárias”.

É importante salientar, entre algumas particularidades que permeiam os autores dos três manuais escolares, que o Pe. Leonel Franca e Jonathas Serrano foram membros do Movimento Ação Católica, do CNE, do CNLD e do Centro Dom Vital, e ocupavam espaços com atribuições no cenário educacional e político.

O Movimento Ação Católica, articulado sob direção do intelectual Alceu Amoroso Lima, com apoio de Dom Sebastião Leme e Pe. Leonel Franca, tinha como estratégia a organização de militância mais ampla, por meio de movimentos especializados, destinados a aglutinar a juventude na Ação Católica, na defesa dos valores e princípios cristãos por parte dos leigos católicos no campo de atuação política. Assim, no campo pedagógico e cultural, a Ação Católica, além das lutas que



travou e das iniciativas que tomou em defesa da primazia da Igreja no exercício da função educativa, deu especial atenção ao problema da formação de líderes intelectuais impregnados do espírito católico (SAVIANI, 2011, p. 256).

Ao analisar os três manuais, procuro identificar se os mesmos continham espaços que mostrassem indicativos de inovação, como atividades para professores e alunos. Porém, nenhum deles apresentava atividades ou lista de exercícios, ou mesmo, expressivo número de notas de rodapé. Praticamente todos compõem as mesmas dimensões, mantêm as expressões em latim e grego, entre outros aspectos, e estão inseridos em diferentes momentos da educação nacional, perpetuando as edições de Franca entre 1918 e 1990, de Nery entre 1931 e 1934, e de Serrano apenas em 1944.

No recorte temporal dessa pesquisa foram aprovados nove livros didáticos de Filosofia pela CNLD, especificamente na década de 1940. Inicialmente publicada pelo DOU, em 1942, a obra *Filosofia*, do autor P. J. Castro Nery; posteriormente, em 1946, a obra *História da Filosofia*, de Jonathas Serranos; e finalmente, em 1947, a obra *Noções de História da Filosofia*, do Pe. Leonel Franca S.J. (a 2ª edição não foi submetida à CNLD, sendo outras edições aprovadas).

Nesse contexto, os livros didáticos de Filosofia têm maior expressão nas publicações no DOU de 1947, coma promulgação da lista parcial aprovada condicionalmente, de acordo com o Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945, onde consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. É válido mencionara publicação de três listas parciais e três listas parciais de retificação, sendo todas datadas de 1947, seguindo a apresentação dos livros didáticos aprovados: autor - título da obra - série - edição - registro - processo.

Na primeira lista parcial, de setembro, constam quatro livros didáticos de Filosofia, de Isidoro Dumont - *Pontos de Filosofia*, 1ª edição; Leonardo Van Acher - *Introdução à Filosofia Lógica*, 1ª edição; Ludgero Jasper O. S. P. - *Manual de Filosofia*, 5ª edição; e José Bonifácio R. e José da Silva - *Compêndio de Filosofia*, 1ª edição. Na segunda lista parcial, de novembro, não constam livros didáticos de Filosofia. E na terceira lista parcial, em novembro, constam dois manuais de Filosofia, entre eles uma reedição de Jonatas Serrano - *História da Filosofia*, não menciona edição; Pe. Leonel Franca - *Noções de História da Filosofia*, 8ª edição e 10ª reedição. Além disso, na terceira lista parcial de retificação, em dezembro, constam os três livros didáticos de Filosofia: D. Ludgero Jasper - O. S. P. - *História da Filosofia*, não menciona edição; Henrique Geenen - *Compêndio de Filosofia*, 2ª edição; e Isidoro Dumont (Ir) - *Pontos de Filosofia*, 1ª edição.

Importante salientar que o manual escolar “Noções de História da Filosofia”, do autor Pe. Leonel Franca, apenas submeteu à aprovação as referidas 8ª edição (1942), e 10ª edição (1944), após a instituição, pela CNE, da comissão especial de professores avaliadores dos livros didáticos dos membros da CNLD, fundada em 1945, sendo publicada no DOU em 1946. Assim, os membros da CNLD que eram autores dos livros didáticos poderiam submeter suas obras, sem problemas, com outros autores ou com mercados editoriais.

### 2.3 A COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

A Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) foi instituída pelo Presidente da República no Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, e estabeleceu as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Para a mesma foram nomeados sete membros com as especializações metodologia das línguas, metodologia das ciências e

metodologia das técnicas, que seguissem especificamente um conjunto de preceitos instituídos e designados pelo Presidente da República. De acordo com o art. 10º do Decreto-Lei, compete à CNLD:

a) examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados, e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso; b) estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos; c) indicar os livros didáticos estrangeiros de notável valor, que mereçam ser traduzidos e editados pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país; d) promover, periodicamente, a organização de exposições nacionais dos livros didáticos cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei (BRASIL, 1939, p. 277).

A institucionalização da CNLD teve como critérios pedagógicos a padronização dos conteúdos e a formatação dos livros didáticos, com o objetivo de uniformizar a linguagem seguindo os preceitos instituídos pela ortografia oficial. Isso desencadeou o desenvolvimento da indústria editorial no país, com novas produções dos livros didáticos em diferentes áreas. Tanto os livros didáticos nacionais quanto os estrangeiros concorriam para ocupar os espaços educacionais, com todas as avaliações sendo submetidas pelo viés e aprovação mantida pela CNLD.

Art. 1º. É livre, no país, a produção ou a importação de livros didáticos. Art. 12º. A autorização para uso do livro didático será requerida pelo interessado, autor ou editor, importador ou vendedor, em petição dirigida ao

Ministro da Educação, à qual se juntarão três exemplares da obra, impressos ou dactilografados, acompanhados, nesta última hipótese, de uma via dos desenhos, mapas ou esquemas, que da mesma forem parte integrante (BRASIL, 1939, p. 277).

Posteriormente, com o Decreto-Lei nº 1.177, de 29 de março de 1939, a composição da comissão foi alterada para 16 membros, tendo sido mantidos os princípios que regulam tal legislação.

De modo geral, os membros da CNLD eram professores de importantes instituições do ensino secundário e superior, Colégio Pedro II, dos institutos de educação, dos colégios das Forças Armadas e educadores da Igreja Católica e também autores de livros didáticos. Atuavam em associações que discutiam a educação e a produção do conhecimento nas diversas áreas científicas, como a Associação Brasileira de Educação e a Academia Brasileira de Ciências. Os integrantes da CNLD eram, sobretudo, pessoas ligadas à política educacional da época, com diferentes atuações e projetos para a educação nacional. Esses intelectuais participavam concomitantemente de diferentes círculos de sociabilidades, espaços de discussão e decisão sobre a educação brasileira (FILGUEIRAS, 2013, p. 171).

Seus membros tinham por atividade na avaliação dos livros o papel de tratar com atenção os aspectos ideológicos relativos à defesa do Estado Nacional (vetavam livros que apresentavam conteúdos contrários ao governo instituído), à ideia de nação e identidade nacional, às tradições brasileiras, à família e à religião, além de manter os critérios de eliminação em relação às questões pedagógicas, metodológicas,

conceituais (relacionadas às áreas do conhecimento), de linguagem e de questões gráficas e do mercado.

Criada para fiscalizar os materiais didáticos do período, tanto no aspecto ideológico como pedagógico, e posta numa alta hierarquia da organização administrativa do Estado, a CNLD teria a função de filtro, autorizando ou não a utilização dos livros escolares em toda a rede educacional do país de ensino primário e secundário (FERREIRA, 2008, p. 14).

O processo de análise dos livros didáticos seguiu uma determinada configuração: inicialmente, a apreciação por um relator e dois revisores; posteriormente, o parecer da seção de redação; e, finalmente, uma sessão plenária da CNLD que ratificava a decisão dos pareceres. Após analisados os livros didáticos submetidos à apreciação, os pareceres eram os documentos que explicitam os motivos exatos da aprovação ou recusa dos livros. No caso da aprovação, os pareceres relatavam as específicas modificações pertinentes para a sua autorização; quanto às obras pré-aprovadas, retornavam aos editores e, com as alterações pertinentes realizadas, retornavam à CNLD para novamente serem submetidas à análise e respectivo parecer: aprovação ou reprovação. Depois da conclusão dos procedimentos necessários de avaliação para aprovação dos livros didáticos, o Ministério da Educação publicava no Diário Oficial (DOU) a relação dos livros didáticos autorizados<sup>37</sup>.

Na composição dos membros da CNLD, foram reunidos representantes de várias áreas de atuação no campo educacional nacional, tendo maior espaço os professores do

---

<sup>37</sup>Em relação aos livros didáticos autorizados pela CNLD e publicados no DOU, na década de 1940, não constam menção de aquisição desses materiais escolares pelo governo ou sua distribuição nas escolas públicas.

Colégio D. Pedro II, dentre eles alguns membros da Associação Brasileira da Educação (ABE), em destaque: Abgar Renault – professor na Universidade do Distrito Federal (DF) e diretor do Departamento Nacional da Educação; Euclides de Medeiros Guimarães Roxo (Matemática), professor do Instituto de Educação do DF, membro da ABE, diretor do Departamento de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde; Jonathas Archanjo da Silveira Serrano (História), diretor do Instituto de Educação, subdiretor de Instrução Pública no DF e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Conselho Nacional da Educação e ABE; Carlos Delgado de Carvalho (Inglês, Geografia e Sociologia), professor da Universidade do Distrito Federal, membro da ABE e Conselho Nacional de Educação e componente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Antônio Carneiro Leão (Francês), diretor de Instrução Pública no RJ, professor da Universidade e do Instituto de Educação do Distrito Federal, membro da ABE; e Hahnemann Guimarães (Latim), professor da Universidade do Brasil (FILGUEIRAS, 2013).

Nesse contexto, além dos professores do Colégio Pedro II, a composição dos membros da CNLD tem sua extensão entre Instituições Educacionais Eclesiásticas ou laicas e as Instituições Educacionais Militares. A escolha dos membros da CNLD foi realizada entre os anos de 1939 e 1940 e foi presidido pelo ministro da Educação Gustavo Capanema.

Além disto, a CNLD foi composta por professores das instituições escolares eclesásticas ou laicas: Padre Leonel Franca, jesuíta e professor do Colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro, e Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, e membro do Centro Dom Vital e Conselho Nacional de Educação (CNE); Maria Junqueira Schmidt (Francês), do ensino secundário Rio de Janeiro e membro da ABE; Cândido Firmino de Mello Leitão (Zoologia), da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária em Piraí, diretor de zoologia no Museu

Nacional e participante da ABE e Academia Brasileira de Ciências (ABC); Álvaro Ferdinando de Souza da Silva, professor da Escola Normal e da Universidade do DF; e João Batista Pecegueiro do Amaral, professor da Faculdade Fluminense de Medicina e do Instituto de Educação do DF. A lista dos professores das instituições militares que compõem a CNLD é: Coronel Waldemar Pereira Cotta, Coronel Alonso de Oliveira, Comandante Armando Pinna, Adalberto Menezes de Oliveira (oficial da marinha) e Tenente Coronel Rui de Cruz Almeida (FILGUEIRAS, 2013).

É importante salientar ainda outra significativa mudança na legislação da CNLD, que ocorreu com o Decreto-Lei nº 1.417, de 13 de julho de 1939, e instituiu a oportunidade aos membros da CNLD em submeterem suas respectivas produções autorais (livros didáticos – ensino primário ou secundário e formação dos professores), para concorrer ao processo de avaliação aos livros didáticos que seriam oficialmente instituídos no cenário educacional brasileiro. Tal perspectiva não alterou os preceitos que regiam a regulamentação (aprovação/reprovação) instituída em 1938, pela CNLD.

Art. 2º. A autorização para uso do livro didático, cuja autoria seja no todo ou em parte de algum membro da Comissão Nacional do Livro Didático, será requerida ao Ministro da Educação, com observância do disposto no art. 12 do Decreto – lei n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Recebido o livro, submetê-lo-á o Ministro da Educação ao exame de uma comissão especial de três ou cinco membros, por ele escolhidos dentre especialistas estranhos à Comissão Nacional do Livro Didático (BRASIL, 1939, p. 16935).

Após alteração de um respectivo assunto da legislação, que corresponde à CNLD, alguns membros ocuparam tanto a posição de avaliadores quanto de autores, resultando especificamente no envolvimento de oito membros.

Além de avaliadores, Adalberto Menezes de Oliveira, Antônio Carneiro Leão, Candido de Mello Leitão, Carlos Delgado de Carvalho, Euclides Guimarães Roxo, João Batista Pecegheiros do Amaral, Jonathas Serrano e Maria Junqueira Schmidt eram ainda autores dos livros didáticos para o ensino primário, secundário e para formação dos professores (FILGUEIRAS, 2013, p. 171).

Com esta situação, torna-se importante compreender que os livros cujos autores são membros da comissão tiveram a aprovação vedada, como se pode ler na promulgação, em 1938, da lei que rege a CNLD e institui em sua redação, no capítulo III, *Do Processo de Autorização do Livro Didático*, artigo 12, parágrafo único: “É vedado aos membros da Comissão Nacional do Livro Didático requerer autorização para uso de obras de sua autoria”. Porém, cabia ao ministro indicar e nominar uma nova comissão para esses membros autores.

No cenário educacional que circunda o período da instalação da CNLD em 1938, o ministro da Educação determinava as funções específicas de cada membro, sem possibilitar que utilizassem da posição que ocupavam para favorecimento de determinada editora ou obras de sua autoria. No entanto, a legislação da CNLD, em 1939, possibilitava discussões no cenário editorial e autoral, pois alguns membros submetiam seus livros didáticos para avaliação, disputando diretamente com outros autores e editoras.

As editoras que no período da CNLD submetiam seus livros didáticos para avaliação



eram: Cia. Nacional, Cia. Melhoramentos, Francisco Alves, Edições Brasil, Coleção F. T. D., Livraria Salesiano, Edições Maranus, Livraria Atlântica - Coimbra, Editora Freitas Bastos, J. R. de Oliveira e Cia., F. Briguiet, Irmãos Pongetti, Livraria Acadêmica, Livraria Central - Coimbra; Livraria Imperial - RJ, Livraria João Amendola, Livraria Lele - Porto, Livraria Paulo Azevedo, Livraria Sá da Costa - Lisboa, Livraria Selbach, Livraria Universal - Recife, Saraiva & Cia, e Tipografia Oliveira da Costa – em algumas obras não constava a editora (FILGUEIRAS, 2013, p. 175).

Nesse contexto, alguns pareceres são questionados, tomando proporções que direcionam a questões jurídicas, identificando os conflitos que permeiam as disputas no cenário educacional e posições estratégicas mantidas pelos grupos conservadores e renovadores.

Quando infringiam o artigo 23, os pareceres descreviam: Não julgado por não se achar escrito na ortografia oficial (Parecer do Pe. Leonel Franca, para o livro *História da Filosofia*, de D. Ludgero Jaspers O. S. B., Melhoramentos. Aprovado por unanimidade na sessão de 27/03/1941). Não pode ser usado, pois incide no art. 23. (Parecer do livro *Lusíadas*, de Luiz de Camões, Melhoramentos, s/d). Negado por falta de ortografia oficial (Parecer de Álvaro Ferdinando de Souza da Silveira, para o livro *Princípios de Sociologia*, de Fernando de Azevedo. Aprovado por unanimidade na sessão de 19/08/1941) (FILGUEIRAS, 2008, p. 6-7).

Em 1941, após a primeira sessão ordinária da CNLD, foi eleito como presidente Euclides de Medeiros Guimarães Roxo e como vice-presidente, Padre Leonel Franca. A primeira

ação do presidente incidiu em relatar a Gustavo Capanema<sup>38</sup> o expressivo número de livros didáticos encaminhados para avaliação da CNLD, identificando, dessa forma, dificuldades para a realização das funções que competiam à comissão, composta por número restrito de avaliadores, e a complexidade que compunha o processo de julgamento dos livros didáticos. Alguns membros da comissão eram autores e, por sua vez, esta situação gerava diversos conflitos, como pode ser lido no trecho abaixo:

Alguns dos membros da CNLD eram autores de livros didáticos, como era o caso de Carlos Delgado de Carvalho, Jonathas Serrano e Cândido F. de Mello Leitão. Eram educadores e participavam intensamente dos debates sobre a política educacional do país. Pelo fato de membros da CNLD serem autores de manuais escolares, diversos questionamentos foram levantados sobre a idoneidade do processo de avaliação. De acordo com documentos encontrados, existiam dúvidas sobre a avaliação, que poderia ter privilegiado a aprovação de determinados livros didáticos em detrimento de outros, somente por uma questão de reserva de Mercado (FILGUEIRAS, 2008, p. 9).

---

<sup>38</sup> Gustavo Capanema no MEC, após instituir a Universidade do Brasil, definida como modelo para as demais instituições de ensino superior que viessem a ser criadas no país, e promover, em 1938, a criação do INEP, cuja organização e direção foram confiadas a Lourenço filho, promulgando as leis orgânicas do ensino, conhecidas como Reformas Capanema. [...] A característica mais saliente das reformas educacionais empreendidas por Campos e Capanema traz a marca do pacto coma Igreja Católica costurado por Francisco Campos no início da década de 1930 (SAVIANI, 2011, p. 267-270).

Mesmo com essas dificuldades, foi mantida a configuração da CNLD e seguido o roteiro padrão com as orientações para avaliação e ficha de julgamento para atribuição de notas aos itens indicados. Segundo Filgueiras (2013, p. 173), eram itens da ficha de julgamento:

**Formato** - Dimensões (altura, largura e grossura). **Material** - Capa (resistência, gosto); Papel (cor, qualidade); Tinta (cor, qualidade). **Feição Gráfica** - Composição (Tipo e corpo, variedade, entrelinhas, comprimento, correção); Paginação (facilidade de leitura, distribuição das gravuras); Impressão (da capa, do texto e das legendas, das gravuras). **Valor Didático** - Noções científicas (exatidão, ajustamento ao programa de ensino, método de exposição, propriedade dos exemplos, emprego de citações, uso de termos técnicos); Linguagem (correção geral, clareza, concisão, propriedade em relação à matéria, propriedade em relação ao grau de ensino, propriedade em relação ao nível intelectual correspondente à série ou à classe); Gravura (variedade, propriedade, exatidão, ajustamento ao texto, precisão das legendas).

Nesse contexto, a configuração do roteiro padrão que norteava o sistema de avaliação do livro didático oficial representava as intencionalidades do governo em universalizar, no território nacional, o domínio da ortografia oficial, priorizando preceitos que constituíam o desenvolvimento do sistema educacional, compondo os conteúdos pertinentes e suas atualizações – e ampliam tais conhecimentos científicos as disciplinas escolares que compõem o currículo nacional. A estrutura das seções propostas pela CNLD e seus respectivos avaliadores (função de redator principal ou revisor) apresentava tal configuração:

**Línguas e Literatura (A)** - Hahnemann Guimarães, Professora Maria Junqueira Schmidt, Abgar Renault, Ruy da Cruz Almeida; **Matemática e Desenho (B)** - Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Waldemar Pereira Cota, Alonso de Oliveira; **Ciências Físicas e Naturais (C)** - Cândido Firmino de Mello Leitão, Adalberto Menezes de Oliveira, João Batista Pecegueiro do Amaral; **Geografia (D)** - Professor Carlos Delgado de Carvalho, Comandante Armando Pina, Alonso de Oliveira; **História (E)** - Professor Jonathas Archanjo da Silveira Serrano, Professor Carlos Delgado de Carvalho, Padre Leonel Franca; **Redação (F)** - Álvaro Ferdinando Souza da Silveira, Hahnemann Guimarães, Professor Jonathas Archanjo da Silveira Serrano; **Filosofia, Sociologia e Pedagogia (G)** - Padre Leonel Franca, Antônio Carneiro Leão, Professor Jonathas Archanjo da Silveira Serrano; **Metodologia das técnicas (H)** - Comandante Armando Pina, José de Melo Moraes, Rodolfo Fuchs; **Matérias do Ensino Primário (I)** - Professora Maria Junqueira Schmidt, Antônio Carneiro Leão, Abgar Renault, Adalberto Menezes de Oliveira, Waldemar Pereira Cota (FERREIRA, 2008, p. 77).

As nove seções instituídas eram especificamente compostas pelos membros dentre suas áreas de conhecimentos, possibilitando participação em outras seções. Após o desenvolvimento de todas as etapas da avaliação dos livros didáticos, competia a publicação pela CNLD a relação dos livros didáticos oficiais no DOU. Mas, concluídas as funções correspondentes à CNLD, os profissionais das instituições de ensino (diretores e professores) desempenhavam a função de livre escolha entre os livros didáticos oficiais, quais seriam

utilizados para o desenvolvimento do processo de ensino nos respectivos programas curriculares.

O sistema instituído pela CNLD demonstra alternâncias na legislação educacional que a compõe, devido aos posteriores Decretos-Lei reorganizar as normas para constituir as subcomissões em 1944, instituindo: Língua Portuguesa e Línguas Antigas; Línguas Vivas e Estrangeiras; Matemática; Ciências Físicas e Naturais; e Filosofia e Ciências Sociais, dividindo os membros nessas respectivas seções. Importante salientar que em 1945, o Decreto-Lei nº 8.222 modificou o processo de autorização dos livros didáticos, e posteriormente o Decreto-Lei nº 8.460 reestruturou a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

De acordo com o Decreto-Lei nº 8.222/45, os livros didáticos de membros da CNLD submetidos à avaliação receberiam parecer de dois catedráticos da especialidade ou de disciplinas congêneres que exercessem funções em escolas superiores oficiais ou reconhecidas. Os pareceristas seriam escolhidos dentre uma lista organizada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). O Decreto-Lei nº 8.460/45 adequava a legislação sobre o livro didático: de modo geral, reafirmava as funções da CNLD estabelecidas pelo Decreto-Lei 1.006/38 e incorporava as mudanças que foram sendo sancionadas por diversos decretos nos anos anteriores. Os critérios de eliminação dos livros didáticos sofreram poucas modificações. Alguns termos foram alterados, mas de maneira geral os itens se mantiveram os mesmos. A mudança significativa se relacionava à escolha dos manuais pelos professores. Enquanto no Decreto-Lei nº 1.006/38 professores e diretores poderiam escolher os livros, o Decreto-Lei nº 8.460/45 retirou a menção aos diretores,

estabelecendo a liberdade de escolha dos professores (FILGUEIRAS, 2008, p. 11).

Nesse viés, outro importante ato da CNLD ocorre uma publicação no DOU (seção I), Conselho Nacional da Educação, pelo Parecer nº 320, de 16 fevereiro de 1946 – Comissão do Ensino Secundário, para compor a comissão especial de professores, com atributos de julgar os livros didáticos de autoria dos membros da CNLD. Neste ato foram divulgados os representantes e suas respectivas áreas de atuação na comissão especial, destacando os três membros relacionados para a área de Filosofia e Filosofia da História: Álvaro Borges Vieira Pinto, professor de História da Filosofia da Faculdade Nacional de Filosofia; Guilherme de Azevedo Ribeiro, professor de História da Filosofia da Faculdade Católica de Filosofia; e Murilo Teixeira Leite Penido, professor de Psicologia da Faculdade Católica de Filosofia. Este ato foi realizado na sala das sessões em 21 de dezembro de 1945 e assinado por Alceu Amoroso Lima (relator), Lourenço Filho e Pe. Leonel Franca S. J.

A CNLD desenvolveu suas funções no cenário educacional brasileiro no período de 1938 a 1969, sendo o decreto instituído pela Portaria Ministerial nº 594, que instituiu o encerramento de tais atribuições. No entanto, as discussões que circundam esse universo do livro didático já tiveram espaços educacionais em outros governos, como no governo de São Paulo, que instituiu, em 1951, a Comissão Estadual do Livro Didático (CELD) e demonstrou resistência a determinados posicionamentos da CNLD, possibilitando ao Estado a escolha específica dos livros didáticos para compor o respectivo sistema de ensino.

A importância da CNLD rompe os limites impostos pelo período de sua vigência, pois no processo que institui os livros didáticos oficiais são avaliados componentes específicos

para compor a formação da cultura brasileira, resultando em pressupostos que universalizam o sistema educacional. Nesse cenário educacional, entre permanências e resistências, os espaços ocupados pelos membros dessa comissão representam uma lógica de poder devido à importância das decisões entre aprovação ou reprovação de um livro didático, envolvendo estruturas políticas que demarcam seus espaços no sistema educacional brasileiro.

### 3 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO JESUÍTICA

#### 3.1 O MÉTODO PEDAGÓGICO JESUÍTICO

A Europa, no período da Renascença, vivencia o advento de um modelo de ensino que tem sua base na Companhia de Jesus, que além de adotar os princípios religiosos da Igreja Católica Apostólica Romana no projeto de Redenção da Humanidade (a conversão dos gentios a fé cristã), também adota posturas de combate às heresias e à expansão do Movimento da Reforma Protestante. Tal projeto determina ações emergenciais nas instituições educacionais católicas européias, priorizando no método pedagógico os princípios da cristandade e, nas colônias mantidas pelas coroas católicas, a intervenção estratégica dos missionários jesuítas<sup>39</sup>, conservando a hegemonia entre o Estado e a Santa Igreja.

Importante é salientar que o Pe. Inácio de Loyola foi o principal expoente dos padres jesuítas, e após analisar os avanços dos preceitos religiosos não católicos na Europa, projeta com missionários jesuítas os princípios religiosos que fomentam a institucionalização, em 1534, da Companhia de Jesus<sup>40</sup>. Tal projeto foi aprovado, em 1540, pelo Sumo

---

<sup>39</sup> As instituições que fundaram, dirigiram e fizeram proliferar estavam comprometidas com um ideário religioso cujo objetivo primacial era ganhar uma nova consciência dentro da Igreja Católica. No contexto histórico, o desenrolar da Reforma protestante e sua expansão na Europa levaram a uma tentativa de fortalecer as bases do Cristianismo romano nos reinos que haviam resistido às investidas do protestantismo, como França, Espanha, Portugal, Itália. Essa será também uma missão a que os Jesuítas se propõem e os colégios serão o instrumento fundamental para alcançar tal objetivo (SANTOS, 2011, p. 3-4).

<sup>40</sup> Esta mínima Congregação, ao ser fundada, foi chamada pela Sé Apostólica Companhia de Jesus. Aprovou-a primeiramente o Papa Paulo III, de feliz memória, no ano 1540. Foi depois confirmada pelo Pontífice, em 1543, e por seu sucessor Julio III, em 1550. Dela se faz ainda menção



Pontífice Paulo III. Nesse contexto, esta decisão foi determinante para os jesuítas, pois foram instituídos os princípios que compõem os alicerces da Congregação Católica – Companhia de Jesus – e os fundamentos que permeiam o sistema educacional jesuítico, apontados pelos documentos *Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares*<sup>41</sup> e *Método Pedagógico Jesuítico – Ratio Studiorum*.

O ideário da Companhia de Jesus foi manter o *status quo* da Igreja Católica Apostólica Romana, conquistado no século IV, sob égide de religião oficial, após conversão do Imperador Romano Constantino, que possibilitou ao cristianismo uma posição de destaque nos seus interesses, influenciando tanto os aspectos sociais quanto os políticos e econômicos. No entanto, esse apogeu seria ameaçado com a Reforma Protestante e o avanço de novos preceitos que inflamam a Europa e suas colônias.

Entre os importantes representantes da Companhia de Jesus, após morte do Pe. Inácio de Loyola, em 1556, esteve o Pe. Claudio de Acquaviva, que entre os anos 1581-1583 instituiu um grupo de doze padres responsáveis por formular a ordem de estudos dos programas que constituíam o ensino jesuítico, projetando um conjunto de regras e práticas universais que fossem aplicadas em todos os territórios católicos em que os jesuítas desenvolvem ações missionárias.

---

em vários Breve e Letras Apostólicas, concedendo-lhe diversas graças, que pressupõem uma ampla aprovação e confirmação (IGLESIAS, 2004, p. 45).

<sup>41</sup> Existia, é certo, a IV parte das *Constituições* em vigor desde 1552. Nela traçara o fundador as linhas mestras da organização didática e, sobretudo, sublinhara o espírito que deveria animar toda a atividade pedagógica da Ordem. É fácil prever a influência decisiva que um documento desta natureza, saído da pena do próprio S. Inácio, exercerá em todo o desenvolvimento futuro do ensino jesuíta (FRANCA, 1952, p. 7).

Tais procedimentos educacionais foram projetados nos colégios jesuíticos sob ideário do Pe. Inácio de Loyola e mantidos pelo Pe. Claudio de Acquaviva, sendo pioneiros os Colégios de Goa (Índia) e Gandia (Espanha). Maiores proporções foram adquiridas, porém, nos Colégios de Messina<sup>42</sup> (1548), seguido pelo Colégio de Palermo<sup>43</sup> (1549) e pelo Colégio Romano<sup>44</sup> (1551), compondo uma estrutura curricular institucional nos parâmetros almejados pelo projeto em vigor do Método Pedagógico Jesuítico.

Para a nascente instituição, o fundador enviou o um manípulo de padres de rara valia, Jerônimo Nadal, reitor e professor de hebreu, Pedro Canísio, de retórica, André Frusius (dês Freux),

---

<sup>42</sup> *Colégio de Messina* - Mas foi em agosto de 1548, que, a pedido do Vice-Rei e da cidade de Messina, S. Inácio aceitou e abriu nesta cidade o primeiro Colégio clássico da Companhia plenamente organizado (em Gandia só havia estudantes de filosofia em 1546; em 1548, acresceram duas aulas de gramática, fechadas pouco depois e reabertas mais tarde) (FRANCA, 1952, p. 2).

<sup>43</sup> *Colégio de Palermo* - O exemplo de Messina foi contagioso. Em 1549, a cidade de Palermo dirigia um apelo a Inácio, solicitando a instituição de um Colégio, irmão do de Messina. O fundador atendeu ao pedido e em novembro já se abriam as aulas de gramática frequentadas por 160 alunos. Com pequenas modificações sugeridas pela prática, o método adotado foi o de Messina (FRANCA, 1952, p. 4).

<sup>44</sup> *Colégio Romano* - À vista do rápido incremento da obra educativa da Ordem recém fundada, concebeu Inácio o projeto de abrir em Roma um grande colégio que viesse, com os anos, a servir de centro de modelo das instituições congêneres disseminadas pelo mundo. Nenhum lugar mais indicado para a realização deste desígnio que a Cidade Eterna, centro da cristandade, residência das autoridades supremas da Ordem, ponto de afluência de bispos e príncipes, de homens de autoridade e homens de doutrina do mundo civilizado. A nova instituição prestaria, outrossim, às fundações seguintes o grande benefício de uma como Escola Normal Superior, prepararia, entre os estudantes da Ordem, os futuros professores, adestrando-os nos melhores métodos e pondo-os em contato imediato com os educadores mais abalizados (FRANCA, 1952, p. 4).

de grego, Isidoro Bellini, de lógica, João Batista Passerini, Anibal Du Coudret e Benedito Palmio, respectivamente da terceira, segunda e primeira classe de gramática. O corpo docente apresentava um caráter acentuadamente cosmopolita: italianos, espanhóis, franceses e alemães nele se achavam representados. A todos, porém, unia, além dos vínculos de fraternidade religiosa, um traço comum de afinidade cultural. Com exceção de Canísio, que estudara na Universidade de Colônia, os demais se formaram em Paris (FRANCA, 1952, p. 3).

Os Colégios de Messina e Palermo apresentam modelos de estudos considerados clássicos, com o ensino de Filosofia e o estudo de Gramática. Porém, o Colégio Romano foi considerado casa central de estudo da Ordem, por apresentar significativa expressão no âmbito educacional europeu devido aos altos índices de alunos externos, mantendo nesse colégio o palco central para formação dos padres/missionários, tanto da Itália como das províncias que circundavam a Companhia de Jesus, ou seja, Espanha, Portugal, Bélgica e Alemanha. Essa estrutura educacional incorpora os cursos de Humanidades e Retórica às Faculdades Superiores de Filosofia e Teologia.

No projeto de concretização do Método Pedagógico Jesuítico, seus responsáveis intensificam as pesquisas sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas principalmente nesses três colégios e, posteriormente, ampliam o leque de informações, trocando correspondências<sup>45</sup> com outros missionários jesuítas

---

<sup>45</sup> A partir de 1547, o Pe. Polanco, secretário do Pe. Inácio de Loyola, tinha determinado que todas as províncias da Ordem enviassem correspondência para Roma, relatando os sucessos das missões. A própria carta jesuítica, dirigida ao Provincial, ao Rei e a outras personalidades da aristocracia e do clero, era um elemento educativo no programa da *devotio moderna* (HANSEN, 2001, p. 15).

que atuavam tanto nos colégios da Europa como em outras partes do mundo.

As correspondências que circulam entre os jesuítas são tratadas como importantes documentos que possibilitam um diagnóstico dos avanços missionários e seus resultados alcançados pela metodologia do ensino jesuítico, inseridos nas diferentes sociedades. Isso porque as cartas carregadas de informações preciosas, que corroboram com o aprimoramento de tais normas e práticas que são pressupostos fundamentais para redação final do programa de ensino, o *Ratio Studiorum*.

Ao projetar uma base de dados, a Companhia de Jesus propõe sua extensão, inicialmente trocando informações com outras nações, ou mesmo com as colônias, estudando a cultura de cada sociedade, dando prioridade ao estudo da língua vernácula para projetar os saberes e gramáticas necessários aos missionários, para que tenham êxito na realização do ideário jesuítico. Posteriormente, a fiscalização desses regulamentos, sendo relatadas as permanências e divergências internas geradas por desânimo ou crises dos missionários jesuíticos. Nesse âmbito, a questão catequética era ponto fundamental, pois ao circular os relatos missionários, reconhecem estratégias utilizadas em outros cenários como aprendizagem, evitando os mesmos erros e possibilitando os mesmos acertos. E finalmente, as elites letradas da Europa passam a demonstrar interesse por essas cartas, tanto pelos aspectos que cercam o caráter etnográfico, decorrente do descobrimento das Américas, em 1492, quanto pela intervenção dos jesuítas pelo sistema catequético nesses novos povos.

Em 1584, o Pe. Cláudio de Acquaviva reúne as informações decorridas de três anos de pesquisa e constata a necessidade de outras intervenções para alcançar o projeto de um modelo de ensino jesuítico universal, que pressupõe uniformizar os preceitos da doutrina cristã com o modo de tratar as Letras, as Artes e a Teologia. Assim, retorna as cartas

recebidas dos missionários na França, Itália, Espanha, Alemanha e Portugal, disponibilizando esse material para investigação de um grupo de seis membros eruditos na arte do ensino, nomeados especificamente para o estudo dos estatutos e leis dos colégios e universidades.

Eram eles: João Azor, da Espanha; Gaspar Gonzales, de Portugal; Jacques Tirie, da França; Pedro Busen (Buys), da Áustria; Antônio Ghuse (Gusano), da Germânia; e Estevam Tucci, de Roma. Os novos delegados meteram ombros à empresa com decisão e vigor. Três horas no dia consagravam a consultas e discussões; o resto do tempo à leitura e ao estudo do acervo vultoso de documentos que lhes havia sido submetido à apreciação: estatutos e regulamentos de universidades e colégios, ordenações, usos e relatórios das diferentes províncias; costumes locais; princípios disciplinares, numa palavra, todo o imenso material pedagógico que se acumulara em mais de 40 anos de experiência e que agora entrava na fase da codificação definitiva (FRANCA, 1952, p. 8-9).

No período em que transcorreram esses estudos, foram apresentadas propostas para o programa de ensino jesuítico, como por exemplo, propor uma ordem das matérias, sendo intitulada *Praxis et Ratio Studiorum*, com início com Teologia (escritura sagrada, teologia escolástica, controvérsia, casos da consciência), seguindo pela Filosofia, Humanidades, e finalizando com *infima grammatica* (o latim). No entanto, os projetos eram enviados às comissões compostas por doutores da Companhia de Jesus em cada província, aguardando seus respectivos relatos, ato que dificultava a elaboração final desse projeto, decorrente do longo tempo para circulação de tais correspondências.

Apenas em 1591 foi finalizado um documento – síntese desses estudos, intitulado por *Ratio atque Institutio Studiorum*. Foram necessários três anos para sua aplicabilidade e as respectivas avaliações nos seus colégios jesuíticos. Após serem apreciados tais documentos pela Congregação Geral, em Roma, foi reestruturado o número das normas, sem interferir nos preceitos primordiais dos jesuítas. Em 1599 foram publicados em Nápoles, sob aprovação do Pe. Acquaviva, os pressupostos que organizam o sistema educacional de todos os colégios da Companhia de Jesus, intitulado o Método Pedagógico Jesuítico - *Ratio Studiorum atque Institutio Societatis Iesu*. Assim, adquire-se uma visão panorâmica da extensão desse projeto na Europa e nos países que foram alcançados pelas missões, somando as universidades, os colégios e os seminários.

Eram 245 os colégios por ela mantidos em 1599, quando foi definitivamente promulgado o *Ratio*; em 1626 já haviam subido a 444, em 1710 a 610, em 1749 a 669 além de 176 seminários. Em 1773, quando extinta, a Ordem mantinha na Europa 546 colégios e seminários e, fora da Europa, nas províncias missionárias, 123 colégios e 48 seminários, ao todo 865 estabelecimentos de ensino. Os da Europa distribuíam – se do seguinte modo: 145 na Itália, 124 na França, 117 na Espanha e pouco mais de 300 na Europa Central – Alemanha, Áustria, Bélgica, Boêmia, Polônia e Lituânia (FRANCA, 1952, p. 11).

O *Ratio Studiorum* é um código prático de leis pedagógicas que representa um programa de ensino que expressa fidedignamente à ortodoxia da cultura cristã, instituída pela Companhia de Jesus durante um período de fortes tensões no cenário religioso europeu. Afinal, em 1517,

com a publicação das 95 teses de Martinho Lutero, resulta o advento do Movimento Reforma Protestante, seguido por índices de ascensão que inflamam a Europa e suas colônias, principalmente entre 1545 e 1563. A reação da Igreja Católica Apostólica Romana acontece com o Concílio de Trento<sup>46</sup>, convocado pelo Pontífice Paulo III, que resulta no Concílio da Contrarreforma, declarando o retorno do Tribunal do Santo Ofício e a institucionalização do *Index Librorum Prohibitorum*.

Nesse contexto, os pilares da cultura cristã baseados no pensamento teórico do *Ratio Studiorum* trazem os estudos de Santo Agostinho<sup>47</sup> e Santo Tomás de Aquino<sup>48</sup>, combatendo

---

<sup>46</sup> Entre as decisões do conclave estavam a instituição de seminários para formação dos clérigos, a reafirmação do princípio da infalibilidade dos papas, a reafirmação do latim como língua litúrgica e a determinação do celibato clerical. Também foram aprovados mecanismos repressivos para promover uma regulação cultural, dentre os quais se salientam as práticas inquisitórias do Tribunal do Santo Ofício e o *Index* – a lista dos livros proibidos pela Igreja. Os jesuítas foram o mais importante grupo religioso na manutenção dos princípios da reação católica ao protestantismo (VEIGA, 2007, p. 54).

<sup>47</sup> Agostinho completou os estudos clássicos e tornou-se professor de retórica, lecionando primeiro em Cartago, depois em Roma e finalmente em Milão [...]. A importância de Agostinho na história do cristianismo é inegável: ele foi o mais importante dentre os Pais da Igreja, soube enxertar a nova religião no tronco do neoplatonismo, recuperou sistematicamente tudo o que podia ser salvo do antigo pensamento filosófico e, por tudo isso, constitui, na história, um insubstituível elo entre o mundo antigo e a civilização cristã (NICOLA, 2005, p. 129).

<sup>48</sup> Tomás de Aquino foi o maior expoente da Escolástica, a filosofia medieval. Além de uma profunda religiosidade pessoal, possuía um talento especulativo extraordinário, que o coloca entre os grandes pensadores da história [...]. *magister* de teologia da Universidade de Paris e incansável professor visitante das melhores Universidades européias: Bolonha, Roma, Nápoles, Paris e Colônia. O seu tenaz intento de conciliar os valores da fé com os valores da razão, retomando uma abordagem aristotélica da filosofia, colocou-o em oposição às duas linhas de pensamento: a tendência mística-platônica defendida naquela época pelos Franciscanos, e a crença

nesse cenário acadêmico a expansão das interpretações errôneas dos princípios do cristianismo, como as interpretações dos filósofos averroístas<sup>49</sup>, defensores dos princípios do materialismo e do panteísmo.

A cultura escolar jesuítica estava enraizada nos processos de ensino e aprendizagem pelas normas e práticas que simbolizam as permanências e resistências da Companhia de Jesus aos preceitos contrários às virtudes cristãs. Segundo Julia (2001, p. 2), “um conjunto de *normas* definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitam a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Nesse aspecto, os pressupostos que permeiam as *normas* e *práticas* são coordenados e determinados a partir das finalidades, sejam as religiosas, sociopolíticas ou simples de socialização, que correspondem às intencionalidades dessas ações na sociedade de cada época.

Na lógica educacional, de acordo com Julia (2001), esse sistema proposto pela cultura escolar jesuítica demonstra eficácia: inicialmente, as *normas* moldam toda a estrutura do ensino, a hierarquização do corpo docente, os docentes hábeis

---

dos chamados Averroístas – ou seja, os seguidores da doutrina do grande pensador árabe Averróis –, que identificavam na doutrina de Aristóteles argumentos incompatíveis com a revelação divina (por exemplo, a imortalidade da alma individual) (NICOLA, 2005, p. 143).

<sup>49</sup> Doutrina do filósofo medieval Averróis, condensando tudo o que os árabes haviam conservado da ciência grega. Os comentários de Averróis sobre Aristóteles exerceram uma grande influência na escolástica. Seu livro *Destruição da destruição*, reabilitando a razão diante dos teóricos muçulmanos, sustenta que todo o gênero humano só possui um intelecto e que as almas particulares são mortais. Tomás de Aquino dedicou muito tempo em refutar os discípulos de Averróis, considerando o “averroísmo” como defensor de um certo “materialismo” e de um certo “panteísmo”. Contudo, foi grande o esforço de Averróis e dos averroístas em harmonizar Aristóteles com a fé muçulmana (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 22).



para tais disciplinas, os cursos ministrados, a grade curricular nos colégios e universidades, os fundamentos teóricos, as obras específicas que devem ser ensinadas, a configuração do tempo, entre dias e horas de estudo, entre outros; e, posteriormente, as *práticas* moldam os comportamentos, o ato do sinal da cruz e orações no início da aula, sempre ajoelhados de cabeças descobertas, a formatação da postura no ambiente educacional, o exercício da memória pela repetição dos conteúdos apreendidos, como os preceitos da doutrina cristã, as cerimônias e suas premiações, os métodos de castigos, entre outros.

Nesse contexto, a Companhia de Jesus institucionaliza os regulamentos que representam estrategicamente componentes respeitáveis em seus ambientes educacionais, pois unificam a estrutura hierárquica e moldam os comportamentos, determinando os parâmetros pertinentes para solidificação da cultura escolar jesuítica, definindo os preceitos que regulamentam as instituições jesuíticas e todos os envolvidos nesse processo educacional.

Ao todo, o currículo ordenado pelo *Ratio Studiorum* tem doze classes. A aprendizagem das matérias é graduada, considerando-se a idade dos alunos e o nível dos cursos. Desde a classe inferior de gramática, os alunos aprendem as cerimônias e os ritos cristãos, que são sistematizados doutrinaria e teoricamente nos cursos de arte ou filosofia, e teologia. Todos os cursos são orientados pelo estudo de *preceitos, estilo e erudição*, ou seja, prescrições e regras das línguas, da retórica, das letras, da filosofia e da teologia; exercícios como os vários gêneros retóricos - poéticos de representação das matérias das humanidades, memorizadas como tópicos ou lugares - comuns já aplicados e desenvolvidos pelas várias autoridades estudadas; memorização de

técnicas de falar e de escrever, além dos esquemas da própria arte da memória (HANSEN, 2001, p. 18).

A primeira fase dos estudos é realizada nos cursos que compõem os *Estudos Inferiores*, marcados inicialmente pelas classes de Gramática – composto por três categorias: *Ínfima* (estudo de sintaxe latina, princípios gregos e as obras de Cícero), *Média* (gramática latina, verbos gregos e as obras de Cícero e Ovídio) e *Suprema*<sup>50</sup> (regras da gramática latina e grega e as obras romanas e gregas). Posteriormente, pelas classes de Humanidades – intitulada de classe intermediária, por possibilitar o retorno a Cícero e aos romanos Salútro, César, Tito Lívio e aos gregos Platão, Isócrates, Basílio e Gregório Nazianzeno. E, finalmente, pelas classes de Retórica<sup>51</sup> – evidenciando os preceitos, o estilo e a erudição.

A segunda fase corresponde às Faculdades Superiores e é assinalada inicialmente pelo *Curso de Filosofia* – corresponde a três anos de formação nos pressupostos de Aristóteles e Santo Tomás de Aquino. No primeiro ano, Lógica, Metafísica Geral e Matemáticas Elementares e Academia de Grego; no segundo, Cosmologia e outras ciências; no terceiro, Teodicéia e Ética, Astrologia e Matemática Superiores. E, depois, o *Curso de Teologia* –

---

<sup>50</sup> Eram lidos os romanos Cícero, Catulo, Virgílio, Ovídio, Propércio, Tibulo e os gregos São João Crisóstomo, Agapeto, Esopoetc. (HANSEN, 2001, p. 19).

<sup>51</sup> O *Ratio Studiorum* especifica que o curso de retórica deve dar conta de três coisas essenciais, que então resumem e normalizam toda a educação, os preceitos, o estilo e a erudição. Para ensinar as três em seus colégios espalhados pelo mundo, os jesuítas recuperaram autoridades antigas, principalmente as *Partições Oratórias* e o *De Oratore*, de Cícero; a *Retórica para Herênio*, do Anônimo, então atribuída a Cícero. E a *Institutio Oratória*, de Quintiliano, que fornecem regras ou preceitos da eloquência, além da *Rhetorica* aristotélica (HANSEN, 2001, p. 19).

corresponde a quatro anos de formação nos pressuposto de Santo Tomás de Aquino, ministrado por dois ou três doutores. Nos primeiros dois anos, a Teologia Patrística ou Positiva e Teologia Escolástica Moral; nos últimos dois anos, a Casuística<sup>52</sup>, Sagrada Escritura ou Exegese, Instituições Canônicas, Hebreu, Siríaco e outras Línguas Bíblicas.

Conforme Veiga (2007), a gramática latina mantinha seu *status* como base fundamental dos estudos no projeto educacional jesuítico, tanto nas disciplinas no *studia inferiora* quanto no *studia superiora*, ou seja, os Estudos Inferiores e as Faculdades Superiores. No primeiro caso, as disciplinas e o tempo eram, respectivamente: estudos Linguísticos e Literários (seis anos), estudos Gramáticos Latinos (dois anos), Humanidade e Belas Artes (dois anos) e Retórica (um ano). No segundo caso, estudo da Filosofia e Matemática (direcionados às carreiras liberais) e estudo da Teologia em duas linhas, a primeira moral (casos de consciência, vícios e virtudes) e a segunda dogmática (doutrina).

No entanto, o desenvolvimento do programa educacional jesuítico, o *Ratio Studiorum*, pressupõe uma estrutura de ensino e aprendizagem, contendo os princípios da Companhia de Jesus que refletem na proposta curricular, projetado estrategicamente nas disciplinas curriculares nos diferentes níveis de ensino. Determinados esses pressupostos, o sistema educacional requer um processo pedagógico, que disponibilize as ferramentas necessárias para êxito desse projeto, quer dizer, qual método a adotar: *modus italicus* ou *modus parisienses*?

Durante os séculos V e XVI, o *modus italicus* foi o método de ensino que predominou na Europa. Desenvolvido

---

<sup>52</sup> Análise e classificação dos “casos da consciência”, ou seja, dos problemas que nascem da aplicação das normas morais ou religiosas aos acontecimentos da vida (ABBABNANO, 2007, p. 137).

nos colégios e nas universidades, tal processo de aprendizagem era desvinculado de qualquer programa curricular rígido, ou seja, não era necessário qualquer pré-requisito para frequentar as disciplinas em qualquer dos cursos. Dessa forma, os alunos das diferentes faixas etárias e níveis de formação eram reunidos com a presença de um preceptor que ministrava a instrução.

No entanto, após o início do século XVI, o *modus parisiensis* foi o método de ensino que circulava nos ambientes educacionais na Europa, partindo dos pressupostos básicos: a distribuição dos alunos em classes (pelo nível de instrução e faixas etárias); o programa de ensino previamente fixado; as classes ministradas especificamente por um professor; os exercícios escolares como processo de aprendizagem; os mecanismos de incentivos ao estudo (prêmios, louvores e condecorações); os castigos corporais; e as práticas de denúncia ou delação.

Segundo Saviani (2011), os padres jesuítas tiveram contato com o *modus parisiensis* no período que estudaram na Universidade de Paris, possibilitando-se desse método e reconhecendo os mecanismos que circundam suas práticas e os pilares de sua origem, que remetem aos moldes escolásticos. Inicialmente, a implantação do *modus parisiensis* pela Companhia de Jesus aconteceu com o advento de suas instituições, possibilitando ao Colégio Messina (1548) a experiência desse método de ensino. Após sua implantação, adentra os Colégios de Palermo (1549) e Romano (1551). O ponto central desse método corresponde a um conjunto de práticas educacionais (repetições, disputas, composições, interrogações e declamações), isso é, adotar os três pilares: *lectio, repetitiones e disputatio* como pressupostos fundamentais incorporados pelo projeto intitulado Método Pedagógico Jesuítico.

Nesse cenário, os colégios jesuíticos, ao adotarem os três pilares, universalizam os comportamentos necessários aos alunos no programa de estudo que pressupõe o *lectio*, quer dizer, a preleção dos assuntos que devem ser estudados, porém, os textos não necessitam de um determinado questionário, podem ser apreendidos pelas leituras; as *repetitiones* são os momentos em que os alunos, em pequenos grupos, repetem as lições ao professor ou a um aluno mais adiantado; e as *disputatio* correspondem aos exames, a partir das questões referentes ao texto proposto.

Para ensinar, o professor aplicava três espécies básicas de atividades: a preleção (*lectio*), a repetição e a aplicação. A *lectio* consistia na exposição oral de um texto determinado. Feita segundo a técnica tradicional do comentário, seguia preceitos específicos, adequando-se ortodoxamente ao tema. [...] A repetição é efetivamente um dos principais procedimentos do ensino jesuítico, em que tudo se repete a todo momento, como técnica de inculcar tópicos e normas. [...] Quanto à aplicação, o professor devia prever a transferência dos conhecimentos memorizados e apropriados ou adaptados pelos mesmos processos. Nesse sentido, os alunos sempre aprendiam duas coisas: matérias vivas, como latim, retórica, teologia, filosofia etc. e os modos ou procedimentos de aprendê-las, preleção, resumo, comentário, repetição, memorização etc (HANSEN, 2001, p. 23).

O *modus parisiensis* na percepção da Companhia de Jesus, após ser implantado no século XVI, na Universidade de Paris, adquire outras proporções no ideário católico, sendo berço da formação dos padres jesuítas, possibilitando o aprimoramento das técnicas educacionais desenvolvidas nesse

cenário acadêmico. Ao incorporar os princípios educacionais que permeiam o *modus parisiensis*, arquiteta as instituições educacionais jesuíticas dentro de um conjunto de *normas e práticas*, fortalecendo a cultura escolar jesuítica, expondo as permanências desse projeto.

No século XVI, o importante marco para a expansão do ensino nos moldes do cristianismo foi financiado pelas coroas católicas, que mantinham em seus territórios o predomínio da Companhia de Jesus (edificada nesse mesmo período), representando o ideário católico no sistema educacional que instituiu. Oficialmente em 1550, um importante documento regulamentou essa instituição religiosa, apresentando as *Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares*, dando poderes a esses membros frente às outras instituições religiosas do cristianismo. Nesse mesmo período, permeia as discussões que cercam o *Método Pedagógico Jesuítico – Ratio Studiorum*, sendo oficializado em 1599, mantendo fidedignos os preceitos que compõem as virtudes cristãs.

Nesse contexto, entre os pilares do ideário católico, a cultura escolar jesuítica seria um importante mecanismo de poder por extensão do *Concílio de Trento* (1545 – 1563). Assim, legitima as permanências e resistências do cristianismo, principalmente no período renascentista, instaurando as ramificações desse projeto educacional jesuítico instituído em suas universidades, colégios e seminários. A institucionalização desse projeto fortalece as relações de aproximação entre os eclesiásticos e os governos católicos, fortalecendo as elites européias que, propensas à defesa desses preceitos, formam seus sucessores nessas instituições jesuíticas. Tal projeto tem sua extensão nos colégios jesuíticos nas colônias, com a formação inicial, e para outros níveis de ensino, seriam realizados nas metrópoles dos reinos católicos.

### 3.1.1 O Ensino Jesuítico no Brasil

Em 1549, os padres jesuítas aportam na Bahia com o primeiro governador geral, Tomé de Sousa, dando extensão aos trabalhos missionários da Companhia de Jesus, sendo o episódio considerado pela cúpula eclesiástica católica uma estratégia de extrema importância na conjuntura política e religiosa que permeia o século XVI. A presença dos missionários jesuíticos no continente americano tem entre suas finalidades proporcionar o fortalecimento dos princípios do ideário católico pelo viés educacional, reproduzindo o projeto Método Pedagógico Jesuítico, em desenvolvimento nos colégios jesuíticos europeus de Messina (1548) e Palermo (1549).

A vinda dos padres jesuítas, em 1549, não só marca o início da história da educação no Brasil, mas inaugura a primeira fase, a mais longa dessa história, e, certamente, a mais importante pelo vulto da obra realizada e sobretudo pelas consequências que dela resultaram para nossa cultura e civilização [...]. Os jesuítas assentam, logo ao desembarcar, os seus arraiais; fundam suas residências ou conventos, a que chamavam “colégios”, estalam os seus centros de ação e de abastecimentos, ou, se o quiserem, os seus quartéis, para a conquista e o domínio das almas, penetram as aldeias dos índios e, multiplicando, ao longo da costa, os seus pontos de irradiação, estabelecem-se, ao sul, sob a inspiração luminosa do Pe. Manuel de Nóbrega, na Capitania de São Vicente, em que reconhecem “a porta e o caminho mais certo e seguro para as entradas ao sertão” (AZEVEDO, 1963, p. 501).

Os missionários jesuítas, ao adentrarem esse novo território, são apoiados e têm proteção oficial da coroa portuguesa e das autoridades instaladas nessa colônia, tendo amplos poderes em relação às estratégias que iriam desenvolver para expansão do ideário católico, instituído nos projetos da Companhia de Jesus com o objetivo de evangelizar e combater as heresias (propagar a fé entre os incrédulos), e a difusão da cultura católica. No século XVI, é importante destacar que outras congregações religiosas católicas aportam em solo brasileiro, como os Franciscanos<sup>53</sup>, as Carmelitas e os Beneditinos<sup>54</sup>, no entanto, suas estruturas são arquitetadas para os monastérios, distanciando esses religiosos da população, deixando-os sem nenhuma vinculação com projetos educacionais ou mesmo de colonização.

Além de franciscanos e beneditinos, outras ordens religiosas se fizeram presente no processo de colonização do Brasil, como os carmelitas, mercedários, oratorianos e capuchinhos, tendo estes desenvolvido alguma atividade educativa. Contudo, essas diferentes congregações religiosas operaram de formas dispersas e intermitentes, sem apoio e proteção oficial, dispondo de pouco recursos humanos e

---

<sup>53</sup> O primeiro grupo de oito missionários franciscanos chegou ao Brasil na caravela de Pedro Álvares Cabral, estando, entre eles, frei Henrique Coimbra, que celebrou a primeira missa na nova terra no dia 26 de abril de 1500 [...]. Outros franciscanos chegaram a diversas regiões brasileiras durante o século XVI, sendo que o estabelecimento definitivo da Ordem no Brasil data de 1585, quando foi fundada em Olinda a primeira Custódia do Brasil com o Convento que recebeu o nome de Nossa Senhora das Neves de Olinda (SAVIANI, 2011, p. 39-40).

<sup>54</sup> Outra ordem religiosa que se fixou no Brasil no século XVI foi a dos beneditinos, que aqui se estabeleceram definitivamente em 1581, em Salvador, com a finalidade de ali construir um mosteiro. Depois disso fundaram outros mosteiros em Olinda, Rio de Janeiro, Paraíba do Norte e São Paulo (SAVIANI, 2011, p. 40-41).



materiais e contando com apenas o apoio das comunidades e, eventualmente, das autoridades locais. Diferentemente, os jesuítas vieram em consequência de determinação do rei de Portugal, sendo apoiados tanto pela Coroa Portuguesa como pelas autoridades da colônia (SAVIANI, 2011, p. 41).

Segundo Azevedo (1963, p. 503), “inaugura-se então, a partir da Bahia, impellido vigorosamente, nos primeiros dez anos (1549-59), pelo *Pe. Manuel da Nóbrega*, e depois por *Luís da Grã*, seu sucessor, no cargo provincial (1559-69)”. O Pe. Manuel de Nóbrega considerado apóstolo da instrução, pois mantinha o projeto educacional jesuítico, criando a escola de instrução de ler e escrever, seria a primeira escola de instrução elementar, sendo estabelecidos em Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, São Vicente e São Paulo de Piratininga, e os colégios, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Bahia – entre uma classe preliminar apresentava outra, de latim e de humanidades.

A principal estratégia utilizada para organização do ensino, tendo em vista o objetivo de atrair os “gentios”, foi agir sobre as crianças. Para isso se mandou vir de Lisboa meninos órfãos, para os quais foi fundado o Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia e, depois o Colégio dos Meninos Jesus de São Vicente. Pretendia-se, pela mediação dos meninos brancos, atrair os meninos índios e, por meio deles, agir sobre seus pais, em especial os caciques, convertendo toda a tribo para a fé católica (SAVIANI, 2011, p. 43).

Nesse contexto, o Pe. Manoel da Nóbrega marca a História da Educação no Brasil, ao utilizar o projeto educacional em desenvolvimento, o Método Pedagógico

Jesuítico, tanto na evangelização dos gentios como na instrução dos colonizadores, seguido pelos padres jesuítas Navarro<sup>55</sup> e Anchieta<sup>56</sup>. É importante enfatizar que o Pe. José de Anchieta exerce funções importantes para a Companhia de Jesus, sendo considerado mestre no ensino de latim e humanidades, desenvolvendo tal prática pedagógica no colégio de Piratininga, direcionada à formação dos missionários. Foi responsável pela primeira gramática da língua indígena, tornando-se um mestre na arte de ensinar, pois utilizava, além

---

<sup>55</sup>Aspilcueta Navarro, dentre os jesuítas, o primeiro que aprendeu a língua indígena e dela se utilizou desde 1550, na pregação aos selvagens, o primeiro mestre e missionário do gentio, e o primeiro nas entradas evangelizadoras aos sertões, que varou em 1553, escreve Afrânio Peixoto, “de Porto Seguro, 350 léguas de périplo, as cabeceiras do Jequitinhonha, vale do São Francisco, tornando ao litoral, pelo rio Pardo”. Se nessa trindade esplendida – *Nóbrega*, o político, *Navarro*, o pioneiro, e *Anchieta*, o santo, se simboliza a atividade extraordinária dos jesuítas no século XVI – a fase mais bela e heróica da história da Companhia de Jesus –, entre todos esses apóstolos e educadores avulta, com um relevo singular, a figura taumatúrgica de *Anchieta* que chegara, no reforço mandado por D. Pedro III, em 1553, simples noviço, de compleição frágil e menos de vinte anos (AZEVEDO, 1963, p. 505-506).

<sup>56</sup>José de Anchieta, grande figura da Igreja e uma das maiores do Brasil, apóstolo do Novo Mundo, nasceu em Tenerife aos 19 de março de 1534, no mesmo ano em que se criava a Companhia de Jesus, de que veio a ser um dos vultos mais eminentes, desde a sua fundação. Em 1548 foi mandado pelos pais a Coimbra onde fez seus estudos e professou na Companhia em 1º de março de 1551, partindo dois anos depois, ainda noviço para o Brasil, com a segunda leva de missionários jesuítas [...]. Mestre no Colégio de Piratininga, para o qual o designou, em 1554, o Pe. Manuel da Nóbrega; missionário em São Vicente, em Piratininga, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo; provincial da Companhia de Jesus, de 1579 a 1586; reitor do Colégio do Espírito Santo foi em todas as funções que exerceu, no ensino dos meninos, filhos de índios e de colonos, no ministério espiritual e na propagação da fé pelos sertões, um exemplo incomparável de zelo apostólico, de espírito de sacrifício e de heróica dedicação (AZEVEDO, 1963, p. 505).

da gramática, o teatro, a música, os cânticos e as danças para compor os instrumentos de aprendizagem aos gentios.

Atraindo os meninos índios às suas casas ou indo-lhes ao encontro nas aldeias; associando, na mesma comunidade escolar, filhos de nativos e de reinóis-brancos, índios e mestiços, e procurando na educação dos filhos, conquistar e reeducar os pais, os jesuítas não estavam apenas servindo apenas a obra de catequese, mas lançavam as bases da educação popular e, espalhando nas novas gerações a mesma fé, a mesma língua e os mesmos costumes, começavam a forjar, na unidade espiritual, a unidade política de uma pátria (AZEVEDO, 1963, p. 507).

Nesse contexto, a Companhia de Jesus determina os princípios que iriam nortear a cultura escolar brasileira, pois, ao intensificar o projeto de evangelização, introduz um sistema educacional nos aportes do ideário católico. Nessa conjuntura, os jesuítas determinam seus agentes, inicialmente, por moldar a cultura de profissão, que é orientada pelas exigências dos ministérios do sacerdócio e do ensino; depois, a cultura de formação humanística e filosófica, propensa à formação dos seus teólogos; e, finalmente, a cultura disciplinar, atribuindo a formação do caráter moral pelo viés da catequese, forma de ensino que combate os preceitos errôneos à cultura católica.

Ainda no século XVI, as escolas de instrução elementar brasileiras, reconhecidas como escola de ler e escrever, correspondem aos anseios que circundam o projeto catequético, ou seja, o ensaio para as bases da organização educacional do sistema jesuítico. Mantinham nos colégios do Rio de Janeiro e de Pernambuco aulas de Humanidades, e no colégio da Bahia, os graus de bacharel, em 1575, e o curso de Artes, em 1598. Os seminários maiores tinham como intuito a formação do

humanista, no curso de Letras Humanas, e do filósofo, no das Artes, requisito para os alunos propensos ao curso de Teologia e Ciências Sagradas, direcionados à formação daqueles propensos a exercer o ministério sacerdotal.

No início do século XVII, a Companhia de Jesus implantava efetivamente na Europa o Método Pedagógico Jesuítico – *Ratio Studiorum*, aprovado no final do século anterior, composto pelo curso de Letras Humanas, Filosofia e Ciências (Artes) e Teologia e Ciência Sagradas. Como as regras e métodos de ensino e aprendizagem, o processo hierárquico e suas competências, os louvores e punições, entre outros aspectos.

De acordo com Azevedo (1963), no período entre os séculos XVI e XVII, a formação educacional brasileira comporta, além das escolas para meninos e outros colégios menores, 11 colégios nos moldes do *Ratio Studiorum*: Colégio de Todos os Santos, na Bahia, fundado em 1556, para o ensino da Retórica, Filosofia a Teologia; Colégio São Sebastião, transferido de São Vicente, em 1567, para Morro do Castelo, no Rio de Janeiro; Colégio De Olinda, em 1568, antiga residência e escola elementar, elevada a colégio; Colégio de Santo Inácio, em 1631, em São Paulo; Colégio São Miguel, em 1653, em Santos; Colégio São Tiago, em 1654, no Espírito Santo; Colégio Nossa Senhora da Luz, em São Luiz do Maranhão; Colégio Santo Alexandre, no Pará, em 1652 – apenas em 1670, enquadra na categoria de colégios perfeitos; Colégio Nossa Senhora do Ó, em 1678, em Recife; Seminário de Belém, em 1678; e o Colégio da Paraíba, em 1683.

O Colégio de Todos os Santos, na Bahia e o Colégio de São Sebastião, no Rio de Janeiro, são os alicerces educacionais que mantêm completo o programa de ensino proposto pelo *Ratio Studiorum*, possibilitando aos alunos sua formação em três fases: primeiro pelo curso de Letras Humanas, depois pelos cursos de Filosofia e Ciências (Artes), e posteriormente pelos

cursos de Teologia e Ciência Sagradas. Nesse viés, os alunos recebem o título de bacharéis ou licenciatura em Artes, porém aqueles que projetam seguir os estudos, seja na área do Direito Civil, Direito Canônico ou em Medicina, devem ir à metrópole frequentar as disciplinas na Universidade de Coimbra<sup>57</sup>, local que desempenha grande importância na formação da elite que compõe a colônia brasileira.

Não havia, pois, na Colônia estudos superiores universitários, a não ser para o clero regular ou secular, este formado em Coimbra ou pelos jesuítas na Colônia, sobretudo no século XVIII; e, para os que não se destinavam aos sacerdócios, mas a outras carreiras, abria-se, nesse ponto de bifurcação, o único, longo e penoso caminho que levava as universidades ultramarinas, a de Coimbra, organizada sobre o modelo bolonhês e mais reputada para as ciências teológicas e jurídicas, e à de Montpellier, na França, que recebera, na bacia do Mediterrâneo, as tradições médicas dos gregos, desenvolvidas e enriquecidas pelos judeus e árabes (AZEVEDO, 1963, p. 524).

As instituições de ensino no Brasil formam um contingente de funcionários para o governo ou clérigos – são reconhecidos como teólogos, padres mestres, juízes ou magistrados, atribuições exclusivas aos que recebem o título de bacharel ou mestre em Artes, sendo representantes da aristocracia social na colônia ou mesmo reconhecidos como

---

<sup>57</sup> É importante ressaltar que o pacto colonial previa a continuidade dos estudos na Universidade de Coimbra – e determinava proibição de fundar algum centro de estudos superiores para carreiras liberais no Brasil. E até uma carta régia de 1689 determinava o contrário, os estudos realizados nos colégios jesuítas brasileiros não eram equiparados aos dos lusitanos, devendo os alunos prestar exames de equivalências para ingressar numa universidade portuguesa (VEIGA, 2007, p. 63).

escritores, poetas ou oradores que atribuem suas funções a transmitir a herança cultural.

É válido ressaltar que os mestres jesuítas, além das edificações educacionais (colégios e seminários), compõem posição estratégica no cenário nacional frente à formação das elites. As instituições jesuíticas, além das instalações que constituem as primeiras bibliotecas<sup>58</sup>, entre os avanços da Companhia de Jesus, construíram a primeira oficina de topografia, fato que provoca reações imediatas do governo português, com a promulgação da Carta Régia de 6 de julho de 1747.

Nos seus colégios e nas suas casas se formaram as primeiras bibliotecas e, por iniciativa da Academia dos Seletos e do seu presidente, um jesuíta, o Pe. Francisco de Farias, fundou-se, no Rio de Janeiro, no século XVIII, a primeira oficina tipográfica, destruída mais tarde por ordem do governo português (Carta Régia de 6 de julho de 1747), que “mandou sequestrar e remeter para Portugal as letras de imprensa, proibindo que se imprimissem livros, obras ou papéis avulsos e cominando a pena de prisão para o reino” (AZEVEDO, 1963, p. 528).

Ocorrem no século XVII, intervenções educacionais do governo português na colônia brasileira, utilizando os moldes

---

<sup>58</sup> Os colégios dos jesuítas no Brasil eram renomados por suas excelentes bibliotecas, e a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite, informa que a biblioteca do Colégio de Santo Inácio, no Morro do Castelo, Rio de Janeiro, possuía “alguns trabalhos impressos na própria casa por volta de 1724”. Se o colégio possuía sua própria impressora, parece estranho que Agostinho Santos Félix Capelo não mencione este fato em seu relatório ao governador Bobadella sobre as propriedades confiscadas em 1759, quando os jesuítas foram expulsos e o colégio, fechado (HALLEWELL, 1985, p. 8).

do ensino jesuítcos, para instituir a Escola de Artilharia e Arquitetura Militar, em 1699, na Bahia, e posteriormente, em 1738, aula de artilharia, no Rio de Janeiro. Segundo Azevedo (1963, p. 539), “talvez a primeira instituição leiga de ensino no Brasil”. Tal projeto é arquitetado com fundamento de conter possíveis regressões e o surgimento de instituições universitárias ou imprensa, despertando os colonos para a libertação da metrópole.

No cenário educacional brasileiro entre os séculos XVI e XVIII, existe o Método Pedagógico Jesuítico, que iniciou em 1549, rompendo os limites dos territórios que assolam a extensão desse país. Os jesuítas adentram nos povoados com intuito de evangelização, lançam o processo educacional nos moldes de ler e escrever aos gentios, tendo sua extensão nos colégios e seminários jesuítcos, atribuindo outros níveis de ensino. A Companhia de Jesus alcança seus espaços na formação educacional da nação, reproduzindo o *Ratio Studiorum*, formando os clérigos e leigos, ou seja, mantém o corpo eclesiástico próximo à elite no controle da colônia, sendo propensos ao ideário católico da metrópole.

O apogeu dessa estrutura educacional e de administração da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil, segundo Azevedo (1963, p. 539), é que “possuíam os jesuítas só no Reino 24 colégios, além de 17 casas de residência, e na colônia, 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, sem contar os seminários menores, e as escolas de ler e escrever”. Tal expansão rompe seus limites ao constatar que, além dos dados oficiais apresentados, ainda nos deparamos com aldeias e povoados onde existiam casas dos jesuítas, mantinham pequenas escolas ou seminários como extensão do programa de ensino.

Os dezessete colégios fundados pelos jesuítas no Brasil tinham Estudos Inferiores e os cursos

de humanidades, destinando-se basicamente a estudantes externos; nos seminários, que eram internatos, estudavam os alunos destinados a serem padres da Companhia de Jesus (HANSEN, 2001, p. 29).

No entanto, com a Reforma Pombalina e o Iluminismo Português, as experiências e estruturas de ensino dos jesuítas sofrem sua queda. Segundo Saviani (2011, p. 82), “por meio do Alvará de 28 de julho de 1759, determinou-se o fechamento dos colégios jesuítas introduzindo-se as aulas régias a serem mantidas pela coroa”, tendo seu principal expoente o Marquês de Pombal. De acordo com Azevedo (1963), a expulsão dos jesuítas do reino português representa uma política radical que toma proporções que resultam em medidas semelhantes, aplicadas na França (1763), Espanha, Nápoles e Sicília (1767), entre outros governos, resultando, em 1773, na total supressão da Companhia de Jesus pelo Papa Clemente XIV.

### 3.2 O *RATIO STUDIORUM* E AS REGRAS PARA O ENSINO DE FILOSOFIA

Os cursos em Estudos Inferiores<sup>59</sup> (Gramática, Humanidades e Retórica) e Faculdades Superiores (Filosofia e Teologia) compõem os pilares do ideário católico baseado no Método Pedagógico Jesuítico – *Ratio Studiorum*. Nesse viés, a configuração é em dois níveis de ensino, determinando os saberes pertinentes a cada um, e apresenta aos alunos os pré-

---

<sup>59</sup> Destinava-se a formar o homem *in litteris humanioribus*, ministrando-lhe um ensino eminentemente literário de base clássica, e constituía por isto mesmo, como curso de humanidades, o verdadeiro alicerce de toda essa estrutura, solidamente montada, do ensino jesuítico. Foi este, o das letras humanas, o curso que mais se propagou nas colônias, nos colégios dos padres (AZEVEDO, 1963, p. 519).



requisitos necessários para ascensão acadêmica, universalizados nas instituições jesuíticas.

A estrutura pedagógica que forma o curso de Filosofia tem extensão durante o período de três anos, disciplinada por um conjunto de regras específicas, direcionadas tanto aos professores quanto aos alunos, construindo as permanências do ideário católico, direcionando ao ensino os fundamentos teóricos que constituíram as escolas filosóficas da Idade Média. Nesse contexto, a importância das escolas filosóficas da Patrística<sup>60</sup> (caracterizadas principalmente pela tentativa de conciliar os dogmas da fé cristã e as verdades reveladas na sagrada escritura com as doutrinas clássicas entre Platão e Santo Agostinho) e da Escolástica<sup>61</sup> (discussão dos argumentos favoráveis ou contrários entre Aristóteles<sup>62</sup> e Santo Tomás de Aquino).

---

<sup>60</sup> Indica-se com este nome a filosofia cristã dos primeiros séculos. Consiste na elaboração doutrinal das crenças religiosas do cristianismo e na sua defesa contra os ataques pagãos e heresias, caracterizada pela indistinção entre a religião e filosofia. Para os padres da igreja, a religião cristã é a expressão íntegra e definitiva da verdade que a filosofia grega atingira imperfeita e parcialmente (ABBAGNANO, 2007, p. 868).

<sup>61</sup> Em sentido próprio a filosofia cristã da Idade Média. Nos primeiros séculos da Idade Média, era chamado de *scholasticus* o professor de artes liberais e, depois, o docente de filosofia ou teologia que lecionava primeiramente na escola do convento ou da catedral, depois na universalidade (ABBAGNANO, 2007, p. 401).

<sup>62</sup> Aristóteles (384-322 a.C.) não era cristão, mas apresentou uma das maiores representações do desenvolvimento humano, o racional. Desenvolvimento da razão e o primeiro motor tornaram-se as bases desenvolvidas, por Santo Tomás de Aquino e entre os escolásticos, para alcançar a fé cristã. Deus era o criador, o primeiro motor, que cria sem ser criado; o homem era a criação que, por ser criado à imagem (*Forma*) e semelhança (*Essência*) do Criador, deveria atingir o máximo dessa semelhança através da razão, semelhança divina. A visão de Aristóteles no século XVI tornava-se o instrumento de formação intelectual plena para a teologia cristã, de formar o homem para Deus. Aristóteles, no século XVI,

São esses pressupostos filosóficos (platonismo e aristotelismo) e teológicos (agostiniano e tomista) que fundamentam, no período do Renascimento, o modelo de ensino instituído pela Companhia de Jesus, que tem o *Trivium* (corresponde às ciências da linguagem, ou seja, gramática, retórica e dialética) e o *Quadrivium* (corresponde à aritmética, geometria, música e astronomia). Nesse viés, as sete artes liberais representam a forma de manter os saberes clássicos da antiguidade grega-romana no sistema de ensino medieval, sendo com a Companhia de Jesus aplicada a extensão desse processo no período renascentista. Tal estrutura está expressa significativamente nos Estudos Inferiores que, posteriormente, solidificam as bases que compõem o ensino nas Faculdades Superiores, sendo acompanhados pelo método escolástico<sup>63</sup>, que tem forte influência no curso de Filosofia e Teologia.

---

era “A Autoridade”. Tomás de Aquino já havia visto em Aristóteles, no século XIII, uma grande possibilidade de fundamentação racional da fé cristã. Entre a teoria da ordem sobrenatural difundida na Idade Média por Santo Agostinho (vivenciada ainda no século XVI), Santo Tomás, em estudo de Aristóteles, desenvolve a teoria da ordem natural, em que a natureza humana, com suas próprias forças, é capaz de fortalecer-se, disciplinar-se e “produzir” boas obras. Os jesuítas levaram esse propósito à frente através da educação nos colégios. Em outras palavras, Aristóteles, símbolo da razão suprema, era tomado como caminho seguro (Santo Tomás já o havia percorrido) à fé cristã, que viria a ser fortalecida no curso de Teologia. Tratava-se do instrumento de formação intelectual plena para a teologia cristã, de formar o homem, no conhecimento, para Deus (CORRER, 2006, p. 52).

<sup>63</sup>Na execução do método escolástico, o mestre fazia a exposição (*expositio/lectio*) não de um assunto, mas de uma obra; o objetivo era ensinar como o autor demonstra sua ideia, a lógica de construção do discurso, e para isso fazia-se a decomposição dos argumentos. Em seguida, por meio da *disputatio* (disputa, discussão), estabelecia-se o ensinamento retirado do texto (*questio*) e o professor apresentava a conclusão (*determinatio*) como determinação da verdade (*conclusio*) (VEIGA, 2007, p. 25).

O curso de Filosofia e de Ciências, também chamado de Artes e dividido em três anos, tinha por fim a formação do filósofo pelos estudos de lógica, metafísica geral, matemáticas elementares e superiores, ética, teodicéia e das ciências físicas e naturais, tomadas pela escolástica e estudadas ainda a esse tempo como “ciências constituídas definitivamente pelas especulações aristotélicas”. Em Aristóteles, segundo os escolásticos, estava tudo: nada que investigar ou que discutir; só havia que comentar (AZEVEDO, 1963, p. 519).

Nesse contexto, o Método Pedagógico Jesuítico, além de representar as permanências e resistências da Igreja Católica Apostólica Romana frente ao advento da Reforma Protestante, mantém como pressupostos filosóficos e teológicos os fundamentos que permeiam o cristianismo na formação do corpo eclesiástico católico e dos intelectuais católicos leigos em defesa dos princípios do ideário católico. Nesse viés, a institucionalização do *Ratio Studiorum* se torna um mecanismo educacional estratégico, tendo como extensão as metrópoles e colônias de coroas católicas, possibilitando criar barreiras para conter a expansão do ideário protestante.

O ensino de Filosofia tem um papel fundamental na constituição da cultura escolar católica, pois ao determinar os pressupostos teóricos que a regulamenta, avança nas discussões frente às outras tendências filosóficas que permeiam esse período, distanciando do currículo as leituras que contradizem o ideário católico. Nesse caso, há preocupações com as interpretações, principalmente do filósofo Averróis<sup>64</sup> em

---

<sup>64</sup>Averróis ou Averroés (1126 - 1198), nascido em Córdoba, Espanha, foi o mais celebre dos filósofos árabes da Idade Média. Médico e homem de uma cultura enciclopédica, reúne em suas obras tudo o que os árabes tinham conservado da ciência grega. Seus comentários das obras de Aristóteles exerceram uma considerável influência nos pensadores medievais e, até

relação à filosofia aristotélica. Esta preocupação seria evidenciada entre as regras que competem aos professores de Filosofia no *Ratio Studiorum*, em que consta:

3. *Autores infensos ao Cristianismo.* - Sem muito critério não leia nem cite na aula os intérpretes de Aristóteles infensos ao Cristianismo; e procure que os alunos não lhes cobrem afeição. 4. *Averrois.* - Por essa mesma razão não reúna em tratado separado as digressões de Averrois (e o mesmo se diga de outros autores semelhantes) e, se alguma coisa boa dele houver de citar, cite-a sem encômios, quando possível, mostre que hauriu em outra fonte. 5. *Não se filiar em seita filosófica.* - Não se filie nem a si nem a seus alunos sem seita alguma filosófica como o dos Averroistas, dos Alexandristas e semelhantes; nem dissimule os erros de Averrois, de Alexandre e outros, antes tome daí ensejo para com mais vigor diminuir-lhes a autoridade (FRANCA, 1952, p. 63 – 64).

No processo de formação dos alunos no curso de Filosofia, a instituição jesuítica tem apreço pela organização dos referenciais teóricos, demonstrando que na implantação do *Ratio Studiorum* apresenta um conjunto de regulamentações em que constam as principais obras desse curso, impossibilitando o distanciamento das discussões que permeiam a Academia.

Assim, o curso de Filosofia é organizado, no primeiro ano: livro I e II da Analítica, livros dos Físicos de Aristóteles, livro de Anima, livros Dos Tópicos e os livros Dos

---

mesmo, em alguns renascentistas. [...] Os escolásticos, especialmente Tomás de Aquino, vão combater as teses averroístas, de um intelecto agente único, da eternidade da matéria e da dupla verdade (o que é verdadeiro em teologia pode ser falso em filosofia, e vice-versa) (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 21).

Argumentos Sofísticos; no segundo ano: livro I De Generatione, livros da Física, livros De Caelo e os livros Metereológicos; e no terceiro ano: livro II de Generatione, livros De Anima, e os livros Metafísicos).

Entre as obras que circundam o processo de ensino jesuítico, destaco os principais escritos dos filósofos gregos Platão e Aristóteles, seguidos pelas novas interpretações, pelo viés filosófico cristianizado, representado pelos doutores do ideário católico na Idade Média, os filósofos Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino. Nesse aspecto, o ensino no curso de Filosofia, a *Metafísica*<sup>65</sup> de Aristóteles, compõe o *Ratio Studiorum* nos cursos que formam as Faculdades Superiores.

Quanto aos livros Metafísicos, compostos por um conjunto de obras, desenvolvia-se um trabalho para que o seu conteúdo abrangesse a esfera racional, com o cuidado de conduzi-la somente nessa esfera, evitando seu articular com a esfera teológica, especificada na própria regra. Compreendiam o estudo da natureza da ciência e as divergências entre ciência e experiência; posição da Filosofia, em comparação com as demais ciências; doutrina, crítica e refutação dos antigos sobre as causas e primeiros princípios das coisas; estudo da verdade entre Filosofia e ciência prática, como

---

<sup>65</sup> Obra de Aristóteles, na verdade reunião de 12 tratados editados por Andrônico de Rodes, que lhes atribui este título e acabou por denominar uma das áreas mais centrais da filosofia. Nestes tratados, Aristóteles discute o problema do conhecimento e a noção de filosofia, introduzindo e conceituando algumas das noções mais centrais da filosofia como substância, essência e acidente, necessidade e contingência, verdade etc. Teve grande influência no desenvolvimento da tradição filosófica, sobre tudo a partir do sec. XIII, quando a obra de Aristóteles é reintroduzida no Ocidente. Foram inúmeros os comentários a esta obra, tanto na tradição do helenismo quanto entre os árabes e os escolásticos medievais (JAPIASSÍ; MARCONDES, 1996, p. 180-181).

o estudo do ser primeiro, substância, potência, unidade e essência. Questões que estavam relacionadas nos livros sétimo ao décimo segundo e que estavam citados como pertencentes à esfera teológica do saber (CORRER, 2006, p.60).

O professor de Filosofia é muito importante, tanto em relação à manutenção dos conteúdos curriculares quanto em relação ao ensino dos princípios que cercam sua fundamentação teórica filosófica na defesa do ideário católico, distanciando os alunos de possíveis leituras errôneas no campo filosófico. Os cursos das Faculdades Superiores realizam um conjunto de exercícios, aprimorando as habilidades que foram ensinadas nos Estudos Inferiores.

No curso de filosofia, em que se discutia Aristóteles, e no de teologia, em que o modelo era Santo Tomás de Aquino, os exercícios costumavam ser de quatro gêneros: repetições diárias das preleções, disputas, preleções e atos solenes, em que eram defendidas publicamente as conclusões. A repetição diária durava uma hora e era feita com a supervisão do Prefeito do estudo. Nos dias de feriado e domingo, havia disputas, em que um ou dois alunos defendiam os argumentos de um filósofo (HANSEN, 2001, p. 23).

O curso de Filosofia é constituído, no primeiro ano, pelas disciplinas de Lógica e Introdução às Ciências (um professor, por duas horas diárias); no segundo ano, por Cosmologia, Psicologia e Física (duas horas diárias), seguidas por Matemática (uma hora diária); e no terceiro ano, por Psicologia, Metafísica, Filosofia Moral (dois professores, por duas horas diárias). Os princípios da filosofia aristotélica permeiam todos os períodos dessa formação, sendo o principal

pressuposto para ascensão ao curso de Teologia, no qual são fundamentados pela corrente filosófica do tomismo<sup>66</sup>. Mas os princípios que norteiam as obras aristotélicas permitem aos professores de Filosofia desenvolverem com excelência o ensino em Aristóteles, mantendo o rigor da proposta jesuítica apresentada no *Ratio Studiorum*:

2. *Como seguir Aristóteles.* - Em questão de alguma importância se afaste de Aristóteles, a menos que se trate de doutrina oposta à unanimemente recebida pelas escolas, ou, mais ainda, em contradição com a verdadeira fé. Semelhantes argumentos de Aristóteles ou de outro filósofo, contra a fé, procure, de acordo com as prescrições do Concílio de Latrão, refutar com todo vigor. [...] 12. *Estima do texto de Aristóteles.* - Ponha toda a diligência em interpretar bem o texto de Aristóteles; e não dedique menos atenção à interpretação do que às próprias questões. Aos seus alunos persuada que será incompleta e mutilada a filosofia do que ao estudo do texto não liga nem grande importância (FRANCA, 1952, p. 63-65).

Importante é salientar que o curso de Filosofia, além das regras que correspondem ao professor de Filosofia, no *Ratio Studiorum* tem especificamente regras ao professor de Filosofia Moral, atribuindo, a partir dos termos (Ofício, Tema da Lição, Repetição e Teses), um conjunto de regras que

---

<sup>66</sup>Em teologia escolástica sigam os nossos religiosos a doutrina de Santo Tomás; considerem-no como seu Doutor próprio, e concentrem todos os esforços para que os alunos lhe cobrem a maior estima. Entendam, porém, que se não devem adstringir de tal modo a Santo Tomás, que lhes não seja permitido em cousa alguma apartar-se dele, uma vez que os que de modo especial se professam tomistas por vezes dele se afastam e não seja justo se liguem os nossos religiosos a Santo Tomás mais estreitamente do que os próprios tomistas (FRANCA, 1952, p. 60).

disciplina suas atividades pedagógicas, centradas exclusivamente nos capítulos principais da ciência que encontram nos livros da *Ética*<sup>67</sup> de Aristóteles.

1. *Ofício*. - Saiba que seu dever é não fazer digressões para questões teológicas, mas, seguindo brevemente o texto, explicar com doutrina e solidez os capítulos principais da ciência que se encontram nos livros da *Ética* de Aristóteles. 2. *Tempo da lição*. - Onde as lições de ética não são dadas pelo mesmo professor do curso de filosofia, o que ensina ética explique aos estudantes de metafísica as questões mais importantes dessa ciência, todos os dias, durante 3/4 de hora ou 1/2 hora. 3. *Repetição*. - Ao menos de quinze em quinze dias haja uma repetição de ética, no tempo assinado pelo Reitor, ainda que para esse fim se devesse suprimir uma repetição de metafísica. 4. *Teses*. - Quando os alunos de metafísica realizam as suas disputas, ou privadas em casa ou mensais na aula, acrescentem sempre às teses alguma proposição de ética, contra a qual o estudante de metafísica que argui deverá formular objeções por um quarto de hora (FRANCA, 1952, p. 65-66).

Segundo Saviani (2011), os jesuítas se reportavam fortemente aos princípios filosóficos de Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, com o intuito de manter as permanências desses conhecimentos na instrução cristã, combatendo os avanços da Reforma Protestante e os perigos que os novos tempos apresentavam para a hegemonia católica. A instabilidade que permeia a Igreja Católica no Renascimento impôs comportamentos emergenciais e estratégicos para conter

---

<sup>67</sup>São as obras filosóficas, no campo da ética, de Aristóteles: *Ética a Nicômaco* (dez livros); *Ética a Eudemo* (oito livros).



os avanços do protestantismo. Entre as ações, reformularam a escolástica, absorvendo elementos que compõem a discussão desse período (o tema: livre arbítrio), procurando compatibilizar a liderança católica frente às exigências da modernidade, mantendo os princípios filosóficos da herança clássica medieval.

A Companhia de Jesus foi expressivamente a principal estrutura de ensino católico, que instituiu com o *Ratio Studiorum* um componente estratégico na formação da cultura europeia, no entanto, estruturou os cursos do Ensino Inferior e das Faculdades Superiores pelos aportes teóricos filosóficos que compõem as instituições católicas durante a Idade Média, dando continuidade aos conhecimentos que solidificam as permanências e resistências dessa estrutura.

O *Método Pedagógico Jesuítico*, ao instituir os regulamentos do programa de ensino, direciona determinadas regras para a Academia dos teólogos e filósofos, contendo nessa estrutura exercícios, segundo Franca (1952), de quatro espécies: repetições diárias das preleções, disputas, preleções ou disputas científicas e atos solenes de defesa pública de teses. Ao curso de Filosofia seria configurada a seguinte estrutura de exercícios: no primeiro caso, a repetição dos estudos com duração de aproximadamente uma hora, realizada todos os dias, sempre acompanhada por um teólogo designado pelo reitor; no segundo caso, as disputas uma vez por semana, com duração entre uma e duas horas, quando um filósofo defende e dois argumentam, sendo práticas que repetem nos domingos e feriados; no terceiro caso, as preleções (aprovadas previamente pelo prefeito da Academia) compõem um trabalho pessoal ou problema interessante, sendo apresentadas as razões prós e contras, com objeções de um ou dois membros; e no quarto caso, em atos solenes (Natal, Páscoa e Pentecostes), sob a presidência do professor a defesa das teses filosóficas (revisadas pelo prefeito da Academia), defendidas em público,

com a presença dos alunos internos e externos e possíveis convidados.

A utilização dos exercícios específicos do *Ratio Studiorum* na Academia de Filosofia e Teologia representam a intenção desse programa, de após cada curso desenvolver nos ambientes específicos os exercícios mencionados, compartilhando as discussões que permeiam cada curso em momentos comuns, aproximando o contato entre eles, fortalecendo e estruturando os interesses dos filósofos tanto nas questões que formam o curso como nas que circundam os teólogos.

Quanto à teologia, finaliza todos os cursos anteriores. Tinha quatro anos, cuja divisão seguida o sistema de Santo Tomás: teologia patrística ou positiva; teologia escolástica moral, por dois anos, com a casuística; Sagrada Escritura ou exegese; instituições canônicas; hebreu, siríaco e outras línguas bíblicas. O curso de teologia era dado por dois ou ainda por três professores. Nele, somente podiam ensinar os padres que tinham demonstrado conhecimento pleno de Santo Tomás de Aquino (HANSEN, 2001, p.22).

Os saberes que permeiam as escolas filosóficas patrísticas e escolásticas compõem os currículos das *Faculdades Superiores*, dando aos alunos subsídios para discussões, apropriando tais conhecimentos que são organizados em cada nível de ensino entre os capítulos específicos das obras correspondentes, resultando na percepção de uma parte da estrutura que forma a obra, criando nos alunos a necessidade de alcançar novos saberes, para que possam transitar nesse ambiente acadêmico.

De acordo com Hansen (2001), a aprendizagem das matérias é graduada, sendo considerados a idade respectiva do

aluno e o nível dos cursos. Nesse viés, a formação intelectual está entrelaçada com práticas eclesiais, desde a classe inferior da gramática até a aprendizagem das cerimônias e ritos sagrados, compondo diretamente um sistema doutrinário e teoricamente apropriados pelos cursos de Filosofia (Artes) e Teologia. O currículo do ensino jesuítico seria composto por doze classes, sendo respectivamente orientadas pela seguinte formatação:

Todos os cursos são orientados pelo estudo de *preceitos, estilos e erudição*, ou seja, prescrições e regras das línguas, das retóricas, das letras, da filosofia e da teologia; exercícios com os vários gêneros retórico – poéticos de representação das matérias das humanidades, memorizadas como tópicos ou lugares – comuns já aplicados e desenvolvidos pelas várias autoridades; memorização de técnicas de falar e escrever, além dos esquemas da própria arte da memória (HANSEN, 2001, p. 18).

Após apresentar as orientações dos estudos entre os *preceitos, estilos e erudição*<sup>68</sup>, o *Método Pedagógico Jesuítico* tem entre suas normas a preocupação com os livros que circulam em suas bibliotecas e que se tornem instrumentos errôneos ao conhecimento dos seus respectivos alunos. Assim, institui barreiras que impossibilitam a permanência dessas obras, ou mesmo as discussões pelos professores de determinadas obras, oportunizando exclusivamente os

---

<sup>68</sup> Para ensinar as três em seus colégios espalhados pelo mundo, os jesuítas recuperaram autoridades antigas, principalmente as *Partições Oratórias* e o *De Oratore*, de Cícero; a *Retórica para Herênio*, do Anônimo, então atribuída a Cícero; e a *Institutio Oratória*, de Quintiliano, que fornecem regras ou preceitos da eloquência, além da *Rhetorica* aristotélica (HANSEN, 2001, p. 19).

materiais que constituem a formação nos moldes do ideário católico.

*Livros que se devem dar aos estudantes.* - Nas mãos dos estudantes de teologia e filosofia não se ponham todos os livros mas somente alguns, aconselhados pelos professores com o conhecimento do Reitor: a saber, além da Suma de Santo Tomás para os teólogos e de Aristóteles para os filósofos um comentário para consulta particular. Todos os teólogos devem ter o Concílio Tridentino e um exemplar da Bíblia, cuja leitura lhes deve ser familiar. Consulte o Reitor se convém se lhes dê algum Santo Padre. Além disto, dê a todos os estudantes da teologia e filosofia algum livro de estudos clássicos e advirta-lhes que lhe não descuidem a leitura, em hora fixa, que parecer mais conveniente (FRANCA, 1951, p. 57).

No processo de formação que corresponde aos cursos de Filosofia e Teologia, o *Ratio Studiorum* apresenta nas regras do Provincial as específicas preocupações com os alunos que não apresentam os níveis de conhecimento necessários nos cursos. Nesse âmbito, institui regras que determina os que devem ser afastados no meio dos estudos, pois não alcançam a mediania, princípio que julga serem aptos aos alunos prosseguirem sua formação nas instituições jesuíticas.

19. §11. *Que se entende por mediania.* - A mediania, de que acima se fala, deve entender-se no sentido em que vulgarmente se entende quando se diz de alguém que é de talento mediano, a saber, quando percebe e compreende o que ouve e estuda e é capaz de dar razão suficiente a quem lhe pede, ainda que, em filosofia e teologia, não atinja o grau de doutrina que as *Constituições* designam com a

expressão “haver nela feito bastante progresso”, nem seja capaz de defender as teses aí mencionadas com o saber e a facilidade com que as defenderia quem fosse dotado de talento para ensinar Filosofia e Teologia (FRANCA, 1952, p. 49).

No *Ratio Studiorum*, a primeira institucionalização são as regras do Provincial, que universaliza nas instituições jesuíticas os regulamentos oficiais, emanando posteriormente as especificidades de cada nível de ensino, adentrando as respectivas áreas e seus professores, como a organização das hierarquias nesse sistema, determinando as regras que compõem o currículo – e as regras competem aos seus alunos. No entanto, toda estrutura composta pelos jesuítas tem como fundamento a permanência do ideário católico, mantida pelos aportes teóricos que permeiam a formação intelectual, priorizando a permanência dos fundamentos que circundam o cristianismo, entre os Estudos Inferiores e as Faculdades Superiores, resultando na formação de uma cultura escolar jesuítica.

O ensino jesuítico estava orientado para o controle da vontade e da liberdade individuais como obediência irrestrita e adequação decorosa às formas exteriores da autoridade e do aparato e, assim, como propaganda das virtudes ortodoxas que mantinham a coesão do corpo social do reino, concede a retórica, [...] um papel essencial na organização de todas as representações, visando à persuasão (HANSEN, 2001, p. 33).

Os estudos apresentados pelo *Ratio Studiorum* percorrem, durante o período de sua institucionalização, tanto os ambientes educacionais que cercam as metrópoles quanto às colônias de coroas católicas, intensificado por umas conjuntas

de regulamentos, rompendo os limites dos territórios, traçando novas rotas marítimas, possibilitando a formação educacional de novos povos e reestruturando as nações europeias católicas, instituindo o ensino jesuítico sob aportes teóricos que compreendem a Filosofia e Teologia, que irão sustentar as estruturas eclesiásticas do cristianismo frente ao advento das ciências e outras instituições religiosas. O curso de Filosofia é estrategicamente o fundamento para aqueles que irão seguir a vida eclesiástica, porém, os que adentram as outras ciências (Direito Civil, Direito Canônico e Medicina) estarão instruídos para discussões em defesa do ideário católico.

### 3.3 APRESENÇA DA FILOSOFIA NAS REFORMAS EDUCACIONAIS

A educação no Brasil tem em sua base os fundamentos do pensamento católico, representado pelo Método Pedagógico Jesuítico – *Ratio Studiorum*, instituído pelos missionários que aportaram nessas terras no final do século XVI.

A presença da Filosofia no sistema educacional brasileiro foi marcada pelos missionários jesuíticos, tendo sua extensão além do período que compreende a educação nos moldes da Companhia de Jesus (1549 - 1759). É importante frisar que, com a Reforma Pombalina, em 1759, ocorreram mudanças significativas no sistema escolar. Segundo Saviani (2011, p. 107), “tinham como objetivo criar a escola útil aos fins do Estado em substituição àquela que serviam aos interesses eclesiásticos”, no entanto, os reflexos dessa nova política educacional não alcançaram as mesmas proporções que o Método Pedagógico Jesuítico.

A educação que era dada quase exclusivamente em escolas confessionais – nos colégios de padres –, passou a ser ministrada nas aulas e escolas régias por mestres nomeados, de acordo

com os bispos, e pelos padres – mestres e capelães de engenho “que se tornaram, depois da saída dos jesuítas, os principais responsáveis pela educação dos meninos brasileiros”. Os mestres leigos dessas aulas e escolas, que não chegaram a assimilar o espírito da Reforma Pombalina, mostravam, pelo geral, segundo testemunhos da época, não só uma espessa ignorância das matérias que ensinavam, mas uma ausência absoluta de senso pedagógico (AZEVEDO, 1963, p. 543).

Nesse aspecto, a Reforma Pombalina, além de expulsar a Companhia de Jesus, permite a fragmentação do ensino básico geral, instituindo as disciplinas isoladas – aulas régias<sup>69</sup>, impossibilitando a organização de um novo sistema de ensino que, neste caso, mostra ser por incapacidade da Coroa em organizá-lo. Segundo Azevedo (1963), entre os fatos, que acentuam a fragilidade do ensino no Brasil, será devido à distância entre a diretoria geral de estudo e os mestres, marcado pela inexistência de fiscalização nos ambientes educacionais. Dessa forma, as questões que permeiam a educação do país são determinadas pelo poder supremo do reino, tanto o programa oficial como a escolha dos livros durante o período que compreende a segunda metade do século XVIII e o decorrer do século XIX.

---

<sup>69</sup> As aulas régias foram estendendo-se no Brasil, embora enfrentando condições precárias de funcionamentos, salários reduzidos e frequentes atrasos no pagamento dos professores. As aulas régias eram sinônimo de escola que, por sua vez, se identificavam com determinada cadeira, funcionando, em regra, na casa dos próprios professores. Daí as expressões “aulas de primeiras letras”, “aulas de latim”, “de grego”, “de filosofia” etc. Eram aulas avulsas, portanto, os alunos poderiam frequentar umas ou outras indiferentemente, pois, além de avulsas, eram isoladas, isto é, sem articulação entre si (SAVIANI, 2011, p. 108).

No século XIX, a política educacional brasileira instituiu o Colégio D. Pedro II<sup>70</sup>, a partir do Decreto nº 6.884, de 2 de dezembro de 1837. Tal projeto requer apropriação das instalações do Seminário de São Joaquim, resultando na implantação do colégio de instrução secundária por Pedro de Araujo Lima e Bernardo Pereira de Vasconcellos (respectivamente Ministro e Secretário dos Negócios do Império do Brasil entre 1837 e 1839). Nesse processo, a estruturação do sistema escolar requer a regulamentação de normas que alcancem os níveis hierárquicos das instituições, desde a esfera administrativa até o corpo docente e discente (internos ou externos). Ao instituir o Currículo Oficial do Império, em 1837, entre as disciplinas escolares compõem a cadeira de Filosofia, no art. 3º, e art. 5º:

Art. 3.º Neste collegio serão ensinadas as linguas latina, grega, franceza e ingleza; rhetorica e os principios elementares de geographia, historia, *philosophia*, zoologia,

---

<sup>70</sup> A origem do Imperial Colégio de Pedro II está no Colégio dos Órfãos de São Pedro, criado a 8 de junho de 1739. Posteriormente, essa instituição foi transferida para a Capela de São Joaquim e transformada em seminário, extinto em 1818, por D. João VI. Em 1821, o Seminário São Joaquim é restabelecido por D. Pedro I e remodelado pelo ministro José Lino Coutinho, passando a ser administrado pelo Governo. Em 1837, Bernardo Pereira de Vasconcelos, querendo dar ao Brasil o primeiro estabelecimento de ensino secundário oficial, apresentou ao então regente Araújo Lima um decreto, que o transforma no Colégio de Pedro II, a 2 de dezembro de 1837, com internato e externato, tendo por modelo o liceu francês e deveria ser padrão para os demais estabelecimentos de ensino secundário do país. O colégio começa a funcionar em 1838, com 91 alunos, todos externos; somente em 1839 que se apresentam os primeiros alunos internos, em número de 113. Pelo decreto de criação, deveria lecionar as disciplinas: línguas latina, grega, francesa e inglesa; retórica; os princípios elementares de geometria, história, filosofia, zoologia, mineralogia, álgebra, geometria e astronomia (BASTOS, 2008, p. 46).



mineralogia, botanica, chimica, physica, arithmetica, algebra, geometria e astronomia. Art. 5.º Poderão ser chamados para terem exercicio neste Collegio os Professores públicos desta Côrte, de latim, grego, francez, inglez, *philosophia racional e moral*, e rhetorica (BRASIL, 1837, grifo meu).

Posteriormente, em 1841, algumas disposições do regulamento que constituem o Colégio D. Pedro II sofrem alterações, sendo instituída a tabela dos estudos de cada ano; e o número de lições por semana, no entanto, a significativa alteração ocorre com acréscimo de mais um ano de ensino, tornando oficial a permanência de sete anos de estudo. Essa alteração ocorre pelo Decreto nº 62, de 1 fevereiro de 1841, por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (Ministro e Secretário dos Negócios do Império do Brasil, entre 1841 e 1842). É válido salientar que entre as disciplinas que compõem o Currículo Oficial do Império a Filosofia seria ministrada no sexto e sétimo anos, respectivamente, disciplinadas por cinco lições semanais.

O sistema educacional brasileiro, durante o período que corresponde ao Império, tem nova alteração em 1854, com a *Reforma Couto Ferraz*, pelo Decreto nº 1.331 – A, de 17 de fevereiro de 1854. Em sua resolução consta a redação que *Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte*. Na instituição pública secundária, entre as “cadeiras” que compõe o currículo escolar, consta o ensino de Filosofia, como determina:

Art. 79. Haverá no Collegio as seguintes cadeiras: 2 de latim; 1 de grego; 1 de inglez; 1 de francez; 1 de allemão; *1 de philosophia racional e moral*; 1 de rhetorica e poetica, que comprehenderá tambem o ensino da lingua e litteratura nacional; 2 de historia e geographia,

ensinando o professor de huma a parte antiga e media das referidas materias, e o da outra a parte moderna, com especialidade a historia e geographia nacional; 1 de mathematicas elementares, comprehendendo arithmetica, algebra até equações do 2º gráo, geometria e trigonometria rectilinea; 2 de sciencias naturaes, sendo huma de historia natural com as primeiras noções de zoologia, botanica, mineralogia e geologia, e outra de elementos de physica e chimica, comprehendendo somente os principios geraes e os mais applicaveis aos usos da vida (BRASIL, 1854, p. 45, grifo meu).

Nesse período, o sistema escolar brasileiro tem influência significativa dos manuais escolares franceses, pois adentram o país suas editoras projetadas especificamente para fabricação de livros escolares. Segundo Bastos (2008, p. 51), são as editoras: “Hachette, Delalain, Garnier, Delagrave, Belin, Armand Colin, A. Durand, H. Plon, Didier, Guillard, Aillaud & Cie., entre outras”. Durante o século XIX, os autores e as editoras francesas são os principais responsáveis pelos manuais escolares brasileiros, sendo substituídos no final desse século pelos autores e editoras brasileiras, devido ao fato dos professores realizarem como prática pedagógica, transformando suas lições em compêndios ou compilando os manuais estrangeiros.

Nesse viés, os resumos de matérias, as lições elementares e as apostilas se tornam componentes estratégicos desses professores, sendo considerados materiais específicos das disciplinas escolares, possibilitando que as editoras brasileiras adentrem esse mercado dos livros didáticos. Porém, os materiais escolares utilizados no Colégio D. Pedro II entre 1856 e 1892, segundo Bastos (2008), são marcados pelos autores e editoras francesas, como a Faculdade de Montpellier, Liceu Henry IV, Academia Belas Artes de Paris, entre outras.

No caso, na disciplina de Filosofia e no Curso de Retórica, adotam no Colégio D. Pedro II, nesse período, os respectivos manuais no ensino secundário.

Muitos desses manuais foram adotados em outros estabelecimentos de ensino secundário e serviram de modelos para outras publicações de autores nacionais. Por exemplo, no programa de 1877, consta a adoção, na disciplina de filosofia, da tradução do compêndio de A. Pellissier – *Précis d'un cours complet de Philosophie élémentaire* -, realizada por Augusto E. Zaluar, como apostila do professor. Também no curso de Retórica é adotada a tradução da obra de Joseph – Victor Leclerc – *Nouvelle rhétorique, extraite des meilleurs écrivains anciens et modernes, suivie d'observations sur les matières de composition dans les classes de rhétorique* – com o título *Nova Rhetorica de Le Clerc*, traduzida pelo Dr. Paula Menezes (BASTOS, 2008, p. 48- 49).

A última alteração do sistema educacional brasileiro no período do Império ocorre com a *Reforma Carlos Leôncio de Carvalho* e reestrutura os regulamentos do Colégio D. Pedro II pelo Decreto nº 6.884, de 20 de Abril de 1878, priorizando o Currículo Oficial do Império: no art. 1º, a manutenção da estrutura de sete anos de ensino, entre as cadeiras, uma corresponde ao ensino de *Philosophia*, e no art. 2º, entre os professores catedráticos, regulamenta especificamente um de *Philosophia*. O ensino de Filosofia, nesse período, corresponde ao sexto e sétimo anos, respectivamente, com disciplinas que recebem a nomenclatura: *Philosophia - Até theodicéa* inclusive, e *Philosophia - Moral e historia da philosophia*.

O cenário educacional que compõe o Império brasileiro perpassa por períodos de alterações nas suas regulamentações institucionais, porém, o Currículo Oficial Imperial mantém a

permanência da Filosofia no nível de ensino secundário. Entre outros aspectos das reformas educacionais do Império, Saviani (2011) destaca uma relação entre a Reforma de Couto Ferraz e a Reforma Leôncio de Carvalho, que são marcadas por três aspectos: as continuidades (obrigatoriedade do ensino primário, serviço de inspeção etc.); as rupturas (regulamenta o funcionamento das Escolas Normais fixando o currículo, a nomeação dos docentes etc.); e as inovações (subvenção ao ensino particular, equiparação de Escolas Normais particulares às oficiais e de escolas secundárias privadas ao colégio D. Pedro II, criação de escolas profissionais, de bibliotecas populares e de bibliotecas e museus pedagógicos onde houver Escola Normal etc).

Após a Proclamação da República Brasileira (1889), no cenário educacional é instituído o Ministério da Instrução Pública (1890), sendo nomeado o ministro Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que pelo Decreto nº 981, de 08 de novembro de 1890, aprova o regulamento da instrução primária e secundária do Distrito Federal. Nessa conjuntura, determina, no art. 2º, que “o ensino secundário integral será dado pelo Estado no *Ginásio Nacional* – antigo Instituto Nacional de Instrução Secundária”, e apresenta alterações no currículo oficial, resultando uma fase de obscuridade intelectual dos conteúdos filosóficos, pois o ensino de Filosofia não compõe as disciplinas do ensino secundário, rompendo com o modelo educacional brasileiro do Império e com a tradição humanista<sup>71</sup> (cultura clássica: o latim, o grego e a retórica).

Nesse período, o cenário político brasileiro é composto por um conjunto de ideias provenientes dos movimentos que permeiam a Europa, produzindo conflitos entre as relações de

---

<sup>71</sup> Movimento literário e filosófico que nasceu na Itália na segunda metade do século XIV, difundindo-se para os demais países da Europa e constituindo a origem da cultura moderna (ABBAGNANO, 2007, p. 602).

poder que cercam as elites (conservadoras ou renovadoras). Segundo Cury (2010, p.16), “ao lado da católica, outras doutrinas cristãs ou mesmo concepções de mundo passam a penetrar na tessitura sociopolítica do país. [...] as igrejas reformadas, as seitas maçônicas e as correntes positivistas e liberais”. A concepção do Estado laico, nesse período, tem proporções no cenário político do país, que avança frente às concepções eclesiásticas, instituindo discussões em torno das resistências e renovações.

De acordo com Saviani (2011), as primeiras décadas do século XX são marcadas pelo advento de ideias liberais, aportando principalmente por meio do Estado no processo de escolarização, sendo considerado um importante instrumento de participação política. Nesse período, a versão tradicional da pedagogia liberal sofre alterações que repercutem na proposta de várias tendências, que priorizam as discussões em torno da bandeira da educação – e esse movimento resulta na Associação Brasileira de Educação (ABE).

No entanto, as resistências do projeto republicano frente às permanências da Igreja Católica são representadas pelos decretos, impondo um conjunto de restrições que, posteriormente, são incorporadas pela primeira Constituição Republicana. Conforme Cury (2010), com destaque para os Decretos e suas redações: Decreto nº 119 - A (separação da Igreja e do Estado); Aviso nº 17 (a Teodiceia<sup>72</sup> seria eliminada do currículo do colégio D. Pedro II); Decreto nº 510 (bens de mão morta, casamento civil antes dos religiosos, secularização de cemitério, proibição de subvenção, proibição de vida religiosa em convento e ensino público leigo, entre outras prerrogativas).

---

<sup>72</sup> Por extensão, a partir do séc. XIX, a parte da filosofia que se ocupa da natureza de Deus e das provas de sua existência (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 259).

Depois de instituída a política republicana e suas medidas direcionadas às permanências do ideário católico no país, o Movimento Católico entra no cenário político/educacional, provocando discussões nos espaços que ocupam, entre seus intelectuais, articulando a bancada católica na revisão da constituição em 1925-6, com a proposta de retorno da disciplina do Ensino Religioso no currículo oficial e o reconhecimento da Igreja Católica como a da maioria da população.

A igreja católica e as monarquias luso-hispânicas estabelecem tratados e alianças entre si. Por ele, a permuta de favores consistia nos privilégios outorgados à Igreja, entre os quais o reconhecimento da religião católica como religião oficial, e, em contrapartida, a Igreja atribuía às monarquias o poder de controlar e fiscalizar uma série de iniciativas (que, hierarquicamente falando, caberiam a própria instituição religiosa). Desse modo, até a nomeação dos bispos dependia da autoridade imperial e os clérigos seculares eram, de fato, funcionários públicos. O imperador provia cargos eclesiásticos em troca de pagamento das atividades eclesiásticas exercidas pelos clérigos (CURY, 2010, p.14).

Após o desmembramento da Revisão Constitucional, os avanços desses debates repercutiram na Constituição Republicana de 1934 e na Constituição do Estado Novo, em 1937, que institui a disciplina de Ensino Religioso no currículo oficial, tendo caráter obrigatório, porém, de matrícula facultativa. Na década de 1930, os avanços da Reação Católica<sup>73</sup> no cenário educacional, com a permanência da

---

<sup>73</sup> Além de criticar as medidas laicizantes como a precedência do casamento civil sobre o religioso, a laicização dos cemitérios, a inelegibilidade dos

disciplina escolar Ensino Religioso no Estado laico, apresenta impressos na legislação educacional brasileira aspectos do movimento conservador em defesa dos princípios do ideário católico.

Nessa conjuntura, a primeira ação educacional Republicana foi na *Reforma Benjamim Constant* (1890), sendo alterada no século XX pela *Reforma Epitácio Pessoa*, instituindo o Decreto nº 3.890, de 1 de janeiro de 1901, e “Approva o Codigo dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores”, priorizando estrategicamente a formação das elites. Nesse cenário educacional, outra alteração ocorre com a *Reforma Rivadávia Corrêa*, instituindo o Decreto nº 8.559, de 5 de abril de 1911, com a aprovada da Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, destacando, no artigo 4º, que “[...] no Collegio Pedro II se ensinarão as disciplinas do curso fundamental, como o seu desenvolvimento literário e científico”. Não constam as disciplinas do sistema de ensino nesse decreto, remetendo ao Decreto nº 8.660, aprovado na mesma data: Approva o regulamento para o Collegio Pedro II, com as seguintes disciplinas:

Art. 3º. Serão ensinadas as seguintes disciplinas: Portuguez, estudo pratico e litterario; Francez, estudo pratico e litterario; Inglez ou allemão (á escolha do estudante), estudo pratico e litterario; Geographia geral, chorographia do Brazil e noções de cosmographia; Mathematica elementar; Physica e chimica; Historia natural; Noções de hygiene; Instrucção civica e noções geraes de direito;

---

clérigos, a exclusão dos religiosos do direito de voto nas eleições e a proibição do ensino religioso nas escolas públicas, estimula os católicos a participar da política dando forma à ideia do partido católico (SAVIANI, 2011, p. 180).

Latim e sua litteratura; Grego e sua litteratura; Historia universal, especialmente da America e do Brazil; Desenho e gymnastica (BRASIL, 1911, p. 4766).

Tal estrutura educacional tem influência das correntes do liberalismo<sup>74</sup> e do positivismo no Brasil. A formação das elites brasileiras ocorreria na Europa, cenário principal dessas discussões. No entanto, nesse contexto educacional de constante mudança, a *Reforma Carlos Maximiliano* institui, pelo Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, e “reorganiza o ensino secundário e o superior na República”.

Art. 166º. As materias que constituem o curso gymnasial indispensável para a inscripção para exame vestibular são as seguintes: Portuguez, Francez, Latim, Inglez ou Allemão, Arithmetica, Algebra Elementar, Geometria, Geographia e Elementos de Cosmographia, História do Brazil, História Universal, Physica e Chimica e História Natural. Paragrapho unico. Haverá um curso facultativo de Psychologia, Logica e *História da Philosophia* por meio da exposição das doutrinas das principaes escolas philosophicas (BRASIL, 1915, p. 3028, grifo meu).

Entretanto, a presença do ensino de Filosofia, ainda sem expressão no cenário educacional brasileiro, possibilita o retorno das concepções filosóficas escolásticas, principalmente

---

<sup>74</sup> O liberalismo político considera a vontade individual com fundamento das relações sociais, defendendo por tanto as liberdades individuais – liberdade de pensamento e de opinião, liberdade de culto etc. – em relação ao poder do Estado, que deve ser limitado. Defende assim o pluralismo das opiniões e a independência entre os poderes – Legislativo, Executivo, e Judiciário – que constitui o estado (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 259).



os pressupostos do ideário católico Neoplatonismo e Neoaristotelismo, que compõem o ensino da História da Filosofia. Nesse contexto, surge, entre os mais importantes representantes da Reação Católica no Brasil, contra o positivismo e o laicismo, o Pe. Leonel de Franca, que pública, em 1918, o manual “Noções de História da Filosofia” e, posteriormente, em 1921, a 2ª edição do manual, com o capítulo “A Filosofia no Brasil”, abordando um Apêndice sobre a oportunidade e importância da Renascença Escolástica no século XIX, demonstrando traços da Reação Católica ao Movimento Escola Nova.

Nesse contexto, nos deparamos com a Reação Católica, movimento eclesiástico que tem expressão no início do século XX, criando novos espaços<sup>75</sup> de discussões do ideário católico no contexto político nacional com a fundação da revista *A Ordem* (1921), considerado o principal canal de circulação das posições católicas no país – o Centro Dom Vital<sup>76</sup> (1922) constitui a Associação Brasileira de Católicos Leigos em torno de questões religiosas, e a fundação da Confederação Católica (1922) que resulta na Ação Católica Brasileira.

---

<sup>75</sup> A escrita produzida nesse lugar social, pelos intelectuais católicos, obedece à lógica de se reafirmar a necessidade de preservação dos princípios do catolicismo no Brasil, ou, bem mais que isso, projetam e introduzem uma prática social, por meio das suas produções que ganham valor moral e simbólico. Assim tem relevo, nessa linha interpretativa, noções como representações, práticas e apropriações, que sublinham a importância das operações de atribuição de sentido, o caráter muitas vezes coletivo delas (como no caso das “representações coletivas”) e a liberdade relativa dos agentes, cujas práticas contribuem para a construção do mundo social (CARVALHO, 2011, p. 100).

<sup>76</sup> Foi criado com um órgão destinado a aglutinar intelectuais leigos que desempenhariam o papel de elite intelectual da restauração católica. Sua liderança foi exercida por Jackson de Figueiredo, que foi sucedido, ao sobreviver sua morte prematura, em 1928, por Alceu Amoroso Lima, que assumiu a direção do centro tendo como assistente eclesiástico o padre Leonel Franca (SAVIANI, 2011, p. 181).

A Reação Católica demarca seus espaços no cenário nacional, circulando principalmente entre os eclesiásticos e os intelectuais adeptos do ideário católico frente ao Estado laico. Nesse período, que marca os novos espaços da Igreja Católica, o ensino de Filosofia retorna efetivamente ao currículo do ensino secundário, como disciplina obrigatória, na *Reforma Rocha Vaz*, pelo Decreto-Lei nº 16.782 – A, de 13 de janeiro de 1925, como determina:

Art. 48º. O conjunto de estudos do curso secundario integral compreende as seguintes materias: – portuguez, francez e latim, obrigatorias, inglez, ou alemão, á escolha do alumno, hespanhol e italiano, facultativas, observado o disposto no paragrapho seguinte, instrucção moral e civica, geographia, algebra, geometria e trigonometria, historia universal e do Brasil, physica, chimica e historia natural, *philosophia e historia natural, philosophia e historia da philosophia*, literatura da lingua brasileira e das linguas latinas, e sociologia (BRASIL, 1925, p. 8541, grifo meu).

Posteriormente, na década de 1930, o cenário educacional é marcado por profundas discussões, reação e embates do Movimento Tradicional Católico ao Manifesto dos Pioneiros da Educação, demarcando seus espaços no processo educacional.

Destacam-se entre os mais importantes representantes da Ação Católica, ou Reação Católica, o Pe. Leonel Franca, Francisco Campos, Gustavo Capanema e Alceu Amoroso Lima, frente ao Movimento dos Pioneiros da Educação, com Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lorenço Filho. Nessa perspectiva, o embate entre esses dois grupos produziu novas

leituras<sup>77</sup> ao processo educacional brasileiro, no controle do campo educacional, sempre almejando a permanência no poder.

Em 1931, no âmbito das discussões no cenário educacional brasileiro, entre os movimentos conservadores e renovadores, a *Reforma Francisco Campos*, instituída pelo Decreto-Lei nº 19.890, de 18 abril de 1931, define o ensino secundário e os currículos que compõem os cursos seriados: fundamental e complementar – sendo a disciplina escolar História da *Philosophia* componente curricular no curso complementar como pré-requisito aos candidatos à matrícula no curso jurídico.

Art. 4º. O curso complementar, obrigatorio para os candidatos á matricula em determinados institutos de ensino superior, será feito em dois annos de estudo intensivo, com exercicios e trabalhos praticos individuaes, e comprehenderá as seguintes materias: Allemão ou Inglez, Latim, Litteratura, Geographia, Geophysyca e Cosmographia, Historia da Civilização, Mathematica, Physica, Chimica, historia natural, Biologia geral, Hygiene, Pychologia e Logica, Sociologia, Noções de Economia e Estatistica, *Historia da Philosophia* e Desenho (BRASIL, 1931a, p. 6945. grifo meu).

Em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova tem proporções em todo o cenário educacional brasileiro, e segundo Saviani (2011), torna necessário marcar dois aspectos

---

<sup>77</sup> Importante mencionar que o Movimento dos Pioneiros da Escola Nova não compõe objeto dessa pesquisa, porém, é componente de suma importância aos pesquisadores da História da Educação no Brasil, como as produções que circundam o cenário educacional dos seus representantes. Cito o Portal Domínio Público, com a Coleção Educadores MEC.

que permeiam a configuração desse projeto educacional no Brasil: por um lado, representa um documento doutrinário, pois opõe os princípios da escola tradicional, prezando pela institucionalização da Escola Nova; e por outro, documento de política educacional – a defesa da escola pública em todos os níveis de formação, desde a escola infantil até a formação dos grandes intelectuais pelo ensino universitário.

A educação nova, alargando sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, sua verdadeira função social, preparando-se para formar “a hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades”, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável, com o fim de “dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento”, de acordo com uma certa concepção do mundo (AZEVEDO et al, 2010, p. 40).

A *Reforma Educacional Francisco Campos*, entre outros atributos, foi responsável por instituir a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), em 1938, criando regulamentos que possibilitam a fiscalização dos manuais escolares, prezando pela qualidade do ensino e permanência dos princípios que regem o Estado brasileiro. Atribui à comissão o poder de aprovar ou reprovar os livros didáticos, composto por um grupo de professores das diferentes áreas de conhecimento que atuam em instituições de ensino superior ou educação básica, nas esferas públicas, militares, religiosas ou particulares.

Mais tarde, na década de 1940, a Reforma Capanema, com o Decreto nº 4.244, de 9 de abril de 1942, institui a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que estabelece ao ensino secundário a divisão em dois ciclos: o ciclo Ginásial, com duração de quatro anos, divididos pelas áreas de Línguas, Ciências e Artes; e o ciclo Colegial, com duração de três anos, divididos pelas áreas de Línguas, Ciências e Filosofia e Artes. A permanência do ensino de Filosofia, após um período de intensas transformações no cenário educacional, aponta para a relevância desses saberes na formação cultural da nação brasileira.

De acordo com Cartolano (1985, p. 65), “a partir da lei 4.024/61 a filosofia é, aqui, valorizada como necessária à medida que se apresenta como um instrumento da lógica, ou seja, da grande arte do raciocínio indispensável, também a formação científica”. Nesse contexto, o ensino de Filosofia tem suas permanências na legislação educacional brasileira, mantendo o *status* de disciplina escolar (obrigatória) no ensino secundário. Mas o cenário educacional nesse período sofre significativas transformações que repercutem na reforma dos componentes curriculares nacionais, sendo retirado o ensino de Filosofia de caráter obrigatório, passando a compor as disciplinas escolares optativas no currículo oficial.

Ainda durante a vigência da Lei nº 4.024, de 1961, com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, num período de grande contenção política e econômica que se sucedeu ao golpe político de 1964, uma outra Resolução (nº. 36, de 30-12-68), do Conselho Estadual de Educação, veio limitar o campo de atuação da Filosofia, tornando-a disciplina optativa do estabelecimento de ensino (CARTOLANO, 1985, p. 66).

Segundo Carminati (2010, p. 163), “assim a disciplina Filosofia deixou de existir enquanto obrigatória, o que representou na prática o seu abandono, embora haja notícias de que alguns escolas a tenham mantido em seus currículos”. Nesse viés, as disciplinas humanistas, como é o caso da Filosofia<sup>78</sup>, sofre alternâncias nos currículos escolares, de acordo com as intencionalidades do governo frente a formação da nação.

---

<sup>78</sup> Quanto à Filosofia, é através da parte diversificada que ela tem chance de ser incluída no currículo da escola: ela tanto pode ser disciplina da educação geral como pode integrar a formação especial do currículo, e depender dos objetivos pelos quais for escolhida. A Deliberação CEE nº. 18/72 relaciona-se em um dos conjuntos de matérias, da seguinte forma: “Filosofia - Filosofia da Ciência - História da Filosofia - Lógica - Moral - Metafísica”. Ao estabelecimento cabe a tarefa de escolhê-la ou não, como disciplina optativa para compor os currículos das habilitações (plenas, parciais ou básicas). Tendo em vista que a orientação fundamental do ensino do 2º. Grau continua a ser o preparo para o trabalho ou a iniciação a ele, é pouco provável que a filosofia integrará a parte diversificada, sendo preterida por outras disciplinas que atendam aquela meta. Isso não inclui, contudo, a criatividade de algumas escolas que, mesmo entendendo à profissionalização, conseguem organizar um currículo mais flexível e voltado, também, para a atividade filosófica (CARTOLANO, 1985, p. 78-79).



#### 4 AS EVIDÊNCIAS DO *RATIO STUDIORUM* NOS MANUAIS ESCOLARES

Na terceira década do século XX, ocorre a consolidação da Comissão Nacional do Livro Didático no Brasil, com atribuições que permeiam os regimentos que estabelecem as condições de produção, importação e utilização do livro didático, tendo sido implantado pela Lei nº 1.006, de 1938, que torna obrigatória a avaliação e aprovação desses materiais em todo território nacional, mediante pareceres oficiais que disciplinam a autorização ou não autorização dos mesmos.

Na década de 1940, foram aprovados pela CNLD para o ensino secundário nove livros didáticos de Filosofia, conforme publicação no DOU. Entre esses títulos, constam os objetos dessa pesquisa. É importante destacar que a 2ª edição de *Noções de Historia da Philosophia*, de 1921, não foi submetido à CNLD. Porém, a 8ª edição e a 10ª edição foram julgadas pela Comissão Especial – fundada pela CNE, indica professores responsáveis por julgar os livros didáticos dos membros da CNLD. Nesse caso, essa duas edições do Pe. Leonel Franca<sup>79</sup> foram aprovadas e publicado no DOU (secção I), em 24 de novembro de 1947.

Os manuais escolares<sup>80</sup> têm posição importante nas instituições de ensino, pois ocupam espaço estratégico na

---

<sup>79</sup> Em 1940, o Pe. Leonel Franca foi vice-presidente da CNLD e membro das comissões de História e Sociologia, Filosofia e Pedagogia, sendo, em 1944, também membro da subcomissão de língua portuguesa e língua antiga. No entanto, o Pe. Leonel Franca apenas submete suas obras após a CNE indicar os professores avaliadores (*Comissão Especial*) para os respectivos pareceres aos livros didáticos dos membros da CNLD, dessa forma, mantém comportamento ético, neutralizando o poder do membro/autor em julgar seu próprio livro didático.

<sup>80</sup> Depositário de um conteúdo, o manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o “saber – ser”) os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados



formação da nação e na consolidação do ideário educacional. É válido destacar que o cenário educacional tem suas marcas configuradas por representações, constituídas como poderosos mecanismos estratégicos de ensino que permeiam as questões políticas educacionais, tornando-as instrumentos importantes para serem investigados.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas), que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p. 17).

Nesse aspecto, as representações são incorporadas por um determinado grupo, utilizando-se dos discursos proferidos como mecanismo potencial pelas permanências e o conjunto de estratégias e práticas que circulam entre os diferentes cenários institucionalizados. Segundo Choppin (2008, p. 13), “o manual escolar constitui, assim, um precioso indicador das relações de

---

indispensáveis à sociedade para perpetuar-se. Mas, além desse conteúdo objetivo cujos programas oficiais constituem a trama, em numerosos países, o livro de classe veicula, de maneira mais ou mesmo sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude (CHOPPIN, 2002, p. 14).

força que estabelecem, em um dado momento e em uma determinada sociedade”. Nesse caso, no cenário político educacional circundaram os princípios laicos e religiosos diante das discussões que permeavam o cenário educacional brasileiro frente ao Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova e a Reação Católica.

Nesse cenário educacional de disputas entre intelectuais eclesiásticos e laicos, na formação das mentalidades, entre os aspectos que circundam as discussões educacionais, saliento a importância dos manuais escolares de Filosofia. Nesse caso, objetos dessa pesquisa, nas décadas entre 1910 e 1940, e permitem analisar as representações do programa de ensino jesuítico *Ratio Studiorum*, instituído na Europa no final do século XVI, entre as metrópoles e colônias governadas pelas coroas católicas. Segundo Chartier (1991, p. 184), “a relação de representação – entendida como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente”, aponta a configuração do *Ratio Studiorum*, na conjuntura educacional do recorte temporal dessa pesquisa.

A apresentação e a discussão das evidências do Método Pedagógico Jesuítico têm por objetivo compreender as representações que predominam nos manuais escolares de Filosofia neste trabalho discutidos. Tal investigação é desenvolvida em quatro fases: 1ª) os temas do currículo filosófico do *Ratio Studiorum*; 2ª) a representação do latim e grego nos manuais; 3ª) a representação do aristotelismo e tomismo nos manuais; e 4ª) o *Ratio Studiorum* contra as seitas filosóficas. Nesse sentido, a pesquisa mantém a cronologia das edições do Pe. Leonel Franca - *Noções de Historia da Philosophia* (1921), Castro Nery - *Filosofia* (1934) e Jonathas Serrano - *História da Filosofia* (1944).

#### 4.1 OS TEMAS DO CURRÍCULO FILOSÓFICO DO *RATIO STUDIORUM* NOS MANUAIS

O Método Pedagógico Jesuítico - *Ratio Studiorum* foi institucionalizado por dois níveis de ensino, com os Estudos Inferiores (Humanidades)<sup>81</sup> e as Faculdades Superiores (Filosofia e Teologia). Tal configuração, estrategicamente arquitetada nesse programa de ensino, representa a cultura escolar jesuítica, pilar na formação das elites leigas (nações católicas) na defesa dos princípios do cristianismo. A representação dos temas que compõem o currículo filosófico do *Ratio Studiorum* tem espaço no currículo oficial do ensino secundário brasileiro, na disciplina escolar Filosofia.

A institucionalização do currículo escolar, nas diferentes épocas e nações, tem suas representações constituídas pelas áreas do conhecimento, sendo configurados por um conjunto de disciplinas escolares, que demonstram entre suas finalidades (religiosas, sócio-políticas, ordem psicológicas, etc), algumas discussões que circundam a cultura escolar, como aspectos fundamentais e estratégicos para formação das mentalidades.

---

<sup>81</sup> O curso de humanidades (estudos inferiores), que tinha a duração de seis a sete anos e cujo conteúdo reeditava o *Trivium* da Idade Média, isto é, gramática (quatro a cinco séries); esta, por sua vez dividia-se em gramática inferior, média e superior, sendo que cada uma das duas primeiras poderia subdividir-se em duas (inferior A e B, e média A e B); a gramática era ensinada com objetivo de assegurar expressão clara e precisa. A dialética, chamada no *Ratio* de humanidades (uma série), destinava-se a assegurar expressão rica e elegante. E a retórica (uma série) busca garantir uma expressão poderosa e convincente. No conteúdo trabalhado nesses cursos o latim e o grego constituíam as disciplinas dominantes. A elas subordinavam-se a língua vernácula, a história e a geografia, ensinadas na leitura, versão e comentários dos autores clássicos (SAVIANI, 2011, p. 57).

As disciplinas escolares intervêm igualmente na história cultural da sociedade. Seu aspecto funcional é o de preparar a aculturação dos alunos em conformidade com certas finalidades: é isso que explica suas gêneses e constitui sua razão social. Mas se se as consideram em si mesmas, tornam-se entidades culturais como outras, que transpõem os muros da escola, penetram nas sociedades, e se inscrevem então na dinâmica de outra natureza (CHERVEL, 1990, p. 220).

Nesse contexto, o Método Pedagógico Jesuítico estrutura a configuração dos específicos currículos escolares, que compõe os Estudos Inferiores e as Faculdades Superiores. Assim, o currículo filosófico estruturado pelo período de formação em três anos, entre seis específicas disciplinas escolares, sendo determinados os respectivos períodos para o desenvolvimento desses conhecimentos. Nos manuais escolares dessa pesquisa, os sumários apresentam os temas que são abordados pelo currículo filosófico, apontando a representação do *Ratio Studiorum* no ensino de Filosofia entre as décadas de 1910 a 1940.

Nesse viés, a configuração do currículo filosófico *Ratio Studiorum* compõe, no primeiro ano, o estudo da Lógica e Introdução às Ciências, ministrado por um docente no período de duas horas diárias; no segundo ano, o estudo da Cosmologia, Psicologia e Física, ministrado no período de duas horas diárias, e Matemática, por uma hora diária; e no terceiro ano, o estudo da Psicologia, Metafísica e Filosofia Moral, ministrado por dois docentes, no período de duas horas diárias.

Importante é salientar que a configuração da disciplina escolar “Introdução às Ciências”, corresponde uma área do conhecimento, que constitui o currículo filosófico, segundo Franca, (1952, p. 26): “as ciências então já constituídas: a Matemática, a Astronomia e a Física”. Assim, os

conhecimentos que permeiam essas três disciplinas escolares específicas são representados pelo título Introdução às Ciências. Nesse contexto, somam oito disciplinas escolares, ou temas filosóficos, que compõem a representação da formação filosófica no *Ratio Studiorum*.

O Ministério da Educação e Saúde publica no DOU (seção I), em 18 de janeiro de 1946, na Portaria nº 19, de 12 de janeiro de 1946, a seguinte redação: Expede programas de filosofia e respectivas introduções metodológicas<sup>82</sup>, e determina sua execução no curso colegial do ensino secundário. Nesse sentido, apresenta o Programa de Filosofia para o Curso Colegial Clássico, composto pelos temas filosóficos do currículo oficial, configurados em dois níveis educacionais (segunda e terceira série), e o Programa de Filosofia para o Curso Colegial Científico, configurado apenas o nível educacional (terceira série).

No primeiro caso, o Curso Colegial Clássico, será configuração pelos títulos gerais que percorrem a segunda série (Introdução; Noções de Psicologia; e Noções de Lógica) e a terceira série (Noções de Moral; Noções de Estética; Noções de Metafísica; e Noções de História da Filosofia) são respectivamente apresentados em 14 Unidades, especificando os temas educacionais que são abordados nessa estrutura.

---

<sup>82</sup> A filosofia aparece como coroamento de todo o curso secundário: visa a integração de conhecimentos, e a síntese deles. E', assim, disciplina eminentemente formativa, mais do que cabedal de informações. Se é certo que não se torna possível separar, de todo, a "formação" da "informação", cada um desses aspectos, no trabalho educativo, vive do outro, não se esqueça o professor de que a filosofia advirá de todos os conhecimentos do curso, a serem agora revistos em suas mais profundas influências. Toda filosofia será assim formação intelectual, sentimental e moral. Deverá ser preocupação constante compreendê-la por esta forma e apresentá-la com o seu verdadeiro e nobre caráter de reflexão sobre os mais altos problemas do espírito humano (DOU, 1946, p. 853).

Destaco a redação do item Introdução, expresso na Unidade I, que regulamenta a segunda série, do Ensino Secundário:

Unidade I - Natureza e objeto dos estudos filosóficos: 1. A filosofia, atividade permanente do espírito. Suas grandes indagações: a natureza dos conhecimentos; o valor da ação; a essência da realidade; as causas primeiras e as causas finais. 2. O pensamento filosófico através dos tempos: a concepção tradicional, o positivismo, as escolas modernas. 3. Ciências e filosofia: os conceitos de realidade e os conceitos de valor. 4. A contribuição das chamadas ciências morais: *psicologia* e *sociologia*. Os estudos normativos e os ideais de pensamento e de ação: a *lógica*, a crítica do conhecimento, a *estética*, a *moral*. A *metafísica e seus problemas*. 5. Filosofia, filosofia de vida e ordem moral (DOU, 1946, p. 852, grifo meu).

No segundo caso, o Programa de Filosofia para o Curso Colegial Científico, composto por sete títulos gerais: Introdução; Noções de Psicologia; Noções de Lógica; Noções de Moral; Noções de Estética; Noções de Metafísica; e Noções de História da Filosofia, sendo apresentados em 20 Unidades os específicos temas educacionais dessa estrutura. Ênfase a redação dos itens Noções de Moral e Noções de Metafísica, expressos nas Unidades XII - XVIII, que regulamenta a terceira série do Ensino Secundário:

Unidade XII - O problema moral: 1. A realidade moral: a consciência, os costumes e o direito. 2. A reflexão moral, o dever e a obrigação moral. 3. A moral e as ciências: moral e psicologia; moral e sociologia; moral e *religião*. 4. O primado da pessoa humana e valor da vida social. [...] Unidade XVIII - O espaço e o tempo: 1. A existência do mundo

exterior. 2. O conhecimento e a verdade. 3. A matéria, a vida e o espírito. 3. Materialismo e o espiritualismo, *Deus* (DOU, 1946, p. 853, grifo meu).

Nessa conjuntura, o currículo oficial do ensino secundário, nos respectivos Cursos Clássicos e Científicos, apresenta o regulamento dos princípios que norteiam a disciplina escolar Filosofia pelos correspondentes temas (Metafísica, Moral, Lógica, Psicologia) e entre suas subdivisões (Ciências e Cosmologia). Assim, os temas que compõem o currículo filosófico do *Ratio Studiorum* têm representação nos assuntos filosóficos que formam o currículo oficial do ensino secundário brasileiro.

Nessa década, a legislação educacional brasileira, regulamentada pela Reforma Capanema (1942), apresenta a configuração do Ensino Secundário<sup>83</sup>, composto pelo *Curso Ginásial* e os Cursos Clássicos e Científicos com a presença da disciplina escolar Filosofia, seguindo os moldes da representação do currículo filosófico do *Ratio Studiorum*.

Na tabela 1, composta a partir dos três respectivos manuais escolares, mantendo a cronologia das suas edições, foram comparados os temas do currículo filosófico do Método Pedagógico Jesuítico, resultando nos itens expressos nos manuais escolares. Porém, os dados que compõem as tabelas (2, 3 e 4), específicos de cada manual escolar, têm por finalidade identificar as representações do *Ratio Studiorum* nos conteúdos que permeiam os manuais escolares dessa pesquisa.

---

<sup>83</sup> Entre as disciplinas escolares o “Latim” compõe o currículo oficial.

Tabela 1 – Representação dos temas do currículo filosófico *Ratio Studiorum* nos Sumários dos manuais escolares de Filosofia.

<b>Currículo filosófico <i>Ratio Studiorum</i></b>	<b>Manual L. Franca</b>	<b>Manual C. Nery</b>	<b>Manual J. Serrano</b>
Lógica	X	X	X
Introdução às Ciências	X	X	X
Cosmologia	X	X	X
Psicologia	X	X	X
Metafísica	X	X	X
Filosofia Moral	X	X	X

Fonte: *Ratio Studiorum* e manuais escolares dessa pesquisa<sup>84</sup>.

No manual escolar do Pe. Leonel Franca, os períodos que compõem a História da Filosofia, com maior expressão nas discussões propostas pelos temas do currículo filosófico do *Ratio Studiorum*, são marcados respectivamente no Sumário, pelos capítulos (Época) Filosofia Grega, Filosofia Patrística e Filosofia Medieval. Cada período filosófico apresenta suas características específicas, possibilitando constantes discussões em torno das questões filosóficas já constituídas.

As questões filosóficas que permeiam o *Ratio Studiorum* foram constituídas pelo legado filosófico nas discussões centralizadas pelo cristianismo, que antecedem a versão final do Método Pedagógico Jesuítico, em 1599. Nesse período, a Renascença tem como característica o advento de outras correntes filosóficas, entre permanências e resistências dos princípios filosóficos que ocorrem no *Ratio Studiorum*.

É importante mencionar que as questões filosóficas dos períodos que antecedem o século XVI não permanecem com a mesma intensidade, dando espaço para o advento de outras teorias filosóficas. Nessa perspectiva, foco a pesquisa nos respectivos temas do currículo filosófico do *Ratio Studiorum* que são apresentados nesse manual escolar, principalmente

<sup>84</sup> Elaborado pelo autor.



pelos filósofos, seguindo a configuração: *Pré-Socráticos* - Introdução às Ciências e Cosmologia; *Platão* - Física, Ética e Psicologia; *Aristóteles* - Lógica, Metafísica, Física, Cosmologia, Psicologia e Moral; *Santo Agostinho* - Psicologia e Cosmologia; e *Santo Tomás de Aquino* - Lógica, Metafísica, Cosmologia, Moral, entre outros.

Nesse contexto, a História da Filosofia compreendida entre os séculos VII a.C. e XVI constitui os principais fundamentos teóricos dos currículos que compõem as Faculdades Superiores (Filosofia e Teologia) no Método Pedagógico Jesuítico. No entanto, os temas que permeiam a Filosofia (pelo viés do *Ratio Studiorum*) percorrem as discussões nesse manual, na Filosofia Moderna e na Filosofia no Brasil. Apresento os aspectos dos temas do currículo filosófico do *Ratio Studiorum*, contidos nos períodos da História da Filosofia, em três fases: períodos que antecedem o *Ratio Studiorum*; períodos posteriores ao *Ratio Studiorum*; e a Filosofia no Brasil.

No primeiro momento, os períodos que antecedem o *Ratio Studiorum* são compreendidos nesse manual pelos capítulos Filosofia Grega, Filosofia Patrística e Filosofia Medieval. São respectivamente apresentados os temas relevantes para compor o “currículo filosófico”, como as principais escolas e correntes filosóficas que permeiam essas discussões.

Inicialmente, a Filosofia Grega apresenta as discussões filosóficas centralizadas em problemas cosmológicos, metafísicos e morais, sendo ministradas pelas escolas filosóficas (Jônica, Pitágoras, Eleática, Atomística e os Sofistas). Nesse capítulo do manual, os conceitos que constituem os temas do currículo filosófico do *Ratio Studiorum* estão representados com níveis diferentes de intensidade, entre as abordagens dos filósofos Platão e Aristóteles, e, depois, os

temas são focados nas escolas filosóficas do Epicurismo<sup>85</sup> e do Estoicismo<sup>86</sup>.

Posteriormente, a Filosofia Patrística apresenta uma breve abordagem dos princípios que norteiam as discussões em Santo Agostinho, fundamentado pela Filosofia Platônica. São mencionados os Apologistas entre os cenários gregos, africanos e na escola cristã de Alexandria como suas respectivas obras na defesa do ideário cristão. Segundo Franca (1921, p. 56), “os apologistas elevam a voz da razão e da consciência contra a arbitrariedade e injustiça das perseguições, defendem a nova fé contra a *philosophia* e superstição pagã, armadas do poder supremo do Estado.”

E finalmente, na Filosofia Medieval, o filósofo Santo Tomás de Aquino constitui a centralidade das discussões nesse período, sendo no *Ratio Studiorum* um dos componentes estratégicos nos princípios da formação do curso de Filosofia (mesmo no predomínio dos princípios aristotélicos), direcionando a defesa dos preceitos do cristianismo, e no curso de Teologia, com predomínio das discussões constituídas na sua obra *Suma Teológica*<sup>87</sup>. Dessa forma, a importância

---

<sup>85</sup> Doutrina de Epicuro e de seus seguidores segundo a qual, na moral, o bem é o prazer, isto é, a satisfação de nossos desejos e impulsos de forma moderada, levando assim a tranquilidade (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 83).

<sup>86</sup>É, no entanto, a ética estoica que teve maior influência no desenvolvimento da tradição filosófica, que chegando mesmo a influenciar o pensamento ético cristão nos primórdios do cristianismo (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 91).

<sup>87</sup> (*Summa Theologica*) obra fundamental de Santo Tomás de Aquino e principal tratado filosófico – teológico da Idade Média (composto entre 1267 e 1274, permanecendo inacabado), toda ela centrada no problema das relações entre a razão e a fé cristã. Utilizando o quadro conceitual aristotélicos, defendendo a autonomia e os poderes da razão no que diz respeito ao domínio da experiência e das demonstrações. Tornaram-se famosas as cinco vias, as provas racionais da existência de Deus: 1) primeiro motor imóvel do universo em movimento; 2) causa eficiente deste universo; 3) ser

histórica do sistema filosófico tomista tem espaço privilegiado nas discussões do período.

As grandes questões philosophicas das relações entre Deus e o mundo, entre o espirito e a materia, entre o conhecimento e a realidade, entre a sciencia e a fé – questões vitaes para os destinos da humanidade e para a existência do christianismo – receberam com elle uma solução racional, clara e definitiva. Sete séculos passaram por sobre a obra admirável do anjo das escolas – séculos da lueta e de revoluções profundas no campo das ideias, e ella ainda hoje persiste viva, palpitante, immortal como a verdade (FRANCA, 1921, p. 84).

Nesse capítulo, o autor apresenta um artigo intitulado “Renascença Escolástica do século XVI”, que entre seus objetivos demonstra os principais estudiosos nesse século, após o Concílio de Trento (1545 - 1563), direcionando seus trabalhos filosóficos e teológicos na defesa do ideário cristão contra o advento dos princípios da Reforma Protestante que circundam na Europa. Merece destaque no texto as Congregações Religiosas Dominicanos, Carmelitas e Jesuítas<sup>88</sup> e suas principais obras.

---

necessário por oposição à contingência do mundo; 4) ser absoluto relativamente às coisas que apresentam apenas graus de perfeição; 5) ordenador e fim supremo do universo. Ao conferir sentido e finalidade ao universo, Deus é o Soberano Bem que orienta a habilidade das criaturas, no contexto de uma natureza harmoniosa, conferindo ao homem uma inteligência que lhe permite chegar a um conhecimento explicito do bem e dos valores morais (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 256).

<sup>88</sup>Entre os **Jesuítas** salientaram-se: P. Fonseca (1528 – 1599), que, em colaboração com outros professores de Coimbra (Manoel Góes, Cosme Magalhães, Sebastião de Couto) publicou um dos mais apreciados commentarios de Aristoteles, o *Cursus Conimbricensium*; F. Toledo (1532 - 1596), depois Cardeal, Luiz Molina (1536 - 1600) autor da

No período posterior ao *Ratio Studiorum*, compreendido pela Filosofia Moderna, o Pe. Leonel Franca destaca os seguintes temas e filósofos: *Descartes* - Cosmologia e Psicologia; *Bacon* - Lógica, mas combatendo à Lógica Aristotélica; *Spinoza* - Moral; *Leibniz* - Cosmologia e Psicologia; *Hume* - Moral; *Kant* - Lógica, Cosmologia e Psicologia; *Fouillée* - Moral.

Merece atenção no manual o subtítulo Filosofia Neo-Escolástica, por demonstrar representantes deste pensamento que procuram restaurar os princípios da Filosofia Escolástica nas escolas católicas. Segundo Franca (1921), destaca-se com maior expressão os seguintes restauradores da Filosofia Tomista: Inicialmente na Itália - Matheus Liberatore (dois tratados: *Su composto umano* e *Animaumana*; dois volumes do livro *Della conoscenza intellettuale*); Taparelli D'Azeglio (*Saggio teoretico di Diritto Naturale*); Sanseverino (*Philosophia christiana cum antiqua et nova comparata*); Salis - Seewis (as obras: *Della conoscenza senitiva* e *Le azioni instinctive degli animali*); Cornoldi (*Filosofia scolastica di S. Tomaso e di Dante*); e Zigliara (*Summa Philosophica* - em foco

---

“*scienciamédia*”, doutrina exposta na *Concordia liberi arbitrii cum gratiae donis*, etc. (1588) que, atacada com vehemencia por Bañez, deu azo á famosa discussão com os dominicanos. No dizer de De Maistre a theorica de Molina “representa o esforço mais feliz da philosophia chirstã para conciliar, segundo as forças de nossa fraca *intelligencia res olim dissociatas, libertatem et principatum*” (1), isto é, a liberdade do homem e a soberania de Deus; Gabriel Vasquez (1551 - 1604), L. Lessio (1554 - 1623), João de Lugo (1583 - 1660), moralista illustre, Cosmo Alamanni (1559 - 1634) Diogo Ruiz de Montoya (1562 - 1632), De Arriaga (1592 - 1667), Sylvestre Mauro (1619 - 1687), um dos melhores commentadores da encyclopedia aristotelica e sobretudo Francisco Suarez (1548 - 1617) *Doctor eximius*, o mais celebre de todos. Jurisconsulto, philosopho e theologo, Suarez segue geralmente nas suas *Discussoes metaphysicas* as doutrinas de S. Thomaz, mas em vários pontos dellas se agasta para seguir idéas próprias (FRANCA, 1921, p. 101-102).

as antigas doutrinas). Posteriormente, na Alemanha, Dr. Alberto Stockl (quatro volumes do livro: *Philosophie der Vorzeit*); e na França, as doutrinas aristotélicas e tomistas foram expostas na “Conferência de Nossa Senhora de Paris” pelos filósofos De Broglie, D’Hulst, Domet de Vorges e Farges. E finalmente, na Espanha, Jhame Balmes (*Cartas a uno sceptico; El critério; Filosofia Fundamental*); e Zeferino Gonçalves.

No capítulo “A Filosofia no Brasil” se apresentam as correntes filosóficas (Espiritualista, Positivista e Materialista) que permeiam as discussões nos cenários institucionais brasileiros, entre Faculdade e Institutos de Filosofia, aproximando dos princípios filosóficos predominantes no *Ratio Studiorum*. A corrente Espiritualista foi constituída por representantes que defendem os princípios da Filosofia Escolástica, no entanto, apenas dois são considerados genuinamente escolásticos: o representante José Soriano de Souza (defensor de Santo Tomás de Aquino e dos princípios da Metafísica Cristã) e Visconde de Saboya (por combater a corrente Materialista).

Soriano, que seguia de perto o movimento espiritualista na Europa, compreendeu cedo que <<a maxima necessidade de nossos tempos é a restauração da metaphysica chistã, fundada por São Thomaz no maravilhoso accordo das duas luzes do espírito humano a razão e a fé>>, e consagrou o magisterio e a penna a divulgação das idéas da escolastica rejuvenescida [...]. Escolheu, porém com acerto entre os escolásticos modernos os que melhor interpretaram o pensamento antigo e mais contribuíram para a sua reabilitação. Liberatore, Taparelli, Sanseverino e Kleutgen são, ao lado de Balmes e Ventura, escolásticos menos rigorosos, as suas fontes principaes. Delas hauriu o que de melhor encerram os seus

compêndios, que no gênero didactio, representam, até hoje, o que de mais solido e profundo se tem escripto sobre philosophia no Brazil (FRANCA, 1921, p. 212).

Nesse contexto, os princípios da Filosofia Tomista permeiam a corrente filosófica Escolástica no Brasil, sendo influenciada pelos principais representantes escolásticos modernos, centralizados na Itália, por compor número expressivo de representantes e obras filosóficas, seguidos dos países Alemanha, França e Espanha, com menor expressão, mas de extrema relevância nas discussões.

É importante frisar o Artigo IV – Pampsiquismo<sup>89</sup> Panteísta de Farias Brito, que constitui nesse manual escolar as discussões do pensamento filosófico no Brasil e se apresenta defensor da Metafísica e Moral. Segundo Japiassú; Marcondes (1996, p. 99), “ao reduzir a exterioridade do mundo à interioridade do homem, Farias Brito defendeu uma metafísica espiritualista privilegiando o pensamento à vontade”, dessa forma, apresentou originalidade em suas discussões filosóficas, obtendo nível teórico para abordagens no cenário acadêmico brasileiro como crítico de algumas correntes filosóficas da modernidade.

Insurgir-se contra Kant que não fez senão repetir a mesma obra de que já haviam dado uma primeira edição os scepticos gregos, contra Comte, cujo systema em sua significação real e positiva não é senão a negação da philosophia contra Spencer com sua evolução mecanicista de formulas vagas, onde tudo é incerto, tudo é indeciso, indefinível, ôco [...] contra os

---

<sup>89</sup> Pampsiquismo (do gr. *Pan*: tudo, e *psiché*: alma) Doutrina metafísica segundo a qual constitui um ser vivo, mas possui uma natureza psíquica análoga a natureza do espírito humano (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 206).

preconceitos anti – metaphysicos da época, denuncia no criticismo e no positivismo duas formas dessa chamada theoria da relatividade dos conhecimentos que não é senão a forma moderna do septicismo; [...] contra o pragmatismo, que exaltando alem dos justos limites a influencia da verdade, do sentimento da ação, tende como uma nova forma de utilitarismo [...]; quando combate sem quartel o materialismo, philosophia do desespero (FRANCA, 1921, p. 273).

Nesse viés, Farias Brito, como defensor da Metafísica Espiritualista, demonstra resistências às estruturas filosóficas que permeiam a Filosofia Moderna (forte dominância do cientificismo positivista). Segundo Japiassú; Marcondes (1996, p. 99), Farias Brito “proclamou a incapacidade da ciência de salvar o homem. Por isso, tentou aproximar a filosofia e a religião. Caberia à filosofia, sem negar a ciência, salvá-la e superá-la”. Assim, os princípios que permeiam a Metafísica Espiritualista, têm forte influência nos pensadores católicos brasileiros por apresentarem aspectos que solidificam o ideário católico.

No respectivo manual escolar, após a Conclusão<sup>90</sup>, no item “Sobre a oppourtunidade e a importância da renascença

---

<sup>90</sup> Ora, neste labyrinto de theorias, neste dedalo de opiniões, assim extraordinariamente multiplicadas pela fragilidade nativa da intelligencia humana e pela acção extrínseca mas poderosa das causas moraes, deve a nossa razão orientar-se seguramente para a verdade. Cumpre-lhe pois saber distinguir os desvios multiformes do caminho único e certo. Cumpre-lhe discernir o systema verdadeiro dos errôneos. Cumpre-lhe reconhecer entre as philosophias, a Philosophia. Para isto é-lhe mister um critério. Que critério? Apresentamos tres em tres ordens diversas: na ordem especulativa, na ordem pratica e na ordem histórica. a) O primeiro criterio, *theorico e racional*. A luz resalta nas trevas pela sua própria claridade. A verdade distingue-se do erro pelo brilho de seu esplendor. Todo systema radicalmente falso ou se funda immediatamente na contradicção ou se

escolástica no século XIX”, entre alguns aspectos, enfatiza-se a reação Neo-Escolástica entre os representantes europeus que influenciam novas posições das discussões filosóficas em torno do aristotelismo e tomismo, com Farias Brito no cenário filosófico brasileiro.

Após a investigação dos itens que correspondem aos temas do currículo filosófico do *Ratio Studiorum* suas abordagens filosóficas, constatam-se permanências em diferentes períodos da Filosofia, ocupando espaços em níveis distintos de discussão, tanto pelo filósofo (fundador da teoria) quanto pelos discípulos que interiorizam determinadas problemáticas – ou mesmo, pelos opositores do sistema filosófico. Assim, constituem a Tabela 2 como os itens do currículo filosófico e, respectivamente, os períodos filosóficos.

---

envolve mais tarde nas malhas de suas teias inextricáveis [...] b) O segundo critério é *prático*. Menos rigoroso que o precedete, porém, não raro, de uso mais fácil e prompto, basêa-se nas conseqüências moraes dos systemas philosophicos. [...] C) De ordem *historica* é o terceiro critério. A philosophia e as philosophias não envolvem do mesmo modo no tempo. A philosophia, como rio magestoso, progride com segurança e lentidão, avolumando incessantemente suas águas no curso dos seculos. As philosophias apparecem como torrentes tumultuosas e temporárias, que, rolando desapoderadamente os seus cachões pelo íngreme das encostas, arrasam e destroem quanto se lhes oppõe á passagem turbulenta [...] Assim, se verifica o que diz Cicero: << O tempo que confirma os juizos da natureza destróe os caprichos da nossa phantasia>>. Pôr esse relevo esta continuação da philosophia, genuína na sua perpetua lueta contra os systemas falsos e contribuir, destarte, para nortear a intelligencia na investigação da verdade, é a mais alta função da historia (FRANCA, 1921, p. 279).



Tabela 2 – Os temas do currículo filosófico *Ratio Studiorum* no manual de L. Franca<sup>91</sup>

Filosofia	Lógica	Introdução às Ciências	Cosmologia	Psicologia	Metafísica	Filosofia Moral
Grega	X	X	X	X	X	X
Patrística			X	X		
Medieval	X		X		X	X
Moderna	X		X	X		X
Brasil			X		X	X
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>4</b>

Fonte: Manual Filosofia - Leonel Franca (1921)<sup>92</sup>.

Na tabela anterior foi possível identificar as permanências dos temas abordados no currículo filosófico do *Ratio Studiorum* nos diferentes períodos da História da Filosofia, como as permanências e ausências dos temas em cada época, certamente a partir das escolhas e fundamentos que interessam a formação católica. Inicialmente, no item Introdução às Ciências, constam os conceitos de Matemática, Astronomia e Física e os primeiros filósofos sem desenvolvimento aprofundado.

Nos itens Lógica, Psicologia e Metafísica ocupam espaço em destaque pela conceituação nos períodos que estão representados, porém na Lógica apresenta o conceito, mas não desenvolve quadros, tabelas ou esquemas com forma geométrica ou cálculos que desenvolvam os argumentos lógicos; na Psicologia, apresenta o conceito, mas não constam casos de investigação, principais teóricos ou a psicologia

<sup>91</sup> O Sumário (subdivisões e os temas anteriores e posteriores, não estão expressas nesse relato): Preliminares; Philosophia oriental - capítulo I, e II; Philosophia grega - capítulo I, II, e III; Philosophia patrística - capítulo I, II, e III; Filosofia medieval - capítulo I, II, III, e IV; Philosophia moderna - capítulo I, II, III a Philosophia no Brasil; Conclusão; e Apêndice (FRANCA, 1921, p. 306-309).

<sup>92</sup> Elaborado pelo autor.

brasileira; e na Metafísica consta o conceito e o desenvolvimento dos princípios que permeiam tal discussão, como seus representantes brasileiros.

No item Filosofia Moral, é constituído por um específico tema desenvolvido pelos filósofos, com os princípios que permeiam os fundamentos da Ética. E finalmente, no item Cosmologia, em destaque nessa tabela, por compor todos os períodos da Filosofia, desde os filósofos pré-socráticos na Antiga Grécia à Filosofia no Brasil, com Farias Brito.

No manual escolar do autor P. J. Castro Nery os temas filosóficos ocupam a centralidade no Sumário, contudo, não seguem a configuração dos períodos que compõem a História da Filosofia. Os temas do currículo filosófico do *Ratio Studiorum* têm representação nesse manual entre os respectivos capítulos. Após mencionar os títulos nos respectivos capítulos, consta entre parênteses a disciplina escolar correspondente aos temas do currículo filosófico.

No Livro Primeiro<sup>93</sup> - *Filosofia do ser sensível ou Estética*<sup>94</sup> (Moral), com os subtítulos “O Belo”, com os filósofos Platão e Aristóteles, e “A Arte” - entre os filósofos, destaca o argumento de Santo Tomás de Aquino.

No Livro Segundo - *Filosofia do ser inteligente e Lógica* (Lógica, Introdução às Ciências), tem nessa abordagem, segundo Nery (1934), a centralidade em Aristóteles, com a

---

<sup>93</sup> Utilizo essa expressão “livro primeiro” conforme original do autor, que se refere a um capítulo.

<sup>94</sup> O nome Estética vem do grego *aisthanomai*, sentir, empregado por Kant na “Crítica da razão pura” como “forma a priori” da sensibilidade (*die Sinnlichkeit*), e por Baumgarten como ciência do belo, visto com o belo produz um efeito agradável na sensibilidade. A sua definição é: ciência do Belo e da Arte (NERY, 1934, p. 29).

obra *Organon*<sup>95</sup>, que corresponde às discussões de Lógica que foram posteriormente apresentadas no século XVII pelo filósofo Immanuel Kant com o título de “Analítica Transcendental”, na obra “Crítica da Razão Pura”. Nesse cenário, outros filósofos são apresentados na discussão, com destaque para Francis Bacon e René Descartes, porém, não ocupam a centralidade nas discussões, como ocupa Aristóteles. Nesse capítulo, especificamente, contém vinte representações dos argumentos da Lógica, apresentados entre quadros, tabelas, esquemas com formas geométricas e o desenho da Árvore Porfiriana<sup>96</sup>. Entre as notas de rodapé, constam três esquemas da Lógica.

No Livro Terceiro - *Filosofia do ser voluntário ou Ética* (Moral), o capítulo compõe sua centralidade nas teorias filosóficas de Immanuel Kant. De acordo com Nery (1934, p. 107), “Ética (do gr.: *ethos* - costume) ou Moral (do lat.: *mos* - costume) é a ciência dos costumes como eles devem ser”. Nesse viés, as discussões filosóficas permeiam os temas A Moral Geral (o dever; a sanção; e o direito); e Moral Particular (individual, doméstica e social).

---

<sup>95</sup>Esse foi o título dado pelos comentadores gregos ao conjunto das obras lógicas de Aristóteles: *Categorias*, *Sobre a interpretação*, *Primeiros analíticos* (dois livros); *Tópicos* (oito livros) e *Refutações*. Duas outras vezes o nome *Organon* aparece como título de livro: *Novum Organum* (1620), de Francisco Bacon, que contrapôs explicitamente sua lógica a lógica aristotélica (ABBAGNANO, 2007, p. 855).

<sup>96</sup>Célebre esquema ou modelo de definição por dicotomias sucessivas, que desce do gênero mais geral as espécies ínfimas (substância: corpórea, incorpórea; substância corpórea [corpo]: animado, inanimado; corpo animado: sensível, insensível; corpo animado sensível [animal]: racional, irracional; animal racional: mortal, imortal; animal racional mortal [homem]: Sócrates, Platão etc.). Embora tal “árvore” não se encontre nos manuscritos de Porfírio, foi construída com base no texto porfiriano (*Isag.*, 4, 20) e se acha em todos os tratados medievais de lógica (*cf.*, p. ex., Pedro Hispano, *Summ. Log.*, 2, 10), de onde passou para os textos modernos de lógica tradicional) (ABBAGNANO, 2007, p. 94).

No Livro Quarto - *Filosofia do ser espiritual ou Psicologia* (Psicologia), são apresentadas nessa discussão as correntes filosóficas que permeiam as concepções desse tema, desde Aristóteles até a Filosofia no Brasil. É importante destacar os representantes mais conhecidos da Psicologia<sup>97</sup>, como os representantes da Psicologia no Brasil e Psicologia Pedagógica.

A Psicologia Pedagógica é das mais fecundas. Para só citar alguns autores, temos Lourenço Filho, Jônathas Serrano, Noemí Silveira, Sampaio Dória, Afrânio Peixoto, L. Magalhães, Raul Briquet, H. Radecka, H. Antipoff, Plínio Olinto, Anísio Teixeira, Carneiro Junior, Tristão de Ataíde, Leonardo Van Acker, Alexandre Correia, Leonel Franca, S. J., E. Backeheuser, Helder Câmara, Dom X. de Matos, O.S.B., Pedro Anísio (NERY, 1934, p.127).

---

<sup>97</sup> Representantes mais conhecidos da Psicologia na Alemanha: Ebbinghaus, com trabalhos sobre a memória, Stumpf, sobre o som, Meuman, sobre a pedagogia, Krueger, sobre a psicologia coletiva, Kraepelin, Ziehen, Storring sobre a psicopatologia, Lindworsky, sobre a vontade; na Inglaterra: Maudsley sobre os anormais, Sully sobre a infância, Gusney, Myeres, Pobot, Binet, Pierre Jant, Duma, Marie sobre a psicopatologia; Trade, Le Bom, Leby - Bruhl, Blondel sobre a psicologia coletiva; Richet, Boirac, Baschide, sobre os fatos “soi disant” transcendentais; na Suíça Claparède sobre a crença; na Bélgica: Michotte, sobre os sinais religiosos, Thyerey, sobre a angústia, Van Biervliet sobre a pedagogia; na Itália: Lombroso, Morselli, sobre a delinquência, Mosso, sobre o medo e a fadiga, Ferri e Sighele sobre a psicologia das multidões, Marro e Melzi sobre as tendências infantis. Nos Estados Unidos do Norte: Stanly Hall sobre o adolescente, Thorndile e kinaman sobre os animais, Jastrow e Morton Price sobre o inconiente; na Rússia: Betcherew e Paulow sobre os reflexos condicionais; Korsakoff sobre a neuropatologia, Rossolimo sobre as aptidões das crenças etc. (NERY, 1934, p. 125).

No Livro Quinto - *Filosofia do ser material ou Cosmologia racional*<sup>98</sup> (Cosmologia, Psicologia e Metafísica), vem apresentar desde seus fundamentos na Filosofia Antiga, com extensão em alguns filósofos nos outros períodos.

No Livro Sexto - *Filosofia do ser necessário ou Teologia racional* (Metafísica), é apresentado pelos títulos A existência de Deus, Religião, Ciência, Filosofia, Moral e Religião. Segundo Nery (1934, p. 257), apresenta a “definição – Teodicéia (*théos, dike* = justificação de Deus), é parte da metafísica que estuda Deus, ou melhor: ciência de Deus por meio da razão”.

No Livro Sétimo - *Filosofia do ser enquanto ser e Ontologia* (Metafísica), há centralidade nos temas que permeiam a discussão (O ser em si; Possível e Impossível; Ato e Potência; Passagem da Potência para Ato; e Essência e Existência). E no *Epílogo* (Conclusão), com o tema *As Ciências Metafísicas*, apresenta as principais correntes filosóficas que debatem essa questão (Fenomenismo; Espiritualismo; Materialismo; Idealismo; Panteísmo ou Monismo), mencionando a importância, nessa discussão, dos filósofos Aristóteles e Santo Tomás de Aquino.

A tabela 3 demonstra como a representação nos temas do currículo filosófico do *Ratio Studiorum* compõe a organização, nesse manual, das respectivas disciplinas escolares nos temas que circundam a História da Filosofia.

---

<sup>98</sup> Entre as discussões nesse capítulo, destaco o subtítulo: O Mundo – Origem do Mundo. Pondo de parte as teorias peremptas dos atomistas e dualistas, as teorias que ainda hoje tentam explicar a origem do mundo são as seguintes: Panteísmo (na forma de Spinoza, o panteísmo é a absorção do infinito no finito. Deus é a única substância), Evolucionismo (para os evolucionistas, havia na origem do universo uma massa caótica, increada, eterna e indestrutível), e Criacionismo (refutados os sistemas precedentes, resta explicar a gênese do mundo, pelo inter-vento de uma causa superior, um ser necessário, eterno, infinitamente perfeito. É a Criação) (NERY, 1934, p. 248).

Importante é salientar que o autor do manual apresenta o sumário por temas, não especificamente pela ordem cronológica ou histórica.

Tabela 3 – Os temas do currículo filosófico – *Ratio Studiorum* no manual de C. Nery<sup>99</sup>.

Capítulos	Lógica	Introdução às Ciências	Cosmologia	Psicologia	Metafísica	Filosofia Moral
I						X
II	X	X				
III						X
IV			X			X
V			X	X	X	
VI					X	
VII					X	
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

Fonte: Manual Filosofia – Castro Nery (1934)<sup>100</sup>.

Mesmo representando o menor índice de evidências nessa tabela, os itens: Lógica, Introdução às Ciências, e Psicologia, ocupa respectivamente, espaços diferenciados nos capítulos. Nesse caso, o expressivo desenvolvimento da

<sup>99</sup>O Sumário (subdivisões, e os temas anteriores e posteriores, não estão expressas nesse relato): Capítulo primeiro - Filosofia do ser sensível e Estética; Capítulo segundo - filosofia do ser inteligente ou Lógica (parte I, II, e III); Capítulo terceiro - Filosofia do ser voluntário ou Ética (parte I, e II); Capítulo quarto - Filosofia do ser espiritual ou Psicologia (Tratado I, II, e III); Capítulo quinto - Filosofia do ser material ou Cosmologia racional; Capítulo sexto - Filosofia do ser necessário ou Teologia racional; Capítulo sétimo - Filosofia do ser enquanto ser, ou Ontologia; EPÍLOGO - As ciências metafísicas (NERY, 1934, p. 9-13).

<sup>100</sup> Elaborado pelo autor.

Psicologia, configurado pelo capítulo mais extenso do manual (117 páginas), é composto por três tratados: Psicologia Experimental, Psicologia Aplicada e Psicologia Racional.

A Lógica representa uma função estratégia ao Método Pedagógico Jesuítico, pois ao manter o rigor teórico na compreensão e na construção dos argumentos lógicos, possibilita o desenvolvimento de habilidades que permeiam essa formação, sendo expressas nos cenários de disputas filosóficas e teológicas. Segundo Nery (1934, p. 37), “lógica é a ciência normativa da razão para melhor indagar e provar a verdade”. Nesse viés, a importância da Lógica entre as estruturas fundamentais na formação do aluno no *Ratio Studiorum* será expressa nas disputas privadas e públicas.

*Rigor na forma da disputa.* Desde o início da lógica, se exercitem os alunos de modo que de nada se envergonhem tanto na disputa como de se apartar do rigor da forma; e coisa alguma deles exija o professor com mais severidade do que a observância das leis e ordem da argumentação. Por isto o que responde repita as proposições acrescentando “nego” ou “concedo” “a maior, a menor, a consequência”. Algumas vezes poderá também distinguir, raras, porém, acrescentando explicações ou razões, sobretudo quando lhe não são pedidas (FRANCA, 1952, p. 65).

A configuração dos capítulos específicos que compõem os itens Introdução às Ciências e Cosmologia, respectivamente, apresenta uma breve conceituação dos termos que permeiam essas discussões. No entanto, os capítulos que constituem as discussões em torno dos itens: Metafísica e Filosofia Moral, centralizam os filósofos que fundamentam o *Ratio Studiorum*, demonstrando os conceitos e a síntese das provas que sustentam tais pressupostos filosóficos.

No manual escolar do autor Jonathas Serrano, os temas filosóficos são apresentados pelos períodos que formam a História da Filosofia, constituindo o Sumário. Mantém a formatação pela cronologia, abandonada no manual de C. Nery, e distingue-se do de L. Franca por apresentar em três capítulos os assuntos que compõem a Filosofia Antiga. Inclui ainda as discussões que permeiam a Filosofia Contemporânea, tema ausente nos manuais anteriores, justificado pelos diferentes períodos.

Os temas do currículo filosófico do *Ratio Studiorum* têm sua representação nesse manual nos capítulos que constituem a História da Filosofia. No entanto, o capítulo I, intitulado “O Alvorecer da Filosofia”, apresenta uma breve abordagem histórica das culturas que permeiam a existência da Filosofia, evidenciando os povos hindus, chineses, persas, egípcios, babilônios e assírios, bem como suas doutrinas (monoteísmo hebraico, zoroastrismo, bramanismo e budismo). Constam também os respectivos temas e conceitos de Moral, Cosmologia e Lógica, sendo semelhantes às filosofias de Platão e Aristóteles.

A filosofia GOTAMA, fundador do sistema *Nyaya* (raciocínio), ocupa-se principalmente com a investigação da teoria da clareza. É uma dialética, mesmo um esboço notável de lógica, em que já se entrevê, posto que ainda confusamente, o raciocínio silogístico, definido na Grécia pelo grande ARISTÓTELES, que lhe determinou os diversos modos e figuras. [...] Ainda que anteriormente a Confúcio LAO KIUN tivesse manifestado idéias filosóficas em parte semelhantes às de PLATÃO (SERRANO, 1944, p 42-43).



O capítulo II, intitulado “Os Ante-Socráticos”, demonstra um breve histórico dos filósofos *pré-socráticos*<sup>101</sup>, enfatizando suas principais áreas de conhecimento (Física, Astronomia e Matemática), sendo reconhecidos como fundadores das primeiras escolas filosóficas (Mileto, Jônica, Eleática, Atomista e Sofista) e pelo desenvolvimento das primeiras teorias filosóficas. A Introdução às Ciências e Cosmologia, configuradas pelos temas do currículo filosófico do *Ratio Studiorum* têm seus fundamentos centrais nesse período, com as questões filosóficas em torno da Metafísica e Moral.

O capítulo III é intitulado “Sócrates e os grandes Socráticos”. O autor apresenta um breve histórico dos filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles, demonstrando alguns aspectos que compõem suas existências nos cenários políticos e educacionais dos períodos que os cercam, salientando a importância de suas teorias para a Filosofia. Em Sócrates, os temas da Psicologia, Metafísica e Moral são fundamentais para as discussões no campo filosófico, mesmo nada escrevendo. Com Platão, além de relevância teórica ao defender a imortalidade da alma, as ideias inatas e a teoria da reminiscência, entre outras, tem discussões em torno dos temas da Moral e Lógica. Em Aristóteles, estão os principais pressupostos do currículo escolástico do *Ratio Studiorum*, com os temas da Metafísica, Moral, Física, Psicologia e Lógica.

No frontão do templo de Delfos estava escrito: “Conhece-te a ti mesmo”. A miúdo repetia Sócrates essas palavras, que resumem a doutrina: o perfeito conhecimento do homem,

---

<sup>101</sup> Termo que designa, na história da filosofia, os primeiros filósofos gregos anteriores a Sócrates (secs. VI – V a.C.), também denominados fisiólogos por se ocuparem com o conhecimento do mundo natural (*hysis*) (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 219).

que parte da psicologia e visa um fim e ordem moral” [...] A metafísica socrática admite um deus único, eterno, infinito e que governa o mundo sàbiamente (SERRANO, 1944, p. 62-63).

O capítulo IV, intitulado “Os pequenos Socráticos e as escolas Postaristotélicas”, apresenta os principais representantes das escolas filosóficas de Megárica, Hedonista (Moral), Cínicos, Céticos, Epicurismo e Estoicismo. Entre suas discussões, os temas da Lógica e Física são os que se aproximam dos pressupostos do *Ratio Studiorum*.

O capítulo V, intitulado “Roma e o Cristianismo”, tem entre suas permanências a Lógica Epicurista e a Física Estóica, no entanto, é o filósofo Santo Agostinho o centro das questões filosóficas, influenciado pelas ideias de Platão e, posteriormente, considerado importante doutor da Igreja.

O capítulo VI é intitulado “A Filosofia Medieval”. Apresenta discussão em torno do conceito de Idade Média<sup>102</sup> e, cronologicamente, alguns fatos que permeiam esse período, como a Escolástica (designa os ensinamentos filosóficos e teológicos, ministrados nas escolas eclesiásticas e universidades da Europa na Idade Média) e suas áreas de conhecimento (Criteriologia, ou seja, Lógica, Metafísica, Cosmologia, Psicologia e Teodicéia), e a edificação das Universidades (Bolonha, Parma, Paris, Oxford). Entre os filósofos, destaca S. Boaventura, S. Tomaz de Aquino, Duns Scot, Guilherme de Occam, Pedro Abelardo, Alberto Magno, entre outros, além do advento da Filosofia árabe e judaica.

---

<sup>102</sup> Chama-se Idade Média o período que vai da destruição do Império Romano do Ocidente pelos bárbaros (476) até a tomada da Constantinopla pelos turcos (1453). O grande fato inicial são as invasões, de que resulta, além da queda do poder de Roma, a formação de varias nações modernas (SERRANO, 1944, p. 98).

Segundo Serrano (1944, p. 109) “o segundo período da filosofia da Idade Média corresponde ao apogeu da Escolástica. É o admirável século XIII, um dos mais ricos e fecundos, não só do ciclo medieval, mas de todo o passado humano”. Os princípios filosóficos que permeiam as teorias de Platão e Aristóteles constituem os pilares da Filosofia Medieval, com destaque para a obra “Suma Teologia”, de Santo Tomás de Aquino.

O capítulo VII é intitulado “A Filosofia Moderna”, que foi marcada pelas permanências e resistências dos princípios da Filosofia Medieval. Os ciclos de discussões filosóficas, no período de transição, centralizam-se nas filosofias de Aristóteles e Santo Tomás de Aquino. Nesse período, destacam entre os métodos filosóficos os Ecléticos<sup>103</sup>, pois utilizam fundamentos do sistema filosófico anterior, e os Humanistas<sup>104</sup>, por se distanciarem da filosofia escolástica.

É importante salientar, entre as discussões filosóficas desse período, algumas questões filosóficas relacionadas com os temas do currículo filosófico do *Ratio Studiorum*, segundo Serrano (1944): Erasmo na *Utopia* e Campanella na *Civitas Solis* aproximam-se do estado ideal na *República* de Platão; Bacon na obra *Novum Organum*, em oposição ao *Organon* aristotélico (Lógica); Fénelon admite a teoria platônica da intuição racional da existência divina (Metafísica); Spinoza

---

<sup>103</sup> (Do Fr. *Éclétisme*, do gr. *Eklektikós* de *Eklegein*: esconder) Método filosófico que consiste em retirar dos diferentes sistemas de pensamento certos elementos ou teses para fundi-los num novo sistema (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 132).

<sup>104</sup> (Do lat. *humanitas*) Movimento intelectual que surgiu no Renascimento. Lutando contra a esclerose da filosofia escolástica e aproveitando-se de um melhor conhecimento da civilização greco-latina, os humanistas (Erasmo, Tomás Morus etc.) se esforçaram por mostrar a dignidade do espírito humano e inauguraram um movimento de confiança na razão e no espírito crítico (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 132).

(panteísmo; com exageros nos textos metafísicos e notável na Psicologia); Descartes (o sistema cartesiano é um mecanismo que Deus é o primeiro motor; na sua psicologia faz consistir no pensamento toda a essência da alma); Leibniz foi chamado “o moderno Aristóteles” (Metafísica).

O capítulo VIII é intitulado “A Filosofia Contemporânea”. Ao mencionar a importância dos fundamentos filosóficos de Immanuel Kant, conforme Serrano (1944, p. 164), “neste particular a importância de Kant excede a de quantos o procedem: pode-se dizer que depois dele não é mais possível tentar qualquer sistema, ou tratar a fundo de assuntos filosóficos sem preliminarmente considerar a crítica do conhecimento”. Ao apresentar as obras de Kant, expõe alguns temas que o circundam: o imperativo categórico (o dever, que implica no poder), a razão prática (própria existência de Deus), a beleza (objeto da ciência) e a bondade (objeto da moral), entre outros assuntos.

O autor apresenta o pensamento filosófico nos países europeus (Alemanha e França) como os principais representantes nas novas correntes filosóficas e os fundamentos que permeiam tais teorias. Na Filosofia Alemã, Fichte, Hegel, Schelling, Schopenhauer, Scheler, Heidegger e Nietzsche; e na Filosofia Francesa, Mill, Spencer, Blondel e Comte, Panteísmo em Shelling, Espiritualismo em Bérson (Metafísica), e a Corrente Filosofia da Ação em Blondel (influenciados pelas filosofias de Santo Tomás de Aquino e Santo Agostinho).

Nesse sentido, a centralidade das questões filosóficas permeia solos distantes dos períodos que antecedem o *Ratio Studiorum* (1599), com o subtítulo “A Filosofia Cristã no século XIX”. Nesse caso, apresenta os principais representantes e obras centralizadas em alguns países europeus (Itália, Espanha e França), tendo como principais características o distanciamento das correntes filosóficas que contrariam os princípios do cristianismo e a restauração dos

fundamentos de Santo Tomás de Aquino. Dessa forma, o sistema filosófico predominante entre os escolásticos é expresso na Filosofia Contemporânea com o movimento filosófico Neo-Escolástica.

A verdadeira filosofia cristã tem os seus representantes nos Neo-Escolásticos [...] Não cabe nos limites deste capítulo maior desenvolvimento sobre a filosofia neo-escolástica. Cumpre citar o que sobre o assunto escreveu no Brasil um dos seus legítimos representantes: Leonel Franca, em seu volume relativo à história da filosofia (SERRANO, 1944, p. 193).

O manual é concluído com o capítulo IX, intitulado “A Filosofia no Brasil”, composto por três subdivisões: Vista Geral, Farias Brito e Filosofia Brasileira. No primeiro momento, o autor apresenta os três importantes nomes no cenário filosófico brasileiro (Tobias Barreto, Sílvio Romero e Farias Brito). No segundo, centraliza as discussões em Farias Brito<sup>105</sup> devido às discussões em torno dos filósofos Sócrates e Kant, ressaltando a importância da Filosofia Moral e fazendo fortes críticas às doutrinas de Augusto Conte, Herbert Spencer

---

<sup>105</sup> Durante os longos anos que lecionou Lógica no Colégio Pedro II, ficou convencido do papel primordial da filosofia como saber fundamental do homem e como norma para a vida humana. Vivendo num clima de forte dominância do cientificismo positivista, proclamou a incapacidade da ciência de salvar o homem. Por isso, tentou aproximar a filosofia e a religião. Caberia à filosofia, sem negar a ciência, salvá-la e superá-la. Ao reduzir a exterioridade do mundo à interioridade do homem, Farias Brito defendeu uma metafísica espiritualista privilegiando o pensamento à vontade. Essa metafísica influenciou bastante o pensador católico Jackson de Figueiredo, fundador do Centro Dom Vital, e outros pensadores (Tristão de Ataíde) que desenvolveram uma especial de metafísica cristã (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 99).

e Karl Marx. No terceiro momento, os representantes da Filosofia no Brasil, mesmo que desenvolvendo a partir dos sistemas filosóficos já constituídos, apresentam discussões que possibilitam reconhecer tais sistemas, embora não se possa afirmar que foram verdadeiros filósofos, pois segundo Serrano (1944, p. 223), “o erudito *sabe*; o historiador *expõe*, o crítico *analisa*; verdadeiro *filósofo*, êste, *inova*”.

Na tabela 4, composta por maior número de capítulos, encontra-se o mesmo rigor cronológico da História da Filosofia. No entanto, o capítulo I, dedicado às culturas que antecedem a Filosofia Antiga, já apresenta discussões nesse campo. Os capítulos II, III e IV abordam todos os temas ligados aos filósofos pré-socráticos. Os capítulos V e VI apresentam forte intensidade nas questões da Filosofia Escolástica, enquanto os capítulos VII e VIII são Filosofia Moderna e Filosofia Contemporânea, nesse caso, distanciam das discussões filosóficas da Filosofia Antiga. Por fim, o capítulo IX apresenta a Filosofia no Brasil.

Tabela 4 – Os temas do currículo filosófico – *Ratio Studiorum* no manual de J. Serrano<sup>106</sup>.

Capítulos	Lógica	Introdução às Ciências	Cosmologia	Psicologia	Metafísica	Filosofia Moral
I	X		X			X
II		X	X		X	X
III	X	X		X	X	X
IV	X	X				X
V	X	X		X		X
VI	X		X	X	X	X
VII	X	X		X	X	
VIII		X			X	X
IX					X	X
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>8</b>

Fonte: Manual Filosofia - Serrano (1944)<sup>107</sup>.

Nessa tabela, os temas filosóficos com menor circulação entre os períodos foram Cosmologia e Psicologia. No primeiro caso, porém, a Cosmologia tem forte discussão com os filósofos pré-socráticos e posteriormente com os Escolásticos, e no segundo caso, a Psicologia em Sócrates e Platão, é desenvolvida por Santo Agostinho e os Escolásticos e considera Spinoza o mestre da Psicologia no seu tempo. Nas duas situações, apresenta os conceitos empregados pelos filósofos sem maior profundidade.

A Introdução às Ciências, principalmente apresentada pela influência da Matemática<sup>108</sup> no desenvolvimento dos

<sup>106</sup> O Sumário (subdivisões e os temas anteriores não estão expressos nesse relato): I - O alvorecer da Filosofia; II - Os Ante-Socráticos; III - Sócrates e os grandes Socráticos; IV - Os pequenos Socráticos e as escolas Post-Aristotélicas; V - Roma e o cristianismo; VI - A filosofia Medieval; VII - A filosofia Moderna; VIII - A filosofia contemporânea; IX - A Filosofia no Brasil, com: “a) Vista Geral; b) Farias Brito; c) Filosofia brasileira” (SERRANO, 1944, p. 5-6).

<sup>107</sup> Elaborado pelo autor.

<sup>108</sup> Não só matemática e astronomias realizaram tão notável progresso. As ciências físicas igualmente avançaram e é brilhante o grupo de

primeiros sistemas filosóficos, percorre o seu apogeu com a Idade Moderna, com menor abordagem na Física e Astronomia. Na Lógica, o principal filósofo foi Aristóteles, pelo rigor, amplitude e sistematização, sendo com Bacon a Filosofia Moderna posta em discussão. Nesse caso, o manual não apresenta nenhum esquema, tabela ou formas geométricas que expressem argumentos lógicos. A Metafísica, o alicerce do *Ratio Studiorum*, tem espaço privilegiado nos períodos que antecedem esse método, contudo, tem seus representantes na modernidade, com Fénelon, na contemporaneidade, com Kant e Bérghson, e no Brasil, com Farias Brito.

A Filosofia Moral é apresentada pelas concepções platônicas e aristotélicas e, depois, pelos filósofos escolásticos que marcam a Filosofia Medieval. Nesse manual, na Filosofia Moderna, não consta menção às questões filosóficas da Moral, aparecendo em Kant o retorno das discussões e, posteriormente, com os representantes da Neo-Escolástica que circundam o final do século XIX na Europa e a Corrente Filosófica Espiritualista no Brasil.

#### 4.2 A REPRESENTAÇÃO DO LATIM E GREGO NOS MANUAIS

Entre os preceitos que permeiam o Método Pedagógico Jesuítico, têm espaço significativo nessa formação as habilidades em latim e grego. Constituem um dos pré-requisitos nos exames de admissão para os Estudos Inferiores e adquirem expressão nos diferentes níveis da formação intelectual, sendo desenvolvida essa capacidade principalmente no ensino da gramática. No entanto, nas Faculdades

---

pesquisadores que lograram com as suas experiências varias realização de ordem prática (SERRANO, 1944, p. 156).



Superiores, tais habilidades são acessadas constantemente, pois na formação do *Ratio Studiorum* o uso do latim e grego constitui a linguagem dos mestres, como posteriores exercícios e leituras das obras clássicas nesses idiomas.

O *Ratio* deixa subentendido que os alunos já devem saber ler e escrever quando ingressam na classe dos Estudos Inferiores para começar a aprender a ínfima *grammatica*, os rudimentos do latim. Caso não o saibam, uma classe obrigatória deve ser anteposta a todas as outras. Nos Estudos Inferiores, as classes de gramática eram divididas em três categorias: *Ínfima*, em que se estudavam regras gerais da sintaxe latina, princípios de grego [...]; *Média*, em que havia um estudo geral da gramática latina e de obras de Cícero e Ovídio; no grego [...]; Na terceira categoria, *Suprema*, supunha-se o conhecimento de toda a gramática latina e notícias da prosódia, aprendia, por exemplo, com a metrificação de hexâmetros; em grego, continuava o estudo das regras gramaticais (HANSEN, 2001, p. 18-19).

Importante é mencionar que, entre as normas e práticas desse método, os alunos participam dos debates seguindo os níveis de ensino e habilidades que apresentam, sendo formados para alcançar os acirrados debates nas disputas públicas entre as Faculdades Superiores. No entanto, o processo de formação dos alunos de Filosofia, constituído em três anos, possibilita o desenvolvimento intelectual das habilidades em retórica e oratória. Nesse contexto, entre as atividades pedagógicas ocorrem às primeiras disputas internas, organizadas pelos professores de Filosofia entre os alunos do mesmo nível de ensino, como estratégia no processo de formação e sua extensão na Teologia. Nesse projeto, circundam as disputas internas e externas, sendo disponibilizadas apenas aos alunos

que foram qualificados por apresentarem níveis satisfatórios nas discussões em aula. O reitor tem função importante nesse processo, pois acompanha o desenvolvimento acadêmico dos alunos e fiscaliza os procedimentos dos professores.

*Presença nos exercícios escolares.* — Regule e distribua as ocupações de maneira que possa estimular e desenvolver os exercícios literários. Visite por vezes as aulas, mesmo inferiores; esteja quase sempre presente às disputas, privadas e públicas, dos filósofos e teólogos; observe se e porque estes exercícios não dão os resultados desejados. *Ocupações que se não devem permitir aos estudantes.* — Não permita que nenhum estudante falte às disputas ou repetições, para que todos se persuadam da grande importância desses exercícios (FRANCA, 1952, p. 52).

No processo de formação do *Ratio Studiorum*, o uso do latim e grego tem sua representação nos exercícios de gramática, entre as traduções de alguns trechos de poemas ou livros ou mesmo após os ditados na língua vernácula, com tradução para o latim ou grego. Nas regras do *Ratio Studiorum*, lemos que compete aos professores adquirirem o costume de falar em latim e grego com os alunos para desenvolver esses idiomas e adquirir habilidades para as atividades de declamação pública ou produções artísticas nos específicos idiomas, resultando em apresentação nos teatros. Segundo Franca (1952, p. 52), “o assunto das tragédias e comédias, que convém sejam raras e só em língua latina, deve ser sagrado e piedoso; nada deve haver nos entre atos que não seja em latim e conveniente”.

Em relação ao currículo de Humanidades<sup>109</sup>, este tem como preceito a introdução de conhecimentos na linguagem, tanto na língua vernácula que constitui cada nação onde localizam o ensino jesuíta quanto no desenvolvimento do latim e grego, devido ao extremo rigor teórico nos livros clássicos da Antiga Grécia e Roma. As habilidades que competem à oratória e retórica compõem as apresentações e discussões que permeiam as Faculdades Superiores. Dessa forma, é válido mencionar as principais obras que circundam essa formação entre o latim e grego.

Em *humanidades: Latim* – Cícero, obras de filosofia moral, no 1º. semestre; no 2º. algumas orações como *Pro lege Manilia*, *pro Archia*, *pro Marcello* ou outras pronunciadas diante de César; dos historiadores César, Salústio, Tito Lívio, Curcio e outros semelhantes; dos poetas, principalmente Virgílio, com exceção do 4º. Livro da Eneida, odes seletas de Horácio, elegias epigramáticas e outras composições de poetas clássicos. *Grego*: no 1º. semestre, Orações de Isócrates, S. Crisóstomo, S. Basílio, epístolas de Platão, Sinésio, trechos seletos de Plutarco; no 2º. semestre, poesias de Focílides, Teognides, S. Gregório Nazianzeno, Sinésio e outros semelhantes. Para os preceitos de retórica, o tratado do P. Cipriano Soares. (FRANCA, 1952, p. 24).

Nesse contexto, o uso do latim e grego no método do *Ratio Studiorum* é um aspecto de extrema importância, pois perpassa suas funções nos Estudos Inferiores, tendo amplitude

---

<sup>109</sup> A finalidade desta aula é preparar, nos que terminaram a gramática, o terreno à eloquência. Para este fim concorrem três meios: o conhecimento da língua, alguma erudição e uma introdução breve aos preceitos da retórica (FRANCA, 1952, p. 80).

no desenvolvimento dos conhecimentos que permeiam as Faculdades Superiores. As representações desse aspecto, em particular, nos manuais escolares dessa pesquisa são significativamente apresentadas entre um conjunto de expressões, frases e notas em latim ou grego, com raros casos e suas respectivas traduções. Nesse viés, apresento os itens que irão compor essa análise (termos ou frases; notas; obras<sup>110</sup>; notas de rodapé<sup>111</sup>) que configura as permanências e ausências desses idiomas, seguindo cronologicamente as edições dos manuais.

O manual escolar *Noções de Historia da Philosophia*, do autor Pe. Leonel Franca, apresenta entre os itens que permeiam essa análise expressivamente o uso do latim e, com índices menores, o uso do grego. Na investigação da configuração dos capítulos, seguindo os itens da tabela 5, constam expressões em latim na seguinte ordem decrescente: Filosofia Medieval, Filosofia Moderna, Filosofia Grega, Filosofia no Brasil e Filosofia Ocidental (nada consta). Nesse caso, os usos das expressões em grego existem apenas nos capítulos da Filosofia Grega e Filosofia Moderna.

---

<sup>110</sup> Constitui o número exato das obras em latim ou grego, excluindo suas respectivas repetições.

<sup>111</sup> Apenas com expressões latim ou grego.

Tabela 5<sup>112</sup> – O uso do latim e o grego no manual de L. Franca

Idiomas	Termos ou frases	Notas	Obras	Notas de rodapé
<i>Latim</i>	95	11	99	38
<i>Grego</i>	25	1	–	2
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>12</b>	<b>99</b>	<b>40</b>

Fonte: Manual Filosofia - L. Franca (1944)<sup>113</sup>.

Os índices apontados nessa tabela no uso dos termos em latim e grego demonstram as representações do *Ratio Studiorum* no manual escolar do autor Pe. Leonel Franca. Todas as expressões que compõem os itens apresentados estão sem as respectivas traduções. Dessa forma, a importância desses idiomas é primordial no processo que permeia a formação no Método Pedagógico Jesuítico. É importante destacar que todas as obras citadas no manual estão mencionadas no idioma original (latim, italiano, francês, inglês, entre outros), por isso, o elevado índice que corresponde ao item “Obras” no idioma “latim”.

<sup>112</sup> Representação dos itens da tabela 5, especificamente no capítulo *Philosophia Medieval*, no item: S. Thomaz de Aquino. **Termos ou frases** - “non enim crederet (homo) nisi videret ea esse credenda”; “materia signata quantitate”; nil est in intellectu quod prius non fuerit in sensu; veritas per se nota quoad se; ad tempus; **Obras** - De trinitate e De Hebdomadibus de Boécio; Summa contra gentes; Quaestiones disputatae; Summa theologica; De Regimine Principum de S. Tomaz; **Notas** - não consta. **Notas de rodapé** - (1) Ea quae ex revelatione divina per fidem tenentur non possunt naturali cognitioni esse contraria. *C. Gentes*, I, 7; (1) Si liberorum multitudine a regente ad bonum commune multitudinis ordinatur, erit regime rectum et justum, quale convenit liberis. Si vero non ad bonum commune multitudinis sed ad bonum privatum regimen ordinetur, erit regimen injustum et perversum. *De regiminie princ.*, L. 1, c. 1.; (1) Ut omnes aliquam partem habeant in principatu; per hoc enim conservatur pax puli, et omnes talem ordinationem amant et custodiunt, *S. Theol.*, I, 2 ae, Q. 105, a. 1. [...]. (FRANCA, 1921).

<sup>113</sup> Elaborado pelo autor.

No manual escolar *Filosofia*, o autor P. J. Castro Nery apresenta os itens que permeiam essa análise, com maior intensidade no uso dos termos em latim e com menor expressão o grego. É válido frisar que na configuração desse manual escolar, apenas o capítulo II, “Filosofia do ser inteligente ou Lógica”, apresenta significativamente o uso dos termos em latim e grego. No entanto, os outros capítulos apresentam menor expressão no uso dos termos e não alcançam os índices na soma geral do capítulo II.

Tabela 6<sup>114</sup> – O uso do latim e o grego no manual de C. Nery

Idiomas	Termos ou frases	Notas	Obras	Notas de rodapé
<i>Latim</i>	48	3	13	8
<i>Grego</i>	26	–	–	1
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>3</b>	<b>13</b>	<b>9</b>

Fonte: Manual Filosofia - C. Nery (1944)<sup>115</sup>.

<sup>114</sup>Representação de alguns itens da tabela 6, especificamente no capítulo *Filosofia do ser inteligente ou Lógica*. **Termos ou frases** (grego x português) - logos = discurso; enthumestai = refletir; epicheirema = ataque, prova; soreuo = acumular; dis - lema = duas preposições; meterchomai = procurar, perseguir; ana - luo = resolvo; suntithemi = compor; upo - titheimi = suponho; istoria = informação; krineim = discernir (2x); epistemai = saber; alethés = verdade; noein = saber. **Notas** (latim x português) - “consta o título: SILOGISMO PERFEITO - 58. SUAS REGRAS - O latim em versos menos bárbaros, diz: “teminus esto triplex: medius maiorque minorque = são os termos só três: maior médio e pequeno”; latius hos quam praemissae conclusio non vult = aos termos não exceda a conclusão final; nequaquam medium capiat conclusio faz est = ao meio termo entrar na conclusão condeno; aut semel aut iterum medius generaliter esto = ao menos uma vez seja o médio geral; ambae affimantes nequeunt generare negantem = não vás negar no fim quando a dupla afirmar-te; ultraque si praemissa neget nihil inde sequetur = de duas negações não há nada a inferir; peiorem sequitur semper conclusio partem = a conclusão há de seguir a pior parte; nil sequitur geminis ex particularibus unquam = da dupla pedular nada te pode vir (NERY, 1934).

Na configuração dessa tabela, as representações do *Ratio Studiorum* são marcadas expressivamente, segundo Franca (1952), pelo uso do latim, mantendo suas expressões sem tradução, exigindo dos alunos o conhecimento dessa gramática e as habilidades a ela competem. No caso do grego, as expressões estão traduzidas, sendo possível constatar que o rigor dessa gramática não representa o mesmo nível das habilidades correspondentes ao uso do latim.

No manual escolar *História da Filosofia*, o autor Jonathas Serrano apresenta os itens que permeiam essa análise, sendo inúmeras expressões em latim em oposição às mínimas ocorrências em grego. No Sumário, configurado pelos temas Explicação Necessária, Introdução (com subdivisões) e A História da Filosofia (com períodos filosóficos), apresenta ocorrências com diferentes níveis de intensidade do latim e grego.

Na tabela 7 são apresentados os dados gerais do manual, mas é importante visualizar, nos capítulos, os números de ocorrências do uso do latim e grego em ordem crescente, conforme consta: O alvorecer da Filosofia e Os Ante-Socráticos (4); Sócrates e os grandes Socráticos (7); Os pequenos Socráticos e as escolas Post-Aristotélicas (8); Roma e o cristianismo (16); Filosofia Moderna (44); e Filosofia Medieval (82); no caso, Filosofia Contemporânea e Filosofia no Brasil (nada consta);

---

<sup>115</sup> Elaborado pelo autor.

Tabela 7<sup>116</sup> – O uso do latim e o grego no manual de J. Serrano

Idiomas	Termos ou frases	Notas	Obras	Notas de rodapé
<i>Latim</i>	105	8	41	–
<i>Grego</i>	6	–	–	1
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>8</b>	<b>41</b>	<b>1</b>

Fonte: Manual Filosofia - J. Serrano (1944)<sup>117</sup>

Na configuração dessa tabela, as representações do *Ratio Studiorum* estão também no uso do latim e grego, expressos significativamente na Filosofia Medieval, período que antecede o Método Pedagógico Jesuítico, constituindo os principais fundamentos que permeiam a Companhia de Jesus, atribuindo ao filósofo Santo Tomás de Aquino o título de Doutor Angélico na edificação dos pilares do ideário católico.

Nesse contexto, entre os três manuais escolares em que foram analisadas as representações do Método Pedagógico

<sup>116</sup>Representação dos itens da tabela 7, especificamente no capítulo *Filosofia Moderna*. **Termos ou frases**- Petrus ramus; de omni re scibili; doctor eximus; doctor angélico; veritas temporis filia, non auctoritatis; idola specus (2x); idola fori (2x); idola theatri (2x); idola tribus (2x); veri scire per causas scire; posita causa, ponitur effectus; sublata causa, tollitur effectus, variante causa, variatur effectus; bellum omnium contra omnes; homo homini lúpus; cogito, ergo sum; quod non agit, nec existit; nihil est in intellectu quad non prius fuerit in sensu; ipse intellectus; liberum arbitrium indifferentiae; eripuit coelo fulmen sceptrumque tyrannis; esse est percipi; esse est percipi vel percipere. **Obras**- De Rerum Natura Juxta Propri Principia; Civita Solis; De monarcheia Hispanica; Novum Organum (3x); De Ligibus; Instauratio Magna; De Dignitate et Augmentis Scientiarum; Organon; Leviathan (2x); Opificium artis; Meditationes de Prima philosophia; Principia philosophia; De civitate; Dei Renati Des Cartes pincipiorum philosophiae Pars I et II; Tratacus theologico - politicus. **Notas**- “verum est... leves gustus philosophiae movere forte ad atheismum, sedpleniores haustus ad religionem reducere”. **Notas de rodapé**- não constam, em latim ou grego (SERRANO, 1944).

<sup>117</sup> Elaborado pelo autor.



Jesuítico em relação aos aspectos que circundam o uso dos termos em latim e grego, elas são apresentadas por níveis diferentes de intensidade. No caso do uso do latim, não consta nenhuma das expressões traduzidas, mantendo, assim, o rigor do *Ratio Studiorum* na formação dos alunos na primeira fase pelos Cursos Inferiores e, na segunda, pelas Faculdades Superiores, onde serão expressivas tais habilidades para compor os textos, exercícios, discursos e debates (privados ou públicos). Nesse caso, o uso do grego é apresentado com menor expressão (entre traduções e não traduções), não minimizando a importância desse conhecimento no processo de formação.

Entre os itens que constituem o *Ratio Studiorum*, o uso do latim e grego tem relevância nas competências que regem o reitor, sendo tais atribuições direcionadas aos professores dos Cursos Inferiores, principalmente descritas nas “Regras do professor de Retórica”. Nesse caso, o desenvolvimento de tais habilidades compõe os pré-requisitos para ascensão ao nível intelectual que prioriza as Faculdades Superiores.

Quanto à formação dos nossos estudantes, aplicam-se-lhes, como aos outros, todos os exercícios de que trata o método de ensino; em particular, porém, deverão ter em casa, três ou quatro vezes por semana, por espaço de uma hora, no tempo que ao Reitor melhor parecer, repetições na presença do Professor ou de outro pelo Reitor designado. Nelas repitam-se as lições de latim ou grego, e corrijam-se os exercícios latinos e gregos, de prosa e de poesia. Para cultivo da memória aprendam todos os dias alguma coisa de cor, e leiam muito e com atenção. E nada estimula tanto a inteligência quanto submeter cada um ao exercício freqüente de falar, não só na cátedra do salão, da igreja e da aula, o que lhes é comum com os seus discípulos externos,

mas também no refeitório. Para o mesmo fim contribuirá finalmente a exposição em lugar público conveniente das próprias poesias, aprovadas pelo Professor e assinadas com o nome do autor (FRANCA, 1952, p. 80).

Nesse viés, o uso do latim e grego tem suas permanências constituídas nos três manuais escolares, mesmo que suas evidências sejam marcadas por maior intensidade do latim e menor expressão do grego. Isso demonstra a necessidade dos alunos de terem conhecimentos básicos dessas duas gramáticas, como habilidade na leitura das expressões, notas e obras filosóficas no idioma original.

Importante salientar, no recorte temporal dessa pesquisa, bem como nos períodos que o antecedem, que o uso do latim nas instituições escolares brasileiras tem espaço consolidado nas reformas educacionais, como disciplina escolar no currículo oficial, no processo de formação da nação. Nesse contexto, também os livros didáticos de latim foram objetos de avaliação submetidos à CNLD, sendo apresentados durante a década de 1940 nas listas dos livros didáticos aprovados e publicados no DOU. Entre as publicações da CNLD, vários são os casos dos livros didáticos de latim aprovados. Cito apenas o DOU (secção I), em 02 de novembro de 1947, que contém na lista de aprovação *Vocabulário dos Exercícios em Latim*, de Ana Teodora Siegar, designado para 3ª e 4ª séries; e *Curso de Latim*, da autora Gabriela Marone, designado para 1ª série.

#### 4.3 A REPRESENTAÇÃO ARISTOTELISMO E TOMISMO NOS MANUAIS

Entre as “Regras do professor de Filosofia” no *Ratio Studiorum*, destaca-se a obrigaçãõ de estudo de dois filósofos que compõem os alicerces teóricos do Método Pedagógico

Jesuítico, principalmente nas Faculdades Superiores: Aristóteles, na Grécia Antiga, e São Tomás de Aquino, na Idade Média. Isso porque há importância desses fundamentos como norteadores das discussões no campo filosófico em relação ao cristianismo. Circundam esses princípios filosóficos todos os cenários de discussão sobre as questões eclesiais, rompendo a temporalidade dos seus teóricos e ocupando espaço na Teologia. Segundo Chartier (1991, p. 118), “o essencial é, portanto, compreender como os mesmos textos – sob formas impressas possivelmente diferentes – podem ser diversamente aprendidos, manipulados, compreendidos”.

O Método Pedagógico Jesuítico, na constituição dos preceitos que o regem, adentra a História da Filosofia, especificamente no período que compreende a Filosofia Grega, investigando os principais sistemas filosóficos, como os temas que permeiam tais discussões, deparando-se com a filosofia aristotélica, que torna os alicerces para compor, no século XVI, o *Ratio Studiorum*. Nesse contexto, a investigação das características que compreendem os preceitos aristotélicos nos manuais escolares dessa pesquisa será apresentada cronologicamente pelas evidências que constam nas três respectivas edições.

No primeiro manual, *Noções de Historia da Philosophia*, do autor Pe. Leonel Franca, o capítulo “*Philosophia Grega*”, entre informações e temas atribuídos ao filósofo Aristóteles, é constituído de doze páginas, na seguinte configuração: Vida e Obra; Caracter Geral da Philosophia de Aristóteles; Doutrina Philosophicas; Lógica; Metaphysica; Theologia; Physica; Moral; Juízo sobre Aristóteles; e Vista Retrospectiva.

Metaphysica – a metaphysica modernamente dita Ontologia e chamada por Aristoteles <<Philosophia primeira>>, tem por objecto o estudo do ser como tal, dos seus principios e

causas ultimas, prescindindo das suas determinações sensíveis. As teorias fundamentais da metaphysica peripatetica são as seguintes: 1. Só o individuo o real [...] 2. Theoria das causas. Causa é todo principio que influe na existência de um ser. Aristoteles distingue quatro generos de causas: material, formal, efficiente e final [...] 3. Acto e potencia. Afim de explicar a mudança dos seres [...] (FRANCA, 1921, p. 38).

Nas questões filosóficas aristotélicas, a Metafísica tem, entre os princípios filosóficos abordados por Santo Tomás de Aquino, a centralidade de suas discussões, de influência magnífica nos preceitos do cristianismo por seus aportes teóricos filosóficos. Na Filosofia Moderna, os filósofos racionalistas têm maior expressão nas discussões sobre Metafísica, acompanhados pelos movimentos filosóficos do Ontologismo, Panteísmo e Monadismo. No subtítulo “Philosophia neo-escolástica”, os seus representantes evidenciam a importância, segundo Franca (1952, p. 196), “das doutrinas aristotélico-thomistas” no cenário filosófico do século XIX. Na Filosofia no Brasil, a corrente Espiritualistas, dividida em três grupos, compõe as discussões que defendem os princípios escolásticos (aristotélico e tomista), com Ecléticos, Ontólogos, Idealistas e Escolásticos.

No segundo manual, *Filosofia*, do autor Castro Nery, os cinco capítulos constituem a abordagem do sistema filosófico aristotélico. Nesse caso, a configuração dos títulos e temas não apresenta um capítulo específico sobre Aristóteles, mas a lógica aristotélica ocupa espaço significativo nesse manual escolar. No capítulo “Filosofia do ser necessário ou Teologia racional”, apresenta entre os pontos aristotélicos uma prova cosmologia da existência de Deus.

Prova Cineseológica (kinesis = movimento). É o argumento de ARISTÓTELES. *Existe o movimento*, isto é, passagem da potencia ao ato, porque vemos gerações, aumentos, alterações... *Ora, o movimento um motor imóvel*, porque a passagem da potencia ao ato não se pode dar senão por meio de um sêr *em ato* e o processo ao infinito repugna. *Logo, existe um ser em ato que move a tudo sem ser movido por outro* (Kinōun á Kubetón) (NERY, 1934, p. 254).

É notório visualizar quais temas constituem os pontos com abordagem aristotélica/tomista, apresentados nos respectivos capítulos e temas: *Filosofia do ser sensível ou estético* - O Belo; *Filosofia do ser inteligente ou lógica* - Metódica ou Especial e Lógica Gramática; *Filosofia do ser espiritual ou Psicologia* - Psicologia Experimental e Psicologia Racional; *Filosofia do ser enquanto ser ou Ontologia* e *Filosofia do ser necessário ou Teologia racional*.

No terceiro manual, *História da Filosofia*, o autor Jonathas Serrano apresenta, especificamente no capítulo III, “Sócrates e os grandes Socráticos”, espaço para abordagem de Aristóteles, com os seguintes temas: Biografia de Aristóteles, A obra Aristotélica; A teoria das quatro causas; O homem segundo Aristóteles; A sistematização da lógica; A moral Aristotélica; e Influência exercida por Aristóteles. Apresenta, nesse último tema, que os princípios filosóficos perpassam sua existência, e que mesmo com fortes críticas pelas filosofias da modernidade e contemporaneidade, ainda constitui um sistema filosófico imensurável.

Em lógica, em moral e em política é incontestável a superioridade de Aristóteles, que reconhece a existência do livre arbítrio e evita os exageros da *República*. Do século XIV em diante a influência aristotélica diminuiu, deixou de ser exclusiva e tirânica e passou a

sofrer críticas não raro demasiadamente rigorosa. Ainda assim é, hoje mesmo, extraordinária. E fora difícil resolver qual mais admirável, se o divino Platão ou o incomparável Aristóteles (SERRANO, 1944, p. 76).

Importante salientar a filosofia aristotélica no Método Pedagógico Jesuítico, que compõe os programas de ensino dos professores nos cursos de Estudos Inferiores, dando oportunidade aos alunos de terem contato com alguns fragmentos das obras aristotélicas na língua original e de desenvolverem as habilidades gramaticais em latim e grego. Nas Faculdades Superiores, as obras aristotélicas ocupam espaço principalmente em Filosofia, sendo nas disputas intelectuais (privadas e públicas) o momento da apresentação das habilidades desses saberes, como em latim e grego.

Estima do texto de Aristóteles. – Ponha toda a diligência em interpretar bem o texto de Aristóteles; e não dedique menos atenção à interpretação do que às próprias questões. Aos seus alunos persuada que será incompleta e mutilada a filosofia dos que ao estudo do texto não liga nem grande importância (FRANCA, 1952, p. 65).

A importância da filosofia aristotélica percorre toda a Idade Média, sendo desenvolvidas nas instituições católicas as discussões filosóficas aristotélicas que permeiam principalmente as Faculdades Superiores, aprimorando a formação das elites na defesa do ideário cristão. Porém, o *Ratio Studiorum* desempenha papel significativo na Renascença, pois, como estratégia, procura manter a relação de poder da Igreja Católica Apostólica Romana contra os avanços da

Reforma Protestante pelos princípios filosóficos aristotélicos e tomistas.

Os manuais escolares que são objetos dessa pesquisa demonstram rigorosamente os períodos e temas da História da Filosofia, dando possibilidade de investigação dos temas que permeiam o *Ratio Studiorum*. Nesse caso, os fundamentos aristotélicos foram apreciados pelos discípulos e adeptos, assim como combatidos pelos opositores.

Na centralidade dos estudos propostos pelo *Ratio Studiorum*, a filosofia de Santo Tomás de Aquino ocupa um espaço expressivo na formação dos filósofos e teólogos nas instituições jesuíticas. Aos alunos do curso de Filosofia são ministradas, mesmo que de forma sucinta, algumas noções filosóficas de Santo Tomás de Aquino. Porém, aos alunos do curso de Teologia são ministradas com rigor e profundidade as suas obras<sup>118</sup>. No *Ratio Studiorum* foram estabelecidas as “Regras do professor de Teologia” nesse processo de formação.

*Seguir Santo Tomás.* – Em teologia escolástica sigam os nossos religiosos a doutrina de Santo Tomás; considerem-no como seu Doutor próprio, e concentrem todos os esforços para que os alunos lhe cobrem a maior estima. Entendam, porém, que senão devem adstringir de tal modo a Santo Tomás, que lhes não seja permitido em cousa alguma apartar-se dele, uma vez que os que de modo especial se professam tomistas por vezes dele se afastam e não seja justo se liguem os nossos religiosos a Santo Tomás mais estreitamente do que os próprios tomistas (FRANCA, 1952, p.60).

---

<sup>118</sup> As principais obras de Tomás de Aquino: questões discutidas sobre a verdade (*Questiones Disputatae de Veritate*: 1259); Suma contra os Gentios (*Summa contra Gentiles*: 1269 - 1273); e Suma Teologica (*Summa Theologiae*), interrompida pela morte do autor (NICOLA, 2005, p. 145).

No primeiro manual, *Noções de Historia da Philosophia*, o autor Pe. Leonel Franca apresenta informações que se baseiam em Santo Tomás de Aquino, constituindo a centralidade desse pensamento filosófico no capítulo “*Philosophia Medieval*”, com os temas: Vida e Obra; Caracter Geral da *Philosophia* de S. Thomaz; Doutrina *Philosophicas* - *Philosophia* e *Theologia*; Lógica; *Metaphysica*; *Anthopologia*; *Theoria* do conhecimento; *Cosmologia*; *Theodicéa*; *Moral*; *Política*; e *Importância Histórica* de S. Thomaz. Em destaque, a preocupação do filósofo com as correntes filosóficas que se distanciam dos princípios escolásticos e da filosofia aristotélica.

Caracter geral da *philosophia* de S. Thomaz. – 1. S. Thomaz rompe definitivamente com todas as doutrinas que não se harmonizam com os principios fundamentaes da *philosophia* de Aristoteles e inaugura na escolastica o verdadeiro peripatetismo, por elle comprehendido, corrigido e aperfeiçoado com gênio não inferior ao do Stagirita. 2. Sua *synthese* apresenta por isso mesmo um caracter de unidade, uma cohesão doutrinal de que não se pode gloriar nenhum outro *systema* escolástico. É uma *estructura* compacta de partes rigorosamente concatenadas em que as idéas constitucionaes, simples e profundas, se repercutem harmoniosamente em todas as particularidades. 3. Seu *methodo* é *analytico* – *synthetico*, em que nem se desprezam os direitos da experiência nem se conculcam os principios da razão. Sua *linguagem* é sobria, limpida e concisa revestindo conceitos profundos como precisão admirável. Ninguem, como elle, possui a arte de dizer tantas cousas em tão poucas palavras (FRANCA, 1921, p. 80).



As discussões filosóficas que permeiam a Escolástica, com os temas “Antithomista, thomista e eclecticicos” e “Renascença escolastica no seculo XVI”, são marcas do tomismo no período da Renascença, tendo seus representantes nas congregações religiosas: Dominicanos, Carmelitas e Jesuítas<sup>119</sup>. Porém, no capítulo que compõe a “Philosophia Moderna”, destacam-se dois temas: no primeiro, a “Philosophia neo-escolastica” demonstra, no século XIX, alguns representantes da corrente filosófica do Neo-Tomista<sup>120</sup> nos países Itália, Alemanha, França e Espanha; e no segundo, a “Encyclica Aeterni Patris”, mostra a necessidade dos filósofos cristãos voltarem aos estudos dos grandes mestres da escolástica, principalmente Santo Tomás de Aquino. No capítulo “Philosophia no Brasil”, com abordagem no tema, a corrente Espiritualista apresenta seus representantes e respectivas produções intelectuais, entre obras e compêndios.

No segundo manual, *Filosofia*, do autor Castro Nery, os princípios filosóficos de Santo Tomás de Aquino que compõem a obra *Suma Teológica* têm representação nas discussões de alguns capítulos. Não consta nesse manual escolar um capítulo

---

<sup>119</sup>Entre os jesuítas que representam a defesa da Renascença escolástica do século XVI, conta o P. Fonseca (1528 - 1599) que, em collaboração com outros professores de Coimbra (Manoel Góes, Cosme Magalhães, Sebastião de Couto) publicou um dos mais apreciados commentarios de Aristoteles, o *Cursus Conimbricensium* (FRANCA, 1921, p. 101).

<sup>120</sup>O movimento partiu da Itália e o seu iniciador foi o illustre jesuíta MATHEUS LIBERATORE (1810 - 1892) <<o patriarcha da nova escolastica>> (1). Em 1850, publicou elle em dois volumes um curso completo de philosophia escolastica. Mais tarde, nos tratados *Sul composto umano* e *Anima umana* expôs magistralmente a anthropologia antiga, pondo-a em confronto com as doutrinas modernas e nos dois volumes *Della conoscenza intellettuale* ressuscitou toda a ideologia thomista, revelando-lhe a superioridade pelo contraste com as soluções, que sensualistas e innatistas, tradicionalistas e ontologistas deram ao problema da origem das idéas (FRANCA, 1921, p. 195).

com abordagens centralizadas nas informações que permeiam o tomismo. Mas, no capítulo “Filosofia do ser espiritual ou Psicológico”, o tema “Intuição bergsoniana e intuição tomista” apresenta uma discussão filosófica do tomismo.

O gênio tomista, menos ávido de coloridos fraseológicos, entendeu colocar a intuição em pleno domínio intelectual. Seu nome é “intellectus”. Embora a natureza humana seja racional, discursiva, “existe nela uma como participação daquele conhecimento simples que só se encontra nas inteligências superiores” (NERY, 1934, p.238).

Merecem destaque também os temas que constituem os pontos com abordagem tomistas, apresentados nos respectivos capítulos e temas: *Filosofia do ser sensível ou Estética* - O Belo; *Filosofia do ser inteligente ou lógica* - Lógica Crítica; e *Filosofia do ser espiritual ou Psicologia* - Psicologia Experimental, Psicologia Aplicada e Psicologia Racional. Entre os temas, algumas referências do tomismo são acompanhadas pelo aristotelismo, demonstrando a importância dessas discussões entre esses filósofos.

No terceiro manual, *História da Filosofia*, o autor Jonathas Serrano apresenta, no capítulo VI, “A filosofia Medieval”, as principais questões filosóficas<sup>121</sup> que permeiam a Escolástica e os respectivos filósofos. Nesse contexto, a

---

<sup>121</sup> As teses mais importantes que forma as linhas gerais da grande síntese: em criteriologia: existência da certeza e objetividade do conhecimento. Em metafísica: individualismo acentuado, construindo sobre as noções aristotélicas de ato e potencia, substancia e acidente. Em cosmologia: composição substancia dos seres. Em psicologia: espiritualismo moderado, unidade, substancialidade e espiritualidade da alma, distinção entre o conhecimento sensitivo e o intelectual, origem sensitiva das ideias, livre arbítrio. Em teodicéia: transcendência e personalidade de Deus, Criação e Providencia (SERRANO, 1944, p 102).

filosofia tomista tem expressão nas discussões que permeiam esse período, cujos elogios dirigem-se a Santo Tomás de Aquino. Segundo Serrano (1944, p. 100), “o século XIII revela-se um dos mais notáveis na história da civilização e particularmente na história da filosofia: é o século de S. Tomaz de Aquino e do apogeu da Escolástica”.

Podemos distinguir três períodos na história da filosofia medieval: um período de *formação*, que vai dos fins de oitavo século até o limiar do século décimo terceiro, ou das escolas carolíngias até a divulgação das obras completas de ARISTÓTELES em tôdas as principais escolas do Ocidente; um período de *apogeu*, que corresponde mais ou mesmo ao século XIII e apresenta os grandes nomes de S. BOAVENTURA, ALBERTO MAGNO, TOMAZ de AQUINO e DUNS SCOT; e por fim um período de *decadência*, que vai do século XIV até a Renascença própria dita (SERRANO, 1944, p. 104).

Nesse viés, a filosofia aristotélica tem suas representações nas obras de Santo Tomás de Aquino, sendo esses fundamentos filosóficos que permeiam as escolas medievais e configuram os pilares educacionais do Método Pedagógico Jesuítico. Os itens que correspondem a Santo Tomás de Aquino, nesse manual escolar, são expressos em três títulos: Alcuíno, Rábano Mauro e Santo Anselmo; Tomaz de Aquino; e A obra do doutor Angélico (Summa Theologica). Importante salientar as preocupações no *Ratio Studiorum*, na formação intelectual, atribuindo, no item “Regras dos professores de Teologia – Escolástica”, como explicar os princípios filosóficos de Santo Tomás de Aquino.

*Como explicar Santo Tomás.* – Percorram rapidamente os artigos fáceis. Lido o título,

indiquem em poucas palavras a conclusão de Santo Tomás ou digam: Santo Tomás responde negando ou afirmando. Nos mais difíceis, porém, proceda-se mais ou menos nesta maneira e ordem: explique-se primeiro o título do artigo se for um tanto obscuro; exponha-se em seguida, se houver, a distinção de cujos membros derivam as conclusões; depois, estabeleça-se a primeira conclusão de Santo Tomás e, a seguir, as outras; a cada uma das conclusões, se não for evidente, acrescente-se algumas das suas razões, e estas também se expliquem de modo que entendam os alunos como, nas distinções e razões de Santo Tomás, há muitas vezes maior força do que à primeira vista possa parecer (FRANCA, 1952, p. 62).

Santo Tomás de Aquino, o Doutor Angélico, apresenta, nas questões filosóficas, discussões aprofundadas entre os pontos mais difíceis de ordem metafísica. Assim, possibilita aos escolásticos compreenderem aspectos da filosofia aristotélica que foram demonstrados em sua obra *Suma Teológica*, sendo considerado o responsável por cristianizar o sistema filosófico aristotélico.

Aceitando, como todos os grandes Escolásticos, as doutrinas aristotélicas, o Doutor Angélico expõe e analisa com muito maior desenvolvimento do que o próprio Aristóteles a teoria de ato e potência, matéria e forma, substância e acidentes, categorias, causas e, mais o que tudo, a distinção entre essência e existência (SERRANO, 1944, p. 118).

No entanto, outra fase que compõe o pensamento tomista nesse manual escolar é o capítulo VIII, “Filosofia Contemporânea”, com o tema “A filosofia Cristã no século XIX”: ele demonstra os principais representantes da corrente

filosófica Neo-Escolásticos que compõem esse período, como a influência da filosofia tomista nas novas discussões. No século XIX, a filosofia cristã, constituída especificamente nos países europeus Itália, Espanha, França e Bélgica, apresenta o renascimento dos princípios filosóficos que constituem os pilares do ideário católico.

A filosofia cristã no século XIX apresenta por assim dizer duas fases: na primeira metade a sua atitude é antes defensiva, diante das várias correntes que já analisamos; na segunda metade do século a escolástica se restaura, S. Tomaz passa a ser, graças a Leão XIII, o grande mestre das escolas católicas, e esta fase de renascimento se prolonga, cada vez com mais vigor, até os nossos dias (SERRANO, 1944, p. 192).

Nos manuais escolares que formam essa investigação constam inúmeras representações das obras *Metafísica*, em Aristóteles, e a *Suma Teológica*, em Santo Tomás de Aquino, com significativa expressão e abordagem dos temas dos respectivos filósofos nos períodos que constituem os capítulos da “Filosofia Antiga/Medieval”. Entretanto, essas obras são mencionadas, quando os temas são relacionados à corrente filosófica dos Neo-Escolásticos no período que antecede o *Ratio Studiorum*, no século XVI. Nos períodos posteriores, não constam tantas evidências, porém, os temas “Filosofia Cristã” ou “Filosofia no Brasil” remetem ao aristotelismo e ao tomismo, com suas principais obras.

#### 4.4 O *RATIO STUDIORUM* CONTRA AS SEITAS FILOSÓFICAS

Da história da Filosofia Medieval, impressionou-me o fato de encontrar em dois manuais a síntese de algumas

correntes filosóficas árabes e judaicas que receberam influências do platonismo e do aristotelismo. Segundo Franca (1921), entre os representantes árabes estão Al – Farabi, comentador de Aristóteles; Ubn – Sina (Avicenna), com o neoplatonismo, mas errôneo; Algazel, com a doutrina para destruição dos filósofos; e Averroés, influente representante do aristotelismo. No cenário judaico, apenas dois representantes: o Avicebron, com o neoplatonismo, e Moysés Maimonides, com o aristotelismo.

Nesse contexto, entre as filosofias árabes e judaicas, o principal representante foi Averroís ou Averroés (1226 - 1198) que, conforme Japiassú; Marcondes (1996, p. 21), “seus comentários de Aristóteles exerceram uma considerável influência nos pensadores medievais e até mesmo em alguns da renascença”. No entanto, Santo Tomás de Aquino combate as teses do averroísmo, distanciando esses fundamentos filosóficos das instituições educacionais jesuíticas. O item “Regras do professor de Filosofia”, no *Ratio Studiorum*, disciplina as estratégias contra averroísmo.

*Autores infensos ao Cristianismo.* – Sem muito critério não leia nem cite na aula os intérpretes de Aristóteles infensos ao Cristianismo; e procure que os alunos não lhes cobrem afeição. *Averrois.* – Por essa mesma razão não reúna em tratado separado as digressões de Averrois (e o mesmo se diga de outros autores semelhantes) e, se alguma coisa boa dele houver de citar, cite – a sem encômios, quando possível, mostre que hauriu em outra fonte. *Não se filiar em seita filosófica.* – Não se filie nem a si nem a seus alunos em seita alguma filosófica como o dos Averroístas, dos Alexandristas e semelhantes; nem dissimule os erros de Averrois, de Alexandre e outros, antes tome daí ensejo para com mais vigor diminuir – lhes a autoridade (FRANCA, 1952, p. 63-64).

A preocupação com as leituras das seitas filosóficas são expressas no *Ratio Studiorum* pelas “Regras do Provincial”, com a proibição das obras de Averróis ou Alexandritas nas bibliotecas das instituições jesuíticas ou mesmo a circulação de quaisquer materiais que incitem nos alunos comportamentos que prejudiquem o desenvolvimento intelectual católico.

*Proibição de livros inconvenientes.* – Tome todo o cuidado, e considere este ponto como da maior importância, que de modo algum se sirvam os nossos, nas aulas, de livros de poetas ou outros, que possam ser prejudiciais à honestidade e aos bons costumes, enquanto não forem expurgados dos fatos e palavras inconvenientes; – e se de todo não puderem ser expurgados, como Terêncio, é preferível que não se leiam para que a natureza do contendo não ofenda a pureza da alma (FRANCA, 1952, p. 51).

No manual escolar *Noções de Historia da Philosophia*, do autor Pe. Leonel Franca, o capítulo “Philosophia Medieval” apresenta dois itens direcionados às questões da Filosofia Árabe. No primeiro item, “Outras correntes philosophicas”, constam o subtítulo “Philosophia arabe” – e seu principal representante, Averróis. No segundo item, “Philosophia anti-escolastica” indica no subtítulo “Averroismo” a influência da corrente filosófica na interpretação aristotélica, sendo a mesma combatida pelos discípulos do Doutor Angélico (Santo Tomás de Aquino).

O seu maior representante no Occidente é o medico Averroes [...].Escreveu contra Alfazel a obra *Destructio destructionis* e commentou largamente Aristoteles a quem tributa um culto excessivo. Suas doutrinas, sobretudo as que se referem á unidade do intellecto activo,

exerceram considerável influencia, suscitando entre os escolásticos vivas polemiccas. Attribui-se-lhe também a theoria das duas verdades, pela qual uma proposição pode ser verdadeira em philosophia e falsa em theologia (FRANCA, 1921, p. 71).

Nesse manual, apresentam as preocupações da interpretação errônea do sistema filosófico aristotélico em Averróis, lançando críticas à doutrina do averroísmo, segundo Franca (1921, p. 89), “vencido pelos grandes doutores o averroísmo não desapareceu de todo”.

No manual escolar *História da Filosofia*, do autor Jonathas Serrano, no capítulo “A Filosofia Medieval” o autor apresenta outras correntes filosóficas que são dignas de lembrança de alguns filósofos árabes: Al - Farabi (tradutor e comentador de Aristóteles), Avicena (neoplatonismo), Algazel (teodicéia muçulmana) e, principalmente, Averroes (aristotelismo). Entre os judeus, enfatiza Avicebron (neoplatonismo) e Maimonides (aristotelismo). Mas o averroísmo (devido às interpretações errôneas de Aristóteles) está sempre no centro das preocupações das correntes filosóficas escolásticas.

Os seus comentários de Aristóteles tiveram grande influência para a difusão e interpretação do Estagirita, ainda que Averroes, não conhecendo grego nem síriaco, tivesse baseado o seu trabalho numa tradução árabe imperfeita. Admitia a eternidade da matéria; contendo esta potencialmente tôdas as formas delas tiradas do Primeiro Motor. Averroes era panteísta e negava a imortalidade da alma. [...] S. Tomaz combateu o avarroísmo, doutrina que exerceu na época influencia considerável e por isso mesmo deu ensejo a vivas discussões entre os escolásticos (SERRANO, 1934, p. 127).



A representação do averroísmo nos manuais escolares dessa investigação, marcado entre os aspectos que circundam a História da Filosofia, não prioriza as discussões filosóficas árabes em torno da filosofia aristotélica, sendo apresentando o filósofo Averróis e suas interpretações errôneas das obras de Aristóteles, combatidas principalmente pelo filósofo Santo Tomás de Aquino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou compreender as evidências do *Ratio Studiorum* nos manuais escolares de Filosofia entre as décadas de 1910 a 1940. Para isso, foi realizada uma pesquisa no campo da História da Educação Brasileira, desde a instituição do sistema de ensino na colônia portuguesa, organizado pelos princípios que permeiam o Método Pedagógico Jesuítico. Depois, foram percorridas as transformações do cenário educacional, em que se constata as oscilações da disciplina escolar Filosofia, entre as Reformas Educacionais, sendo foco as evidências do *Ratio Studiorum* (1599), na constituição dos manuais escolares de Filosofia, que circundam entre as décadas de 1910 a 1940, na posição de componentes curriculares, na formação da nação brasileira.

Importante nesse recorte temporal foi à localização dos manuais escolares de Filosofia. Suas edições, em períodos diferentes, demonstram os aspectos pedagógicos, que priorizam os conhecimentos da História da Filosofia, e os temas e discussões filosóficas. Isso acabou repercutindo na aprovação desses manuais escolares, pelo Decreto-Lei nº1006, de 30 de dezembro de 1938, instituindo-os pela CNLD, e publicando-os nos DOU, sendo oficializados, como componentes curriculares educacionais.

Para compreender os mecanismos que permeiam os objetos dessa pesquisa, procuro contextualizar as reformas educacionais, desde a instituição dos colégios e seminário da Companhia de Jesus até os ambientes educacionais que adotaram os princípios da Igreja Católica Apostólica Romana, centralizada na catequização dos índios e na formação dos eclesiásticos e das elites na colônia portuguesa. Mesmo no projeto jesuítico, interrompido pela Reforma Pombalina, os preceitos do ideário católico constituem a formação da cultura brasileira, sofrendo fortes alterações com a Proclamação da

República do Brasil e com a instituição da Reforma Educacional Benjamim Constant, retirando do currículo oficial a disciplina escolar Filosofia, distanciando a Igreja do Estado – períodos que permeiam as correntes do liberalismo e positivismo no governo.

A trajetória do sistema educacional brasileiro nas primeiras décadas do século XX foi marcada pelas relações de poder entre os movimentos Reação Católica e Movimento dos Pioneiros da Educação Nova, que disputavam espaços nos cenários políticos, institucionais e editoriais. Nesse viés, entre permanências e resistências, ocorrem (5) Reformas Educacionais, repercutindo na legislação educacional e alterando o currículo oficial do ensino secundário no recorte temporal dessa pesquisa.

Nessa conjuntura, entre os aspectos que circundam os manuais escolares dessa pesquisa, destaco entre os autores suas posições estratégicas no cenário político educacional como membros do Centro Dom Vital, representando os princípios da Reação Católica, e com publicações na Revista *A Ordem* (principal instrumento de comunicação do ideário católico). Importante salientar, mesmo que brevemente, outras funções dos autores: Pe. Leonel Edgar da Silva Franca - reitor da PUC, membro da CNE, IBGE, CNLD, entre outros; Monsenhor Pedro José de Castro Bueno Nery - catedrático de Filosofia no Estado de São Paulo, docente na PUC-SP, entre outros; e Jonathas Arcanjo da Silveira Serrano - catedrático de História Universal do Colégio Pedro II, membro da CNE, CNLD, entre outros.

É válido mencionar, entre os autores dos manuais escolares de Filosofia aprovados no recorte temporal dessa pesquisa, respectivamente na década de 1940, que pesquisei alguns aspectos que circundam os autores dessa pesquisa, instigando quais as posições dos outros autores no cenário educacional brasileiro.

Nessa investigação, os manuais escolares de Filosofia ocupam a centralidade das discussões, pois desempenham finalidades específicas na formação das mentalidades. A institucionalização desses manuais escolares no cenário educacional, pela CNLD aponta orientações específicas, que permeiam tais configurações: os aspectos gráficos, as questões de linguagem, os conteúdos e a metodologia. No entanto, nesse cenário educacional, circulam tanto os interesses dos movimentos conservadores e renovadores, na formação das mentalidades, refletindo nas disputas autorais.

Por meio da análise dos respectivos manuais escolares de Filosofia *Noções de Historia da Philosophia* (1921), do Pe. Leonel Franca, *Filosofia* (1934), de P. J. Castro Nery, e *História da Filosofia* (1934), de Jonathas Serrano, foram constatadas evidências do *Ratio Studiorum* como representação do ideário católico no período do Estado laico. Nesse contexto, as representações dos temas abordados no “currículo filosófico”, no *Ratio Studiorum*; o latim e grego; o aristotelismo e tomismo; e as posições contra as seitas filosóficas – são representação do Método Pedagógico Jesuítico nos manuais escolares de Filosofia dessa pesquisa, ocupando espaços importantes na configuração desses componentes educacionais.

O que se nota, portanto, são as evidências do *Ratio Studiorum* entre os quatro pontos relacionados: 1) os temas do currículo filosófico, mantidos entre as abordagens nos respectivos nos manuais; 2) o uso do latim e grego, com raros casos de tradução; 3) a influência do aristotelismo e tomismo nas discussões em diferentes períodos filosóficos; e 4) o combate às seitas filosóficas, sendo o averroísmo contextualizado, mas repudiado pelas interpretações errôneas das obras aristotélicas. Nesse viés, os pontos relacionados demonstram as evidências do *Ratio Studiorum*, apresentado

entre os dados expressos nas tabelas e os argumentos que as justificam em cada manual.

Mas, mesmo na investigação das representações do *Ratio Studiorum* nos manuais dessa pesquisa, observa-se a História da Filosofia como os temas e discussões filosóficas, sendo, entre outras características, a inexistência de questionários na cultura escolar jesuítica, ou seja, para ensinar, o professor aplicava três espécies básicas de atividades, a preleção (*lectio*), a repetição (*repetitiones*) e a aplicação (*disputatio*). No caso da preleção, há os assuntos que devem ser estudados, porém, os textos não necessitam de um determinado questionário, pois podem ser apreendidos pelas leituras, sendo memorizados (decorados), e os respectivos conhecimentos devem ser evidenciados nos exames (orais, ou escritos).

Contudo, ao demonstrar essas evidências do *Ratio Studiorum* nos respectivos manuais escolares dessa pesquisa, provoca-se o questionamento, sobre a existência ou não de outras evidências, ou mesmo, sobre quais evidências dessa pesquisa, são possíveis serem encontrada, entre os outros manuais escolares de Filosofia, aprovados na década de 1940. Aqui, é importante mencionar, que a CNLD, foi instituída entre o período de 1938 a 1969, sendo a delimitação do período dessa pesquisa, não contemplar a extensão das referidas publicações nos DOU, entre os respectivos manuais escolares de Filosofia.

Entre alguns aspectos que requerem apreciação, evidencio a posição dos membros da CNLD no cenário educacional brasileiro, entre representantes dos movimentos conservadores e renovadores. Mas, entre os membros da CNLD, alguns são autores de livros didáticos e remetem pareceres aos manuais escolares de suas autorias, sendo apenas em 1946 fundadas, pela CNE, as Comissões Especiais (para julgar os referidos manuais escolares dos membros da CNLD). Nessa conjuntura, quais foram os membros que constituíram a

CNLD, formando as subcomissões nas diferentes áreas de ensino? Quais foram os espaços institucionalizados que circundaram dentro do período de vigência da CNLD, tomando tais questões pertinentes, aos membros das Comissões Especiais?.

Essa pesquisa não tem pretensão de ser um fim em si mesma, mas sim um instrumento para reflexão sobre os manuais escolares de Filosofia, entre outros aspectos que problematizam os espaços da disciplina escolar Filosofia no currículo oficial. Isso desde os primeiros passos dos jesuítas no ensino brasileiro, percorrendo o recorte temporal dessa pesquisa, até as relações de poder, que acentuam as permanências e resistências entre as reformas educacionais e as possíveis influências dos representantes conservadores e renovadores na formação da nação brasileira.



## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALEIXO, Pe. José Carlos Brandi. Pe. Leonel Edgard da Silveira Franca, S. J. : Reitor da primeira Universidade Católica do Brasil. **Pensam. Real.**, São Paulo, v. 7, n. 15, p. 107-120, 2004. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/8447> >. Acesso em: 21 de nov. de 2013.
- ALMEIDA FILHO, Orlando José de. **A estratégia da produção e circulação católica do projeto editorial das coleções de Theobaldo Miranda Santos: (1945 - 1971)**. 2008. Tese (Doutor em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, PUC, São Paulo.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: Introdução a Cultura brasileira**. 4. ed. Brasília: UNB, 1963.
- AZEVEDO, Fernando de, et al. **Manifesto os Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)**. Recife: Massangana, 2010.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Manuais Escolares Franceses no Imperial Colégio D. Pedro II (1856 - 1892). **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 26, p. 39-58, set./dez. 2008. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29209> >. Acesso em: 03 de maio de 2014.
- BRASIL. **Decreto 2 de dezembro de 1837**. Convertendo o Seminário de S. Joaquim em collegio de instrução secundaria,



com a denominação de Collegio de Pedro II, e outras disposições. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Actos do Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 02 de dez. 1837, p. 59.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 1.331 - A**, de 17 de fevereiro de 1854. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. **Coleção de Leis do Império do Brasil** - 1854, p. 45, v. 1 pt I (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 6.884**, de 20 de Abril de 1878. Altera os Regulamentos do Imperial Collegio de Pedro II. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Actos do Poder Executivo, Rio de janeiro, RJ, 20 de abr. 1878, p. 207.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 8.559**, de 05 de abril de 1911. Approva o regulamento para o Collegio Pedro II. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 21/4/1911, p.4766 (Republicação).

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 11.530**, de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 20/3/1915, p. 3028 (Republicação).

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n. 16.782 - A**, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e superior e dá outras providencias. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 7/4/1925, p. 8541 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 1.006**, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização

do livro didático. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 05 de jan. 1939. Seção 1, p. 277.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 19.890**, de 18 de abril de 1931a. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 01 de maio 1931, p. 6945.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 20.108**, de 15 de julho de 1931b. Dispõe sobre o uso da ortografia simplificada do idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de jun. 1931. Seção 1, p. 10513.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 1.177**, de 29 de março de 1939a. Dispõe sobre o funcionamento da Comissão Nacional do Livro Didático no ano de 1939. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 31 de mar. 1939. Seção 1, p. 7403.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 1.417**, de 13 de julho de 1939b. Dispõe sobre o funcionamento da Comissão Nacional do Livro Didático no ano de 1939. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 15 de ago. 1939. Seção 1, p. 16935.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 4.244**, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 10 de abr. 1942. Seção 1, p. 5798.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 60**, de 20 de novembro de 2009. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de set. 2009. Seção 1, p. 37.

CARMINATI, Celso João. O som e a cor. **Philosophica**. Lisboa, n. 36, p. 159-180, 2010.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. **Filosofia no ensino de II grau**. São Paulo: Cortez, 1985.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrande Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. **A Ordem dos Livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: UNB, 1999.

\_\_\_\_\_. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Unesp, 2002.

\_\_\_\_\_. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v.13, n. 24, p.15-29, jul/dez 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1598>>. Acesso em 10 de fev. de 2014.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. Vol.5, n.11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>>. Acesso em: 05 de fev. de 2015.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2, 1990. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a05v31n3.pdf> >. Acesso em: 28 de jul. de 2014.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez., 2004. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27957>>. Acesso em: 13 de ago. de 2014.

\_\_\_\_\_. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 11, p. 5-24, abr. 2002. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30596> >. Acesso em: 13 de ago. de 2014.

\_\_\_\_\_. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27, p. 9-75, jan./abr., 2009. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29026> >. Acesso em: 22 de jun. de 2014.

\_\_\_\_\_. Políticas dos livros escolares no mundo: perspectiva comparativa e histórica. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 24, p. 9-28, jan/abr 2008. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29225> >. Acesso em: 01 de set. de 2014.

CORRER, Adilson Roberto. **A Filosofia na Ratio Studiorum**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino Religioso: retrato histórico de uma polêmica. In: CARVALHO, C. H; NETO, W. G. (Orgs). **Estado, Igreja e Educação no mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX**. Campinas, SP: Alínea, 2010.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. **A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937 - 1945)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As avaliações dos livros didáticos na Comissão Nacional do Livro Didático: a conformação dos saberes escolares nos anos 1940. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 13, n. 1 (31), p. 159-192, jan./abr., 2013. Disponível em: <  
<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/372> >. Acesso em: 07 de set. de 2013.

\_\_\_\_\_. Os processos de avaliação de livros didáticos na comissão nacional do livro didático. In: XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão, 19, São Paulo. **Anais XIX ANPUH/SP - USP**. São Paulo: USP, 2008. 1. CD. Disponível em: <  
<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Juliana%20Miranda%20Filgueiras.pdf> >. Acesso em 27 de out. de 2014.

FRANCA, Leonel. **Noções de História de Philosophia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Drummond, 1921.

\_\_\_\_\_. **O Método Pedagógico dos Jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir, 1952. Disponível em: <  
<http://www.obrascaticas.com/livros/Catecismo/O%20metodo>

%20pedagogico%20dos%20jesuitas%20Parte%20II%20Ratio%20Studiorum%20-%20Pe%20Leonel%20Franca%20SJ.pdf  
>. Acesso em: 07 set. 2013.

FREITAS, Itamar. A historiografia escolar na Comissão Nacional do Livro Didático: pareceres de Jonathas Serrano (1938/1941). **História & Ensino**, Londrina, v. 12, p. 141-156, ago. 2006. Disponível em: <  
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11726>>. Acesso em: 30 de out. de 2013.

HANSEN, João Adolfo. *Ratio Studiorum* e Política Católica Ibérica no Século XVIII. In: VIDAL, Diana Gonçalves; Hilsdorf, Maria Lúcia Spedo (Org.). **Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação**. São Paulo: USP, 2001, p. 67-96.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil (sua história)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

IGLESIAS, Manuel E. **Constituição da Companhia de Jesus e normas complementares**. São Paulo: Loyola, 2004.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo, n. 1, p. 9-43, jan/jun 2001. Disponível em: <  
<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf>>. Acesso em: 30 de out. de 2013.

KOLVENBACH, Peter Hans. Mensagem do superior geral da Companhia de Jesus por ocasião do 50º aniversário da Faculdade de Filosofia. **Síntese/Revista de Filosofia**. Belo

Horizonte, v. 18, n. 55, p. 455-457, 1991. Disponível em: < <http://faje.edu.br/periodicos2/index.php/Sintese/article/view/1553> >. Acesso em: 11 de mar. de 2014.

MAGALHÃES, Justino. O Manual Escolar no Quadro da História Cultural: para uma historiografiado manual escolar em Portugal. **Sísifo/Revista de Ciências da Educação**. Lisboa, n.01, p. 5-14, set/dez 2006. Disponível em: < <http://www.ore.org.pt/filesobservatorio/pdf/OManualEscolarNoQuadrodaHistoriaCultural.pdf> >. Acesso em: 02 de dez. 2014.

MARIA, Julio. Professor Jonathas Serrano. **A Ordem**. Rio de Janeiro - RJ, n. 142, p. 180-186, nov/dez 1944. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> >. Acesso em: 08 de dez. 2014.

NERY, Pedro José de Castro. **Filosofia**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

NICOLA, Ubaldo. **Antologia ilustrada de filosofia: das origens à idade moderna**. São Paulo: Globo, 2005.

SANTOS, Fernanda. O Colégio da Bahia e o Projecto Educativo da Companhia de Jesus no Brasil Colonial. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. 3, n. 9, jan/2011. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf8/ST6/012%20%20Fernanda%20Santos.pdf>>. Acesso em: 15 de fev. 2015.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2011.

SERRANO, Jhonatas. **História da Filosofia**. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.